UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ODALÉIA ALVES DA COSTA

***O LIVRO DO POVO* NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO
MARANHÃO (1861-1881)**

São Paulo
2013

ODALÉIA ALVES DA COSTA

***O LIVRO DO POVO* NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO
MARANHÃO (1861-1881)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação e Historiografia

Orientador: Prof. Dr. Nelson Schapochnik

Apoio financeiro: FAPEMA

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37 (81.21) Costa, Odaléia Alves da

C837L *O livro do povo* na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)
/ Odaléia Alves da Costa ; orientação Nelson Schapochnik. São Paulo : s.n.,
2013.

210 p. : il., grafs.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de
Concentração : História da Educação e Historiografia) – Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo)

1. História da educação - Maranhão – 1861-1881 2. Ensino fundamental.
I. Schapochnik, Nelson, orient

ODALÉIA ALVES DA COSTA

***O LIVRO DO POVO* NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO
MARANHÃO (1861-1881)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo, como requisito para
obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em: 22/03/2013

Banca Examinadora

Prof. Dr. Nelson Schapochnik
Julgamento: _____

Instituição: FE-USP
Assinatura: _____

Prof. Dr. Aníbal Francisco Alves Bragança
Julgamento: _____

Instituição: UFF
Assinatura: _____

Prof. Dr. Kazumi Munakata
Julgamento: _____

Instituição: PUC-SP
Assinatura: _____

Profª Drª Diana Gonçalves Vidal
Julgamento: _____

Instituição: FE-USP
Assinatura: _____

Prof. Dr. Cleber Santos Vieira
Julgamento: _____

Instituição: UNIFESP
Assinatura: _____

A meus pais, doutores na arte de permitir.

AGRADECIMENTOS

“O sucesso tem muitos pais, só o fracasso é órfão”. Dessa forma, passo a agradecer aos pais e às mães responsáveis por este sucesso.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pelo financiamento da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Nelson Schapochnik, pelo desafio da orientação à distância, pela indicação dos congressos, das leituras, pelas leituras dos autores franceses, pela orientação cosmopolita, por suportar minhas lágrimas desde o primeiro encontro.

À Prof^a Dra. Iran de Maria Leitão Nunes, cujas orações, escuta, calma, paciência, afeto e competência técnica transformaram o impossível no possível.

À Prof^a. Dra. Diomar das Graças Motta, minha mãe na academia, sendo responsável pelo meu acesso, sucesso e permanência no universo da pesquisa.

À Prof^a. Msc. Edilene Lima da Silva, pelas inúmeras leituras e releituras que fez deste texto sempre com sua atenção angelical e competência de gente grande.

Aos meus professores, desde a carta de ABC até o doutorado, sempre em escolas públicas deste país, a quem devo tudo que aprendi.

Às Prof^{as} Dras. Diana Gonçalves Vidal e Dislane Zerbinatti Moraes, pelas valiosas contribuições que deram a este texto, pelas sugestões de leituras, quando de suas participações no exame de qualificação.

Às leitoras e aos leitores deste trabalho, em diferentes momentos, tais como projeto de pesquisa, relatório de qualificação ou tese: Prof^a Dra. Maria do Socorro Rios Magalhães, Prof^a Dra. Lelia Cristina Silveira de Moraes, Prof^a Dra. May Guimaraes Ferreira, Prof^a. Dra. Joelma Reis Correia, Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento, Doutoranda Silmara de Fatima Cardoso, Prof^a Msc. Marcia Castelo Branco Santana, Prof^a. M. Ed. Terezinha Pereira de Jesus, Prof^a. Esp. Carolina Pereira Nunes e ao mano Adriano Alves da Costa.

À Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro, da Universidade Federal do Piauí, por sua atenção e colaboração nas horas mais providentes.

À Prof^a Dra. Marcia Razzini, por ter sido a primeira pessoa que comentou comigo sobre *O Livro do Povo*, durante o IV Congresso Brasileiro de História da Educação, em novembro de 2006 em Goiânia-GO.

À Prof^a Dra. Maria Helena Câmara Bastos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela cópia do livro *O que se deve ler*, pela atenção

dispendida ao meu trabalho, durante o II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial, em Niterói em maio de 2009, e no IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americana, no Rio de Janeiro, em novembro de 2009, pelos contatos do *Institut National Recherche Pédagogique* da *École Normale Supérieure* em Paris e passeios pela Cidade Luz.

Aos Professores Doutores José Henrique de Paula Borralho e Marcelo Cheche Galves, da Universidade Estadual do Maranhão, pela indicação de leituras.

À Prof^a. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão, da Universidade Federal de Minas Gerais, pelas trocas de e-mails sempre muito proveitosas.

Ao Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes, da Universidade Federal do Piauí, orientador de mestrado, pela orientação.

Ao Prof. Dr. Kazumi Munakata, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pela indicação de leituras desde o mestrado.

Ao Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), pela preservação dos documentos que narram a história do nosso Estado, em especial, a Dona Lourdes, pela atenção e carinho para com a documentação e usuários do APEM.

Ao Prof. Jomar Moraes, da Academia Maranhense de Letras, por permitir que eu ficasse semestres pesquisando em sua biblioteca particular, pelas inúmeras lições que me ensinou, pela atenção e carinho de toda a sua família.

À Jacksilene Silva Ribeiro, colaboradora da biblioteca particular de Jomar Moraes, que, mesmo sem catalogação, sabia a prateleira onde se encontrava cada um dos livros raros, que tive a oportunidade de manusear.

Ao Prof. Dr. César Augusto Castro da Universidade Federal do Maranhão, pela atenção e indicações de leituras de fontes e bibliografias.

Ao Prof. Msc. Manoel Barros Martins da Universidade Federal do Maranhão, pelas indicações de leituras de fontes e bibliografias quando da elaboração do projeto de doutorado.

Ao Prof. Leopoldo Gil Dulcio Vaz, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão pelas sugestões de bibliografia.

À Arlindyane Anjos Santos, pelas pesquisas na Biblioteca Benedito Leite, no Arquivo Público do Estado do Maranhão e no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

A São Paulo, cidade, a qual me causou terror pelo assalto em primeira instância, onde eu aprendi a conviver e da qual hoje, posso dizer que sinto saudades, da Livraria Cultura e Martins Fontes, na Av. Paulista, das bibliotecas e dos museus, em especial, do MASP.

Ao Conjunto Residencial da USP (CRUSP), pela moradia na Universidade de São Paulo.

Aos amigos cruspianos: Paulo Jeferson Pilar de Araújo, Ivan Rocha da Silva e Josoaldo Lima Rego, obrigada por tudo!

A minha mãe, Maria do Carmo Alves da Costa, que, muitas vezes, se questionou porque eu não gostava de fazer comida, lavar roupa, quebrar côco babaçu e que foi um dia, consolada por minha tia Enoides, ao lhe dizer: “não te preocupes, a Odaléia não gosta de fazer atividades domésticas, mas gosta muito de estudar”; mais tarde, ela própria me diria: “sua tia tinha razão, você está ganhando a vida com seus estudos”.

Ao meu pai, Raimundo Gomes da Costa, a quem os estudos só deram a oportunidade de aprender a assinar o próprio nome, pois a vida lhe foi sempre muito dura. Seja no machado, para cortar a lenha, seja na enxada, para plantar o arroz, o milho ou o feijão, ele sempre alimentou seus filhos e esposa e **sempre permitiu que os filhos saíssem de casa para estudar.**

A todos os parentes, avó, tias, tios, primas, primos, irmãos, cunhadas, sobrinhos e a cada um que ajudou como pôde, para a concretização de um sonho (concluir um doutorado, o primeiro da família) que não é individual, mas que é, sobretudo, o sonho de uma grande família.

À Profª Msc. Maria das Dores Cardoso Frazão, pelo empréstimo de bibliografia.

À Profª Msc. Rachel Sousa Tavares, pela concessão de fontes digitalizadas.

À Francislene Santos Castro (Kininha) e Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco Santana, pela amizade.

A Belmiro Gomes da Cruz Filho, pelo companheirismo.

Um livro ou são numerosas páginas de papel em branco que foram costuradas juntas de tal forma que elas podem ser preenchidas com escrita; ou, um instrumento altamente útil e conveniente construído de páginas impressas encadernadas de várias formas em papelão, papel, pergaminho, couro, etc. para apresentar a verdade para o outro de tal forma que ela possa ser convenientemente lida e reconhecida. Muitas pessoas trabalham nesse produto antes de ele ser finalizado e se tornar um livro propriamente dito. O intelectual e o escritor, o fabricante de papel, o fundador do tipo, o tipógrafo e o impressor, o revisor, o editor, o encadernador, às vezes até o dourador e o trabalhador com latão etc. Portanto, muitas bocas são alimentadas por esse ramo da manufatura.

Allgemeines Oeconomisches Lexicon (1753)

RESUMO

COSTA, O. A. da. **O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)**. 2013. 205 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Na presente tese busca-se compreender a lógica de produção, circulação e utilização do *Livro do Povo*, na província do Maranhão, na segunda metade do século XIX. Para tanto, consultaram-se diferentes tipos de fontes escritas, tais como: livros didáticos, relatórios de presidente de província, inventário, ofícios, regulamentos, almanaques, jornais, dicionários, dentre outros. *O Livro do Povo*, livro de leitura que continha lições da Bíblia e lições de moral, foi o ícone da imprensa tipográfica maranhense na segunda metade do século XIX, com a maior tiragem, a maior distribuição entre as escolas e o menor preço. O referido livro é de autoria de Antonio Marques Rodrigues, que exerceu cargos e funções como deputado provincial, professor do Liceu Maranhense, inspetor da Instrução Pública, dentre outros. O lugar social ocupado pelo autor foi decisivo no processo de distribuição do livro, sobretudo quando da sua atuação como inspetor de Instrução Pública. No período entre 1861 e 1880 as escolas públicas de primeiras letras expandiram-se de 75 para 116 escolas, época em que o livro foi distribuído gratuitamente pelas escolas públicas da província do Maranhão. A produção deste livro só foi possível graças à implantação da imprensa tipográfica na província do Maranhão. O livro, que contou com 9 edições, foi impresso pela Tipografia do Frias. O tipógrafo José Maria Correia de Frias, responsável pela edição do *Livro do Povo*, foi o mais importante impressor do Maranhão no século XIX, permanecendo no ramo durante 50 anos. Conclui-se, portanto que o *Livro do Povo* constituiu um elemento que compôs o cenário da expansão do ensino primário no Maranhão entre 1861 e 1881.

Palavras-chave: História da Educação. *Livro do Povo*. Maranhão oitocentista. Tipografia.

RÉSUMÉ

COSTA, O. A. da. **Le Livre du Peuple à l'expansion de l'enseignement primaire dans le Maranhão (1861-1881)**. 2013. 205 f. Thèse (Doctorat) - Faculté d'éducation, Université de São Paulo, São Paulo, 2013.

Dans cette thèse, nous avons essayé de comprendre la logique de la production, la circulation et l'utilisation du *Livre du Peuple*, dans la province du Maranhão, dans la seconde moitié du XIXe siècle. Pour ce faire, nous avons consulté de différents types de sources écrites, comme des manuels, des rapports de président de province, de l'inventaire, des offices, des règlements, des almanachs, des journaux, des dictionnaires, parmi d'autres. Le *Livre du Peuple* a été un livre qui contenait des enseignements de la Bible et des enseignements moraux, étant l'icône de la presse typographique du Maranhão dans la seconde moitié du XIXe siècle, avec une plus grande diffusion, une plus grande répartition entre les écoles et à un prix plus bas. Ce livre a été écrit par Antonio Marques Rodrigues qui a occupé des postes supérieurs comme député provincial et professeur du Lycée Maranhense, l'inspecteur de l'Instruction Publique, parmi d'autres. La position sociale occupée par l'auteur a joué un rôle décisif dans le processus de diffusion de l'ouvrage, en particulier dû à sa performance comme inspecteur de l'Instruction Publique. Dans la période entre 1861 et 1880, les écoles publiques de premières lettres se sont répandues de 75 à 116 écoles. Époque où le livre a été largement distribué gratuitement par les écoles publiques de la province du Maranhão. La production de ce livre a été seulement possible grâce au déploiement de l'imprimerie de presse dans la province du Maranhão. Le livre qui a comporté neuf éditions a été imprimé par la Typographie de Frias. L'imprimeur José Maria Correia de Frias, responsable de l'édition du *Livre du Peuple*, a été le plus important imprimeur du Maranhão au XIXe siècle et il est resté dans l'entreprise pendant 50 ans. Nous concluons donc que le *Livre du Peuple* était un élément qui a composé le cadre d'expansion de l'enseignement primaire au Maranhão entre 1861 et 1881.

Mots-clés: Histoire de l'éducation. *Livre du Peuple*. Maranhão XIXe siècle. Typographie.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	Capa da 9ª edição do <i>Livro do Povo</i> de Antonio Marques Rodrigues.....	23
Foto 2	Ofício emitido em 19/02/1870 pelo delegado José Dorotheu de Castro Queiroz e pela professora pública de Coroatá-MA, Josepha Evarista Reis d'Araujo.....	62
Foto 3	Relação e orçamento dos utensílios necessários para a aula pública do sexo masculino da vila do Coroatá, datada de 18 de fevereiro de 1870.....	64
Foto 4	Prelo manual à esquerda e prelo mecânico à direita.....	78
Foto 5	Detalhes do prelo mecânico fabricado por Mergenthaler Linotype Co. New York.....	78
Foto 6	Belarmino de Mattos.....	79
Foto 7	Anúncio da Fundação Francesa no setor de Notabilidades do Almanak Laemmert, 1868.....	83
Foto 8	Máquina tipográfica Alauzet & Tiquet.....	84
Foto 9	Eponina Condurú Serra.....	95
Foto 10	Minerva de impressão a pedal Liberty E.U.A. 1905 aprox. proveniente da Tipografia do Carmo - Porto. Museu Nacional da Imprensa – Porto.....	100
Foto 11	Anúncio da Tipografia do Frias.....	101
Foto 12	Componedor.....	105
Foto 13	Anúncio da tipografia de Belarmino de Mattos.....	107
Foto 14	Anúncio da Tipografia Maranhense.....	108
Foto 15	Anúncio da Tipografia do Progresso.....	109
Foto 16	<i>O Livro do Povo</i> do Abbade La Mennais.....	120
Foto 17	<i>O Livro do Povo ou exercícios de leitura</i> de Antonio Maria Baptista.....	122
Foto 18	Autenticação de exemplar de livro com a assinatura de Antonio Maria Baptista.....	123
Foto 19	Capa do <i>Livro do Povo</i> de Pedro Eunapio da Silva Deiro.....	126
Foto 20	Gravura de Antonio Marques Rodrigues.....	129
Foto 21	Atestado de matrícula de Antonio Marques Rodrigues na Universidade de Coimbra no primeiro ano matemático de 1844 para 1845.....	129
Foto 22	Xilogravura.....	134
Foto 23	Litogravura.....	134
Foto 24	Gravura de <i>Laurent et Deberny</i> encontrada no <i>Livro do Povo</i>	135
Foto 25	Anúncio do <i>Livro do Povo</i>	140
Foto 26	Ilustrações da 9ª edição do <i>Livro do Povo</i> que retratam Jesus Cristo, incluídas na primeira parte do livro.....	141
Foto 27	Ilustrações da 9ª edição do <i>Livro do Povo</i> que retratam Jesus Cristo, incluídas na segunda parte do livro.....	142
Foto 28	Ofício emitido em 29/04/1862 pela professora pública de primeiras letras da Vila de São Bento, acusando o recebimento de 5 exemplares do <i>Livro do Povo</i>	160
Foto 29	Carta endereçada a Raymundo Maia, anexada a um exemplar da 9ª edição do <i>Livro do Povo</i>	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Classificação das obras publicadas pelo tipógrafo Frias entre 1859 e 1909.....	87
Gráfico 2	Quantidade de obras publicadas pela Tipografia do Sr. Frias....	90
Gráfico 3	Quantidade de exemplares do <i>Livro do Povo</i> distribuídos pelas escolas de primeiras letras da Província do Maranhão entre os anos de 1862 e 1863.....	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação de utensílios solicitados pelos professores de primeiras letras.....	52
Quadro 2	Atribuições dos cargos de inspetor da instrução pública e dos delegados dos inspetores da instrução pública.....	56
Quadro 3	Pré-requisitos para admissão dos professores, papel e proibições aplicadas aos mesmos.....	60
Quadro 4	Currículo do ensino primário.....	66
Quadro 5	Classificação das obras publicadas por Belarmino de Mattos	85
Quadro 6	Relação de autores/editores de livros maranhenses localizados entre as décadas de 1860 e 1880.....	91
Quadro 7	Relação de obras impressas no Maranhão e que foram apreciadas pelo Conselho de Instrução Pública da província do Amazonas em 1882.....	94
Quadro 8	Títulos e autores das lições do <i>Livro do Povo</i> de Antonio Maria Baptista.....	123
Quadro 9	Atividades desenvolvidas por Antonio Marques Rodrigues, Abilio Cesar Borges e Joaquim José Menezes Vieira.....	128
Quadro 10	Relação entre as gravuras e os textos da 4ª edição do <i>Livro do Povo</i>	137
Quadro 11	Lista de gravuras da 9ª edição do <i>Livro do Povo</i> , de Antonio Marques Rodrigues.....	143
Quadro 12	Comparação das lições da 2ª parte do <i>Livro do Povo</i> , edições de 1865 e 1881.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Imprensa maranhense (1860-1869).....	32
Tabela 2	Distribuição das Escolas Públicas Primárias na capital e no interior do Maranhão. Ano – 1838.....	36
Tabela 3	Número de escolas existentes no Maranhão, pelo Dr. José da Silva Maya, Inspetor da Instrução Pública em 19 de abril de 1861.....	37
Tabela 4	Relação de livros didáticos e seus respectivos preços.....	53
Tabela 5	Número de alunos matriculados na Escola Normal (1890-1899)	72
Tabela 6	Número de alunos diplomados pela Escola Normal (1890-1899)	73
Tabela 7	Relação de tipografias maranhenses entre 1848 e 1882.....	103
Tabela 8	<i>Best-sellers</i> franceses, 1831-1835.....	149
Tabela 9	Número de escolas públicas e de discentes matriculados no ensino primário da província do Maranhão entre 1861 e 1880.....	165
Tabela 10	Circulação do <i>Livro do Povo</i> , 1868-1873.....	166

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A ESCOLA PRIMÁRIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO MARANHENSE NO SÉCULO XIX.....	28
2.1	Relação dos maranhenses com as instituições europeias no século XIX através de seus intelectuais leitores e produtores de livros.....	28
2.2	Criação das escolas primárias, aspectos legais, exigências de professores e de sua formação.....	35
2.3	Estrutura organizativa para controle das ações no campo da escolarização primária.....	47
2.4	Descontinuidades da proposta de expansão da escolarização primária.....	68
3	O MUNDO DOS IMPRESSOS: debates e concretizações.....	75
3.1	Condições de produção e circulação do livro na Província: circuitos de comunicação.....	75
3.1.1	<i>As publicações que saíram dos prelos maranhenses.....</i>	<i>85</i>
3.1.2	<i>Circulação dos livros produzidos no Maranhão por outras províncias</i>	<i>91</i>
3.1.3	<i>Condições técnicas e comerciais das tipografias maranhenses.....</i>	<i>99</i>
3.1.4	<i>Tensões e disputas entre os tipógrafos em busca de hegemonia.....</i>	<i>109</i>
4	O LIVRO DO POVO: uma fórmula de sucesso.....	114
4.1	<i>O Livro do Povo e seus assemelhados.....</i>	<i>118</i>
4.2	<i>Autoria: trajetória política e intelectual.....</i>	<i>127</i>
4.3	<i>Materialidade do impresso: ilustrações.....</i>	<i>132</i>
4.4	<i>Paratextos e texto: matrizes, citações e usos.....</i>	<i>145</i>
4.4.1	<i>Prefácios, dedicatórias, epígrafes.....</i>	<i>153</i>
4.5	<i>Estratégias comerciais e indícios de circulação.....</i>	<i>159</i>
5	CONCLUSÃO.....	170
	FONTES.....	173
	REFERÊNCIAS.....	179
	APÊNDICES.....	188
	ANEXOS.....	200

1 INTRODUÇÃO

O início desta pesquisa deu-se a partir de uma indagação feita à autora deste trabalho, por Márcia Razzini, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), durante o IV Congresso Brasileiro de História da Educação, que aconteceu em Goiânia-GO, em novembro de 2006, na Universidade Católica de Goiás. Márcia Razzini, ao saber que éramos maranhense, perguntou: você conhece o *Livro do Povo*? Ele existe em alguma biblioteca do Maranhão? Respondemos que não sabíamos, mas que iríamos investigar.

Voltando ao Maranhão, em abril de 2007, procuramos *O Livro do Povo*, nos acervos da Biblioteca Pública Benedito Leite, da Casa de Cultura Josué Montello, do Arquivo Público do Estado do Maranhão, do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho e nada foi encontrado. No entanto, pesquisando na internet, localizamos uma referência de que havia um exemplar do livro na *British Library*, na Inglaterra.

Em novembro de 2007, no Simpósio Internacional sobre Livro Didático, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), a professora Circe Bittencourt da FE-USP apresentou, na conferência de abertura, a capa digitalizada do *Livro do Povo*, cópia conseguida por meio de um dos seus alunos de doutorado, José Ricardo Oriá Fernandes, Consultor Legislativo da área de Educação e Cultura, da Câmara dos Deputados.

O interesse pela temática de livros didáticos nos acompanha desde quando cursamos o Mestrado em Educação, realizado na Universidade Federal do Piauí, no período de 2006 a 2008, quando produzimos a dissertação *A produção de uma disciplina escolar e os escritos em torno dela: os Estudos Sociais do Maranhão*¹.

Durante o desenvolvimento da pesquisa do mestrado, ao recuar na periodização, fomos encontrando diversas informações sobre uma produção de livros didáticos de História do Maranhão e de outras disciplinas escolares, desde o século XIX, em tipografias² locais. Daí, surgiu o interesse em investigar tal fato.

¹ COSTA, Odaléia Alves da. *A produção de uma disciplina escolar e os escritos em torno dela: os Estudos Sociais do Maranhão*. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

² A Tipografia é a arte de imprimir por meio de tipos móveis. Foi inventada por Gutemberg pelos anos de 1436 a 1440. De todas as descobertas que têm marcado lugar importante na história da humanidade, nenhuma foi por certo mais brilhante e proveitosa. In: ANJOS, Joaquim dos. *Manual do typographo*. 3. ed. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, n. 138, p. 3, 1900.

Nosso projeto de pesquisa apresentou como objetivo geral compreender a lógica de produção, circulação e utilização de livros didáticos no Estado do Maranhão, na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Dessa maneira, nos propusemos a realizar as seguintes ações: catalogar os livros didáticos publicados em tipografias na Província do Maranhão no período de 1861-1926; verificar o uso dos livros didáticos nas escolas maranhenses através das atas dos inspetores da instrução pública; conhecer o lugar social ocupado pelos autores e editores desses livros didáticos; destacar as representações contidas nos textos; e compreender o contexto econômico e social no qual esses livros didáticos foram escritos, publicados e lidos.

Os livros didáticos têm assumido um papel importante no espaço escolar; os mesmos vêm sendo objeto de estudo de historiadores da educação em diversos países do mundo. Na historiografia francesa, tem-se o projeto Emmanuelle, na historiografia ibero-americana, o projeto Manes, na historiografia portuguesa, o projeto Eme e na historiografia brasileira o projeto Livres, vinculado à Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP)³. Estes estudos têm como marco teórico e conceitual a história cultural, cujo triângulo básico de investigação é **o livro, o texto e a leitura**.

Nas décadas de 1970 e 1980, os livros didáticos foram estudados, procurando-se quase sempre identificar a **ideologia** presente nesses portadores textuais. Exemplifica essa forma de trabalhar os livros didáticos a obra *Mentiras que parecem verdades*, de Bonazzi e Eco (1980), na qual os autores analisam o modo como são apresentadas em livros didáticos da Itália as seguintes temáticas: os pobres, o trabalho, o herói e a pátria, a escola, uma pequena igreja, raças e povos da terra, a bela família italiana, a ausência de Deus, a educação cívica, os menores que trabalham, a história nacional, a nossa bela língua, a ciência e a técnica, o dinheiro e a caridade e a previdência social.

No Brasil foi realizada uma pesquisa semelhante intitulada *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*, de autoria de Nosella (1981). Nessa obra, a autora analisou nos livros didáticos do Brasil, os seguintes temas: a

³ Banco de dados Emmanuelle, com produção nacional francesa desde 1789, disponível em: < <http://www.inrp.fr/emmanuelle/web/index.php>>. Centro de Investigación MANES – Manuales Escolares, disponível em: < <http://www.uned.es/manesvirtual/portalmans.html>>. Projeto Livres (Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros – 1810/2005), coordenado pela Profª Dra. Circe Bittencourt, do Centro de Memória da Educação (CME) – Biblioteca do Livro Didático, disponível em: < <http://paje.fe.usp.br/estrutura/livres/>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

família, a escola, a religião, a pátria, o ambiente, o trabalho, os pobres e os ricos, as virtudes, as “explicações científicas”, o índio, além de capas e ilustrações.

É também desse mesmo período o livro *Ideologia no livro didático* de Faria (2005). Nesta obra, a autora analisa apenas a categoria **trabalho** que também foi estudada por Bonazzi e Eco (1980) e Nosella (1981).

Para construção do referido objeto, em nossos estudos de mestrado sobre a disciplina escolar Estudos Sociais do Maranhão, analisamos livros didáticos escritos voltados a essa disciplina, bem como estabelecemos diálogo com cinco professoras, considerando-as como leitoras privilegiadas destes livros didáticos.

Durante o mestrado, nos deparamos com algumas leituras que nos remeteram à produção de livros didáticos nas tipografias maranhenses no século XIX, o que chamou nossa atenção para o quantitativo dessa produção, nos fazendo elegê-la como objeto de estudo, para os nossos estudos doutorais.

Com o intuito de aprofundar os estudos nessa área, fizemos seleção para o Doutorado em Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 2008, com o projeto *Os livros didáticos no Maranhão: produção e efervescência de 1861 a 1926* com as seguintes questões de pesquisa:

- quantos e quais foram os livros didáticos publicados na Província do Maranhão no período de 1861-1926?
- como/por que os autores e tipógrafos publicaram esses livros nesse período?
- quais as tipografias e livrarias da província maranhense na periodização acima mencionada?
- qual o lugar social ocupado pelos autores/impressores desses livros didáticos?
- quais as práticas de leitura dessas obras nas escolas?
- quais as representações usuais nos textos?

Nesta perspectiva, e diante das questões de pesquisa supracitadas, o recorte temporal adotado no projeto de pesquisa tomou como referência os anos de publicação da primeira edição do *Livro do Povo*, de Rodrigues (1861), e da 3ª edição da obra *História do Maranhão*, de Amaral (1926).

Sobre livros didáticos maranhenses no século XIX, encontramos três trabalhos. O primeiro, a dissertação de mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) *Língua Portuguesa no Maranhão do século XIX sob o enfoque historiográfico* de Nogueira, defendida em 2005.

O segundo trabalho encontrado foi a tese de doutorado em Teoria e História Literária: *A formação das histórias literárias no Brasil: as contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*, apresentada por Melo, em 2009, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Vale lembrar que dos três autores analisados por Melo, apenas Sotero dos Reis era maranhense.

O terceiro trabalho trata-se de uma dissertação de mestrado profissional em Matemática também pela UNICAMP *Juros em livros didáticos de Matemática no Maranhão do século XIX*, de Soares, defendida em 2009.

Quanto às pesquisas sobre livros didáticos do século XIX publicados fora do âmbito do Estado do Maranhão, podemos destacar a tese de doutorado em Educação pela UNICAMP *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abilio Cesar Borges⁴: o barão de Macahubas (1856-1891)* de Valdez, apresentada em 2006.

Ademais, temos a dissertação de mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) intitulada: *O grande mestre da escola: os livros de leitura para a escola primária da capital do império brasileiro*, da autoria de Teixeira defendida em 2008.

Concomitante à leitura de teses e dissertações, realizamos pesquisa em busca de fontes para subsidiar nosso objeto de estudo. Para tal, realizamos levantamento no Arquivo da Universidade de Coimbra em Portugal⁵, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, no Centro de Estudos do Museu Republicano em Itu-SP, Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), biblioteca particular do membro da Academia Maranhense de Letras – Jomar da Silva Moraes⁶, Arquivo Público do

⁴ Médico baiano que, na segunda metade do século XIX (1856-1891), ocupou um papel relevante na instrução do Império, sobretudo por ter sido um autor pioneiro na publicação de livros de leitura seriados para a infância brasileira. VALDEZ, 2006, p. xi.

⁵ Contato feito inicialmente através do e-mail: auc-geral@auc.uc.pt. Enviou-se por e-mail a solicitação de pesquisa; quando a pesquisa foi realizada pela técnica superior do arquivo, Ana Maria Leitão Bandeira, a mesma enviou-nos o orçamento por e-mail. O pagamento foi efetuado via Correios através de depósito identificado. Após a confirmação do pagamento, a técnica superior do arquivo, enviou também pelos Correios, um CD com os arquivos digitalizados.

⁶ Ocupante da cadeira n. 10 da Academia Maranhense de Letras. Nasceu em Guimarães-MA, a 6 de maio de 1940. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Pesquisador, ensaísta, cronista,

Estado do Maranhão, Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís-MA e Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

No Arquivo da Universidade de Coimbra, em Portugal, foram localizados documentos referentes a Antonio Marques Rodrigues,⁷ autor do *Livro do Povo*, tais como: certidão de batismo, comprovante de matrícula e petições para realização de exames.

No setor de obras raras da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro localizamos 10 almanaques⁸ publicados no Maranhão entre 1848 e 1882.

Nestes almanaques notamos aspectos do “cotidiano” maranhense revelados: encontram-se desde a folhinha diária de 1º de janeiro a 31 de dezembro até uma espécie de “classificados”, onde estão estampadas as propagandas das tipografias, livrarias, lojas de tecido, sapatarias, etc., e ainda uma relação de endereços em que era possível contratar os serviços das principais artes e ofícios daquela época: alfaiates, armeiros, caldeireiros, chapeleiros, charuteiros, colchoeiros, corrieiros, ferreiros, funileiros, marceneiros, ourives, padeiros, pentieiros, refinadores de açúcar, relojoeiros, sapateiros, tanoeiros, torneiros e vidraceiros.

Nos referidos almanaques, podemos observar o circuito de produção de livros no Maranhão oitocentista, verificando, no período mencionado, a existência de associações tipográficas, litografias, livrarias, bibliotecas (Biblioteca Popular Maranhense, Gabinete Português de Leitura), periódicos, taquigrafias, tipografias, dentre outros espaços de socialização da cultura.

No Centro de Estudos do Museu Republicano em Itu-SP, pesquisamos as *Conferências efetuadas na Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro* em 1884, tais como: Educação da infância desamparada, de Carlos Leoncio de Carvalho; Higiene escolar, de Antonio de Paula Freitas; Conferências, de Joaquim Abilio Borges sobre mobília escolar, quadros negros, aparelhos e instrumentos para ilustrar o ensino de

crítico e historiador da literatura maranhense. Editor de textos; mantém assídua colaboração na imprensa de São Luís do Maranhão.

⁷ Bacharel formado na Faculdade de Direito do Recife, Cavalleiro da Imperial Ordem da Roza, e da Real Ordem Portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, Socio do Instituto Dramatico e Litterario de Coimbra, na Classe de Litteratura, Socio Correspondente dos Institutos Archeologico e Geographico Pernambucano, e Historico da Bahia, Membro Honorário da Associação Typographica Maranhense, Inspector da Instrucção Publica da Provincia do Maranhão. In: RODRIGUES, Antonio Marques. *O livro do povo*. 4. ed. Maranhão: Typ. do Frias, 1865, folha de rosto.

⁸ Alguns desses almanaques podem ser encontrados na Casa de Cultura Josué Montello em São Luís/MA.

aritmética, geometria e desenho, mecânica, física e química, história natural, quadro para lições sobre objetos, artes e ofícios, etc., anatomia, história universal, geografia e cosmografia; O ensino moral e religioso nas escolas públicas, de Amaro Cavalcanti e conferências do Barão de Macahubas. Além deste documento, verificamos ainda as *Atas e pareceres do Congresso da Instrução*, Rio de Janeiro de 1884.

Na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), localizamos um livro com título homônimo do que estamos pesquisando, ou seja, *Livro do Povo* (sem autoria, data provável de publicação 186-); além deste, encontramos também no IEB/USP um exemplar do livro *Resumo de História do Brazil*, de Herculana Firmina Vieira de Sousa,⁹ editado em 1868, dentre outros.

Na biblioteca particular de Jomar da Silva Moraes, encontramos a grande maioria dos livros didáticos publicados nas tipografias maranhenses entre 1844 e 1895. Levantamos um total de 56 livros, das mais diversas áreas: língua portuguesa (literatura portuguesa, literatura brasileira e gramática), matemática, geografia, história, ensino religioso, moral e civismo, sendo que a maior concentração destas publicações encontra-se no ano de 1866, com 18 publicações, e no ano de 1867, com 16 publicações.¹⁰

No Arquivo Público do Estado do Maranhão se encontra a grande maioria das fontes utilizadas nesta pesquisa, entre elas, relatórios de presidente de província¹¹, regulamentos da instrução pública, ofícios enviados por professores aos diretores da instrução pública, jornais, obras raras, teses e dissertações.

Na Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís/MA localizamos o livro *Historia Santa do Antigo e Novo Testamento: resumidas e acomodadas à inteligência dos meninos* (1882) de autoria de Rodrigues. E no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, buscamos o inventário de Antonio Marques Rodrigues, autor do *Livro do Povo*.

No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, tivemos acesso ao *Relatório da Instrução Pública em Diversas Províncias do Norte* por Antonio Gonçalves Dias e relatórios de presidente de província. Na Biblioteca da Casa de Cultura Josué Montello,

⁹ Professora pública de primeiras letras de Cururupu, Maranhão.

¹⁰ Conferir Apêndice A.

¹¹ Esses relatórios podem ser encontrados digitalizados no site da Universidade de Chicago, no endereço eletrônico <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

localizamos almanaques e na Biblioteca de Livro Didático (LIVRES) da Faculdade de Educação da USP, alguns livros didáticos, tais como: *Resumo da Grammatica Portugueza para uso das escolas* (1877) pelo Dr. Abilio Cesar Borges, o *Quarto Livro de Leitura de Felisberto de Carvalho* (42ª ed., 1946), dentre outros.

Diante do volume de fontes encontradas, tornou-se inviável a análise de todos os livros, sendo assim, procuramos identificar que livro didático teria sido mais significativo para aquele período.

Dessa forma, chegamos ao *Livro do Povo*,¹² de Antonio Marques Rodrigues, uma vez que é o livro didático maranhense mais citado na literatura nacional e internacional, por autores, como: Frias (1866); Perdigão (1922); Viveiros (1952 e 1954); Arroyo (1968); Hallewell (1985); Bittencourt (1993); Choppin (2002); Castro (2006); Corrêa (2006); Galvão (2005 e 2009); Soares (2009); Bezerra (2010), dentre outros. A seguir, apresentamos a foto da capa da 9ª edição do livro em questão:

¹² Obra raríssima da qual depois de muitas buscas, conseguimos uma cópia da 4ª edição (1865), que se encontra na *British Library* na Inglaterra e uma cópia da 9ª edição (1881) do acervo particular do bibliófilo Jomar Moraes.

Foto 1 – Capa da 9ª edição do *Livro do Povo* de Antonio Marques Rodrigues

FONTE: Acervo da biblioteca particular de Jomar Moraes

Após esses levantamentos, estabelecemos um novo recorte temporal para a pesquisa: 1861-1881. A opção por 1861 deve-se ao ano de publicação da primeira edição do *Livro do Povo* e 1881, ano de divulgação da nona edição do mesmo livro; fatos que justificam nosso recorte cronológico.

A publicação, recomendação e adoção do *Livro do Povo* no período de expansão do ensino primário no Maranhão se inserem no conjunto de metas adotadas legalmente pelo governo para implantar a *modernidade*¹³ e a *civilização*¹⁴ na Província.

¹³ A ideia de modernidade surge, segundo Le Goff, *quando há um sentimento de ruptura com o passado*. Nesse sentido, um dos primeiros pensadores a utilizar a ideia de modernidade foi Charles Baudelaire, escritor francês da segunda metade do século XIX, autor de *As flores do mal*, que pensava a modernidade como as mudanças que iam se operando em seu presente, utilizando a palavra, sobretudo, para a utilização dos costumes, da arte e da moda. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 297. Ainda, segundo Justino Magalhães, a modernidade está associada à cultura escrita, à imprensa tipográfica e ao livro como suportes básicos de um padrão civilizacional e como meios de comunicação e acção nos planos económico, político, cultural, religioso. MAGALHÃES, Justino. O elemento civilizatório e a educação

Sendo assim, tornou-se necessário, levantarmos outras questões norteadoras, sobre a sociedade maranhense da segunda metade do século XIX, para tanto, buscamos responder nossa questão central:

- Como se insere *O Livro do Povo* no processo de expansão do ensino primário maranhense entre 1861 e 1881?

Na busca de responder a esta questão, inquiremos:

- 1) Como se apresentava a escola primária maranhense? Quais os aspectos legais para a implantação dessas escolas? Qual o número de escolas e de professores à época?
- 2) A província do Maranhão tinha um aparato tecnológico capaz de subsidiar/garantir a impressão de livros didáticos para a escola primária maranhense naquele período?
- 3) Quem recomendou a adoção do *Livro do Povo* nas escolas primárias? Quais as relações sociais estabelecidas pelo autor na província do Maranhão e fora dela? E como essas relações contribuíram para a ampla divulgação do livro?

Inicialmente, apresentaremos um panorama sobre a escola primária no contexto da educação maranhense, no século XIX, procurando enfatizar o ensino primário, seu currículo e a disciplina leitura. Dessa maneira, compreendemos o professor primário como intermediário cultural, ou seja, aquele que procede a veiculação do objeto cultural, a exemplo do livro, no processo de ensino da leitura, conforme a abordagem desenvolvida por Chartier e Hébrard¹⁵.

O professor primário enquanto intermediário cultural certamente “é o guardião, o guia das crianças que lhe são confiadas”, mas, consciente dos seus limites, “um professor primário modesto não se ilude sobre seus meios intelectuais ou sobre sua

nas relações históricas Portugal-Brasil / Brasil-Portugal. *Educação e Filosofia*, v. 17, n. 34, p. 35-50, jul./dez. 2003.

¹⁴ Segundo Veiga (2002), em seu artigo *A escolarização como projeto de civilização*, só é possível pensar a escolarização como projeto de civilização, graças à monopolização dos saberes elementares pelo Estado, no século XIX, que passa a incorporar os pobres na sociedade civilizada. É dessa maneira, que a escola passa a incluir em seus processos educacionais, as mulheres, com a implantação da coeducação e gradativamente os negros.

¹⁵ CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura (1880-1980)*. São Paulo: Ática, 1995.

influência moral”, vê a fundação de uma biblioteca sobre sua responsabilidade como uma oportunidade de melhor afirmar sua presença no meio social da aldeia”¹⁶.

Nas vilas e povoações mais distantes dos grandes centros, não havia bibliotecas públicas. Dessa forma, o professor primário constituía-se como intermediário cultural, realizando indicações de leituras e empréstimos do seu próprio acervo tanto para seus alunos, como para a comunidade, de maneira geral.

Os professores, na condição de intermediários culturais, solicitavam livros à diretoria da Instrução Pública, localizada na capital, e quando os professores recebiam esses livros, eram eles próprios que faziam a distribuição dos mesmos entre os alunos. Vale lembrar que geralmente a quantidade de livros era inferior à quantidade de alunos. E só recebiam os livros didáticos os alunos mais assíduos, mais comportados, que possuíam maior rendimento escolar, dentre outros critérios.

Posteriormente, versaremos sobre o mundo dos impressos no Maranhão no século XIX, enfocando as tipografias, os tipógrafos, os livros publicados e o contexto editorial que gerou o *Livro do Povo*, *best-seller* da época. Para análise deste capítulo, tomamos como referência o estudo de Darnton¹⁷, que apresenta o circuito das comunicações, passando desde os autores Antonio Marques Rodrigues, João Antonio Coqueiro, Fernando Luiz Ferreira, dentre outros, aos editores/impressores José Maria Correia de Frias e Belarmino de Mattos e aos expedidores, livreiros Antonio Pereira Ramos de Almeida, até os leitores, alunos e professores.

Tomamos o *livro* como objeto de cultura material, livro este produzido em um contexto de popularização do próprio livro e da leitura, como, por exemplo, as coleções, que, na França, se chamavam *Bibliothèque Bleue*¹⁸ e, em Portugal e no Brasil, chamavam-se *Biblioteca do Povo e das Escolas*¹⁹.

¹⁶ CHARTIER; HÉBRARD, *op. cit.*, p. 130.

¹⁷ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁸ Literatura de cordel. CHARTIER, Roger. Textos e edições: a “literatura de cordel”. In: _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 165-187.

¹⁹ Em Portugal, a “*Biblioteca do Povo e das Escolas*” foi estudada por Manuela Domingos e, no Brasil, por NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; SANTOS, Vera Maria dos. Geografia geral para portugueses e brasileiros: a biblioteca do povo e das escolas. *Revista da Faced*, n. 10, p. 141-158, 2006, assim como por VENANCIO, Giselle Martins. Três homens e uma coleção: os caminhos da “biblioteca do povo e das escolas”. In: CASTRO, Cesar Augusto (Org.) *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís, EDUFMA, 2010. p. 193-211. A coleção “*Biblioteca do Povo e das Escolas*” foi premiada com Medalha de Ouro, na Exposição do Rio de Janeiro de 1881.

O *Livro do Povo* assemelha-se à *Biblioteca do Povo e das Escolas* (BPE), por várias razões, dentre elas, preços módicos e grandes tiragens. Para melhor compreensão, exemplificamos:

cada exemplar de um livro da BPE custava 50 réis e um exemplar do jornal *O Cearense* era vendido, no mesmo período, por 200 réis. As tiragens da BPE oscilaram entre 6.000 exemplares os dois primeiros volumes e 15.000 exemplares a partir do volume 11. Nesse período, a tiragem de um livro raramente alcançava 1.000 exemplares²⁰.

E, quanto à grande tiragem do *Livro do Povo*, Jerônimo de Viveiros, destaca que em 5 anos foram impressos 26.000 exemplares²¹. *O Livro do Povo* foi considerado um *best-seller* não apenas no Maranhão, mas em todo o Brasil. Em meados do século XIX, os prelos maranhenses foram considerados mais modernos que os do Rio de Janeiro, sede da corte imperial, segundo Hallewell (2005).

Finalizando, procederemos a análise de conteúdo do *Livro do Povo*, das duas edições as quais tivemos acesso: a 4ª edição, de 1865, que se encontra na *British Library* (cópia cedida por José Ricardo Oriá Fernandes, graças à mediação de Nelson Schapochnik) e a 9ª edição, de 1881, do acervo particular do acadêmico Jomar Moraes. Enfocando a *autoria*, na compreensão de Chartier, para “erigir-se como autor”, escrever não é suficiente; é preciso mais, fazer circular as suas obras entre o público, por meio da impressão²². Para compreender a *circulação*, contaremos com uma fonte primária, o inventário de Antonio Marques Rodrigues, autor do *Livro do Povo*, onde se encontram as relações dos caixotes contendo exemplares do referido livro, enviados para o Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Pará, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Ainda sobre o *Livro do Povo* serão analisados os *paratextos* de intervenção do autor (título, dedicatória e prefácio) e os *paratextos* do âmbito do editor (capa, papel, fonte, diagramação) com base nos estudos de Genette²³. Quanto à *materialidade* do livro, examinaremos a organização interna e sua divisão em partes, capítulos, as diferenciações tipográficas e suas variações, a distribuição e a disposição espacial dos diversos elementos textuais ou icônicos no interior de uma página²⁴.

²⁰ NASCIMENTO; SANTOS, *op. cit.*, p. 154-155.

²¹ VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. p. 346.

²² CHARTIER, Roger. Figuras do Autor. In: _____. *A ordem dos livros*. Brasília: Ed. UnB, 1994. p. 45.

²³ GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

²⁴ CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 559, set./dez. 2004.

Analisaremos o *Livro do Povo* enquanto *livro didático* tal como o compreende Choppin:

En définitive, et sauf cas particulier, ne devraient être pris en compte aujourd'hui, pour la commodité de l'indexation, que les ouvrages expressément destinés à l'enseignement primaire et aux diverses branches de l'enseignement secondaire, ouvrages qui sont désormais pourvus d'une indication plus ou moins précise de niveau. Seraient donc exclues de ce fait, d'une part, les publications qui s'adressent aux écoles maternelles et, d'autre part, celles qui sont destinées aux formations qui requièrent l'obtention du baccalauréat ou d'un diplôme équivalent²⁵.

Comprendemos o livro didático, *Livro do Povo*, enquanto elemento da *disciplina escolar* “Leitura”²⁶, da escola primária maranhense, na segunda metade do século XIX. Uma disciplina escolar, no entendimento de Chervel,

[...] comporta são somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. [...] O estudo das disciplinas escolares leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar, e portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos sub-produtos culturais da sociedade.²⁷

Dessa maneira, no primeiro capítulo desta tese, apresentaremos a escola primária maranhense do século XIX, enfocando sua legislação, criação de escolas, formação de professores, dentre outros itens. No segundo capítulo, versaremos sobre os aspectos técnicos relacionados às tipografias maranhenses da segunda metade do século XIX, enfatizando a Tipografia do Frias, impressora do *Livro do Povo*. No terceiro e último capítulo, discorreremos sobre *O Livro do Povo*, sua autoria, ilustrações, prefácio, dedicatória e, sobretudo, as estratégias de divulgação adotadas pelo autor da obra.

²⁵ CHOPPIN, Alain. *Les Manuels Scolaires: histoire et actualité*. Paris : Hachette, 1992. p. 14.

²⁶ A primeira legislação brasileira específica para o ensino elementar, de 1827 (nomeada de Lei Geral), determinava a leitura da história e da Constituição brasileiras para as escolas primárias. Assim, considerando-se a lei ao ‘pé da letra’, teríamos como primeiro livro de leitura a Constituição. A lista, acrescida do Código Criminal, da Bíblia, de documentos de cartório e textos manuscritos, como cartas pessoais, compunham o conjunto de textos disponível para a leitura nas escolas. STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A leitura e a pedagogia: os livros didáticos e os métodos (Brasil séculos XIX e XX). In: ARAUJO, Maria Inês Oliveira; OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Orgs.). *Desafios da formação de professores para o século XXI*. Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2008. p. 153. Consideramos o *Livro do Povo* como sendo um livro da disciplina *Leitura*, pelos conteúdos que o mesmo apresenta, ou seja, lições da Bíblia dos Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João, e por suas lições de cunho moral, dispostas na segunda parte do livro, intitulada *Assuntos Diversos*.

²⁷ CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, p. 184, 1990.

2 A ESCOLA PRIMÁRIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO MARANHENSE NO SÉCULO XIX

2.1 Relação dos maranhenses com as instituições europeias no século XIX através de seus intelectuais leitores e produtores de livros

O apogeu econômico maranhense, no século XIX, deu-se com a exportação do algodão e do açúcar, sendo que seu enriquecimento particular permitiram aos grandes senhores do Maranhão, desde o último quartel do século XVIII, o luxo de mandar seus filhos, os futuros condes, viscondes, barões, moços fidalgos e comendadores, estudar na Europa, principalmente em Coimbra, mas não raro na França e na Alemanha, de onde voltariam bacharéis e doutores em Leis, Filosofia, Medicina, Matemática.²⁸

O Maranhão possui uma localização privilegiada, próximo à linha do Equador, conta com um dos portos de maior profundidade do mundo, no qual podem atracar navios de grande porte. O Maranhão, em 1848, exportava algodão, arroz e couro, possuindo um comércio bastante efervescente. Do porto de São Luís, partiam embarcações com destino à Inglaterra (Liverpool), França (Havre e Marseille), Portugal (Lisboa e Porto), Estados Unidos (Salem e Nova York), Espanha (Barcelona), Alemanha (Hamburgo) e Bélgica (Antuérpia).

Nesses navios seguiam para a Europa nossas matérias-primas e também nossos estudantes. Para se ter uma ideia, São Luís no século XIX tinha um intercâmbio muito próximo com Portugal. Segundo Borralho²⁹, no ano de 1823, o número de alunos maranhenses que estudaram na Universidade de Coimbra representava 2,41% da população da Província no mesmo período, ocupando a 13ª colocação dentre as 19 províncias brasileiras que tiveram estudantes naquela instituição, tendo, entretanto, a 5ª colocação dentre o número de alunos ali matriculados.

Embora a porcentagem de 2,41% de estudantes maranhenses que estudaram na Universidade de Coimbra no ano de 1823 não fosse significativa no ensino superior,

²⁸ MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980. p. 299.

²⁹ BORRALHO, José Henrique de Paula. *Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009. p. 275.

em relação ao ensino secundário representa 12 vezes mais do que o percentual de estudantes maranhenses que passaram pelo Liceu Maranhense, entre 1838 e 1845. Esses fatos demonstram, em parte, a atenção dada a alguns privilegiados, em detrimento daqueles que não tinham condição de ir para a Europa ou até mesmo de cursar o ensino primário na província.

A diferenciação social no século XIX era mais pela questão econômica do que pela escolarização. A Constituição do Brasil de 25 de março de 1824 instituiu o voto censitário, no qual os eleitores eram selecionados de acordo com a renda anual. Só podiam votar aqueles que tinham uma renda líquida anual superior a 100 mil réis. A população estava muito preocupada com a posse de terras e bens materiais, de maneira geral, do que com a escolarização propriamente dita.

Quanto à instrução primária, no ano de 1844³⁰, esta era ofertada em apenas 47 escolas, atendendo a 1.263 alunos e, em 1846,³¹ esse nível de ensino foi oferecido em 51 escolas, para um total de 1.453 alunos, sendo que a população estimada, para o ano de 1845, era 200.000 almas, segundo o Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão³², o que ratifica a carência na oferta do ensino para a maior parte da população.

Temos consciência de que os dados acima apresentados são dados oficiais retirados dos relatórios dos presidentes de província, por isso, aqui não são tomados como verdades absolutas, mas são usados como parâmetro de comparação, para analisarmos o processo de expansão do ensino primário no Maranhão, ao longo do século XIX.

Nesse período, a elite cultural letrada do Maranhão era sustentada pela força de trabalho escravo, parcela da população que não tinha sequer o direito de frequentar as escolas primárias da província.

A província do Maranhão, no ano de 1841, possuía uma população de 217.054 almas, sendo 111.905 escravos e 105.149 cidadãos livres. Com a promulgação

³⁰ Relatório que dirigiu o Exmo. Presidente da província do Maranhão, João José de Moura Magalhães, à Assembleia Legislativa Provincial em 20 de junho de 1844. Maranhão, Typ. Maranhense, 1844.

³¹ Relatório que a Assembleia Legislativa da província do Maranhão apresentou o Exmo. Vice-presidente da província, Angelo Carlos Moniz, sessão de 20 de junho de 1846. Maranhão, Typ. de I.J. Ferreira, 1846.

³² MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão*. 3. ed. rev. e ampl. Edição crítica de Jomar Moraes e índice remissivo de Lino Moreira. São Luís: Edições AML, 2008. p. 799. Devido à ausência de dados (ainda que estimados) para os anos de 1844 e 1846 é que apresentamos a população do Maranhão de 1845. Esses dados estatísticos redondos são bastante “suspeitos”, problema esse que se repetia na maioria das Províncias brasileiras.

da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico interatlântico de escravos, em 4/9/1850, e da Lei do Ventre Livre, em 28/9/1871, o percentual de escravos foi diminuindo na sociedade maranhense. Assim, no ano de 1874, o Maranhão contava com uma população de 336.325 almas: 73.245 escravos e 263.080 livres. Da população livre, frequentavam as 132 escolas de instrução primária apenas 4.793 discentes, sendo 3.642 meninos e 1.151 meninas.³³

A população de escravos era proibida de frequentar as escolas, pelo Regulamento da Instrução Pública de 1854, Art. 41, § 4º.

Art. 41. Não poderão ser admitidos à matrícula:

§ 1º Os menores de 5 annos e maiores de 15;

§ 2º Os meninos, que padecerem molestia contagiosas;

§ 3º Os que não tiverem sido vacinados;

§ 4º Os escravos.

No entanto, alguns deles burlaram o regulamento e participaram de processos de escolarização no Maranhão, conforme atesta Cruz:

As camadas negras em condições diferenciadas no contexto imperial (a exemplo de liberto(a)s, escravo(a)s, ingênuos, escuros ou miscigenados) acessaram saberes da instrução elementar em processos escolares formais, apesar dos obstáculos impostos a elas. As formas de acesso se caracterizavam por estratégias variadas que abrangia a frequência em escolas particulares (pouco controladas pelo estado), matrícula em aulas de primeiras letras, cujos professores dependiam de quantidade elevadas de alunos para garantir valores salariais e mistificação da condição de escravo, fazendo-se passar por livre³⁴.

A presença de alunos escravos na escola não se restringiu apenas ao Maranhão. Alunos negros (como no caso de Minas Gerais) e mesmo filhos de escravo (como na Corte) podiam ser encontrados nas escolas elementares, em meados do século XIX, nas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. “Ainda que a Lei do Ventre Livre não explicitasse a obrigação dos senhores de destinarem instrução escolar aos ingênuos mantidos em seu poder, aparentemente esse era o entendimento partilhado por parte da sociedade.”³⁵

³³ Relatório com que o exm. sr. dr. Augusto Olympio Gomes de Castro passou a administração da província ao 3º vice-presidente, o exm. sr. dr. José Francisco de Viveiros, no dia 18 de abril de 1874, Maranhão, Typ. do Paiz, 1874.

³⁴ CRUZ, Marileia dos Santos. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX*. 2008. 195 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2008. p. 180.

³⁵ BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 2005. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2005. p. 76.

No século XIX, a capital da província do Maranhão, São Luís, dividia-se em três freguesias³⁶ de populações mais ou menos iguais. Dentre elas, a mais importante foi a de Nossa Senhora da Vitória, onde estava o comércio e a maior parte do funcionalismo público. Nessa freguesia, com mais instrução que as outras, e com um número de 9.012 habitantes, foram contados 5.176 analfabetos, em 1873, compreendendo também os escravos, que eram 2.623; subtraídos, estes, ficam 6.389 habitantes livres, 2.553 ignorantes não escravos, ou seja, 39% da população livre era analfabeta³⁷.

A população livre e letrada que vivia no Maranhão e respirava os aromas dos perfumes franceses, falando o português de Portugal, fundou, em São Luís, em 1817, o Teatro União, que mais tarde passaria a chamar-se Teatro São Luiz, que passou a trazer para o seu palco peças francesas traduzidas, produções maranhenses e também peças portuguesas³⁸.

Conforme comentamos anteriormente, segundo Magalhães, a modernidade está associada à cultura escrita, à imprensa tipográfica e ao livro como suportes básicos de um padrão civilizacional. O Maranhão possuía uma posição de destaque diante do restante do Brasil, na segunda metade do século XIX, contando a sua imprensa tipográfica com os prelos mais modernos, da época. Por volta de 1860, São Luís possuía onze prelos Washington (prelos mecânicos).

Na história da imprensa, primeiro surgiram os prelos manuais e posteriormente os prelos mecânicos. Comumente se usa o termo “prelo a vapor” como sinônimo de prelo mecânico. Com a efervescência da imprensa maranhense, através da instalação das tipografias, os maranhenses, em 1866, podiam desfrutar diariamente da leitura de jornais/livros (livros didáticos, inclusive) publicados pelos prelos das tipografias do Progresso, de Belarmino de Mattos, Tipografia de José Maria Correia de

³⁶ O Dicionário de Língua Portuguesa de Antonio de Moraes Silva (1789, p. 58), apresenta três significados para freguesia: § igreja paroquial. § o uso de ir comprar a certa parte. § as pessoas afreguesadas.

³⁷ OLIVEIRA, A. de Almeida. *O ensino público*. Edições do Senado Federal, v. 4. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 45-46.

³⁸ O *Jornal O Publicador Maranhense* de 16 de julho de 1866, quando o referido teatro se chamava Teatro S. Luiz, exemplifica isso que acabamos de expor. Em um mesmo anúncio podemos ler um recital de um drama em 4 atos original francês, tradução do afamado escritor português Ernesto Biester; *As mães arrependidas*, primeira representação da mimosa produção do ilustre maranhense Joaquim Serra; *O Salto de Leucade*, paródia aos *Ciúmes do Bardo*, do grande poeta português Castilho. In: PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz, segunda-feira, 16 de julho de 1866, n. 161, p. 2.

Frias³⁹, Tipografia Comercial, de Antônio Pereira Ramos d'Almeida, Tipografia Constitucional de Ignacio José Ferreira, Tipografia Da Fé, de uma associação, Tipografia de José Mathias Alves Serrão e a Tipografia do Major Joaquim Ferreira de Sousa Jacaranda⁴⁰.

Na década de 60 do século XIX, saíram, pelos prelos das tipografias maranhenses 19 jornais, com diferentes orientações políticas, como podemos observar na tabela:

Tabela 1- Imprensa maranhense (1860-1869)

	JORNAL	ORIENTAÇÃO POLÍTICA	TIPOGRAFIA/REDADORES
1	<i>Ordem e Progresso</i>	Jornal político e noticioso. Órgão da liga entre liberais e conservadores	Gentil Braga Belford Roxo Joaquim Serra
2	<i>A Jararaca</i>	Jornal político	Tip. Conservadora
3	<i>Porto Livre</i>	Jornal político, comercial e noticioso	Tip. do Comércio/Francisco de Salles Nunes Cascaes
4	<i>O Jardim das Maranhenses</i>	Jornal literário, moral, crítico e recreativo. Periódico semanal	-----
5	<i>O Artista</i>	Jornal dedicado à indústria e principalmente às artes	Tip. do Frias (mesma tipografia que imprimiu as 9 edições do <i>Livro do Povo</i>)
6	<i>A Situação</i>	Jornal político. Órgão do Partido Conservador	Fundadores: Eraclito Graça, Luis Antonio Vieira da Silva, João da Mata de Moraes Rego
7	<i>A Coalizão</i>	Jornal político e noticioso	Gentil Homem d'Almeida Braga, Joaquim Serra e J.J. Tavares Belford. Tip. do Progresso
8	<i>O Constitucional</i>	Jornal político e noticioso	Genuino J. C. Marreiros de Sá
9	<i>O Ramalhete</i>	Jornal literário e recreativo	Tip. do Comércio de Augusto Vespúcio Nunes Cascaes
10	<i>A Fé</i>	Jornal religioso e literário	Diversos redatores
11	<i>Echo da Juventude</i>	Jornal literário	-----

³⁹ José Maria Correia de Frias, nasceu em Lisboa em 2 de novembro de 1828 e faleceu em São Luís aos 29 de janeiro de 1903. Filho de Antonio Correia de Frias e Cicilia Thereza de Val Farias. Foi para o Maranhão em 1848, na idade de 20 anos e vendo-se só, tratou de fazer-se homem por si mesmo. Empregado na casa de Joaquim Corrêa Marques da Cunha Torres, proprietário de tipografia, aplicou-se à arte, sendo depois administrador da oficina. Em 1867, por falecimento do proprietário, ficou Frias com a tipografia, que logo se tornou a primeira, devido ao gênio ativo e empreendedor de seu novo proprietário.

⁴⁰ *Almanak do povo para 1867*. São Luiz: J. M. C. de Frias, 1867. p. 67.

12	<i>Exposição Evangélica</i>	Órgão da Igreja Católica	Pe. Thomaz de Noronha
13	<i>O Apreciável</i>	Órgão de legítimas ideias conservadoras sem mescla	Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá
14	<i>Semanário Maranhense</i>	Jornal literário	Gentil Braga, Celso Magalhães, Sotero dos Reis, Cesar Marques, Sabas da Costa e o poeta Souzandrade
15	<i>O Artista (2ª fase)</i>	Jornal dedicado à indústria e principalmente às artes	Fernando Luis Vieira, Luis Vieira Ferreira, Joaquim Vieira Ferreira, Miguel Vieira Ferreira
16	<i>A Actualidade</i>	Jornal político noticioso. Defendia o Partido Conservador	Redator: João de Maria Moraes Rego Impresso por: Jenuíno José Carlos Marreiros de Sá
17	<i>A Nação</i>	Hebdomedário político.	Redatores: Jesuino José Carlos Marreiros de Sá
18	<i>O Liberal</i>	Jornal político e noticioso	Redatores: Viana Vaz e Casimiro Júnior
19	<i>O Represador</i>	Periódico chistoso	Redatores: César Caatinga da Gama e Kagado de Farias

FONTE: VILANETO, Quincas. Catálogo Histórico da Imprensa Maranhense. v.1. São Luís: UEMA, 2008. p. 102-108.

Nesse mesmo período, o Maranhão possuía ainda quatro livrarias: a do Frutuoso, a de Carlos Seidl, a Francesa-Portuguesa e a Universal. As tipografias eram espaços para publicação das produções locais (jornais, livros, relatórios) e até de outras províncias, assim como das traduções das obras estrangeiras. Esses livros circulavam nas prateleiras/mesas da Biblioteca Pública Provincial do Maranhão e do Gabinete Português de Leitura do Maranhão.

Nesse contexto de efervescência cultural, formou-se uma geração de intelectuais⁴¹ no Maranhão, composta por: Manuel Odorico Mendes, João Inácio da Cunha, Francisco Sotero dos Reis, José Cândido de Moraes e Silva, Antônio Pedro da Costa Ferreira, Feliciano Antônio Falcão, Joaquim Franco de Sá, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, João Pedro Dias Vieira, Joaquim Gomes de Sousa, Antônio Joaquim

⁴¹ De acordo com Jean-François Sirinelli, existem duas acepções para intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores culturais”, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto, postam-se uma grande parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 242.

Franco de Sá, João Duarte Lisboa Serra, Trajano Galvão de Carvalho, Belarmino de Matos, Francisco José Furtado, Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Antonio Marques Rodrigues e Doutor Frei Custódio Alves Serrão todos eles foram biografados na obra *Pantheon Maranhense*, organizada pelo Dr. Antônio Henriques Leal⁴². Eles pertenceram à primeira geração (1846-1868) de intelectuais maranhenses, conforme classifica Antonio Lobo⁴³.

Todos esses homens acima tinham uma identidade em comum: o fato de serem maranhenses, uma identidade marcada pelas origens territoriais, classe social, gosto pela literatura, e espaços frequentados (redações de jornais, tipografias, livrarias, teatros, escolas, universidades).

Tal situação nos remete a direcionar o nosso olhar para o método da prosopografia, que busca compreender as biografias coletivas, que contribuem para os estudos da história política, procurando identificar as características que são comuns a um determinado grupo de pessoas (no nosso caso, literatos), em um determinado tempo histórico (1846-1868), num determinado espaço físico (São Luís-MA), buscando perceber as suas relações internas e externas (Rio de Janeiro ou Europa). Esse mesmo grupo passa a fazer parte de uma rede que se uniu pela literatura e que tem sua inserção passando pela política e pelo exercício de cargos públicos, quer seja na província ou fora dela. Enfim, coletivamente, possuem um elemento de aproximação/distanciamento. À medida que eles se aproximam uns dos outros pelas suas afinidades literárias, se afastam do restante da população maranhense que segue analfabeta.

Já Aluísio Azevedo, Teófilo Dias, Raimundo Corrêa, Coelho Neto, Graça Aranha, Artur Azevedo, Celso Magalhães, Ribeiro do Amaral, Barbosa de Godóis, compuseram a chamada segunda geração (1890-1930) de intelectuais, intitulados por Antonio Lobo como *novos atenienses*⁴⁴.

Ainda que a freguesia de Nossa Senhora da Vitória⁴⁵, freguesia esta que possuía o maior grau de instrução de toda a província, apresentasse no ano de 1873,

⁴² LEAL, Antonio Henriques. Documentos Maranhenses. *Pantheon Maranhense*, Ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. 2. ed, tomos I e II, Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.

⁴³ LOBO, Antonio. *Os novos atenienses*: subsídios para a história literária do Maranhão. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1909.

⁴⁴ Sobre os novos atenienses, consultar: MARTINS, Manoel Barros. *Operários da Saudade*: os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2006. (Coleção de Teses e Dissertações – Departamento de História – UFMA).

⁴⁵ Localizada em São Luís do Maranhão.

39% de sua população analfabeta, o Maranhão foi considerado a *Atenas Brasileira*⁴⁶, sendo umas das províncias mais desenvolvidas do País em termos de instrução.

Houve no século XIX, uma pequena parcela da população maranhense que usufruiu dos bens culturais. Muitos desses privilegiados, ao voltar da Europa, após os estudos superiores, escreveram e publicaram seus livros, graças à implantação da imprensa tipográfica na província, o que demonstra elementos da modernidade sendo colocados em prática.

Esses livros publicados no Maranhão, conforme mencionamos anteriormente, eram inicialmente traduções e, posteriormente, publicações (livros de literatura e livros didáticos) de autores nativos ou imigrantes. Eles serviram de alicerce para a formação dos maranhenses, tanto nas escolas primárias, como no Liceu. É sobre a criação/ampliação/obrigatoriedade das escolas primárias que trataremos a seguir.

2.2 Criação das escolas primárias, aspectos legais, exigências de professores e de sua formação

Como vimos, até o primeiro quartel do século XIX, não haviam sido oferecidas condições de acesso à escola aos escravos no Maranhão, para que os mesmos usufríssem da educação, muito embora, à época, a discussão acerca da importância da educação formal estivesse presente nos estados nações, conforme aludem Godois⁴⁷ e Hobsbawm⁴⁸.

A dinâmica da escolarização foi uma dinâmica de inclusão social, uma vez que, para as elites, este fator seria fundamental para completar-se o processo de civilização⁴⁹. A escassez de oferta traduz também os reflexos da estrutura social excludente, baseada no modelo escravista, que impedia os escravos e as camadas

⁴⁶ A elite maranhense, sempre mais ligada a Lisboa, Porto, Coimbra que ao Rio de Janeiro, não viu com bons olhos a formação de um núcleo decisório da balança das decisões políticas, cuja atenção se voltava mais para as regiões consideradas mais ricas, mais importantes no jogo político, e até mais próximas da sede do poder. A formação da Athenas foi uma moeda de troca da elite maranhense em se fazer notar, senão por sua importância econômica devido à sazonalidade dos preços internacionais do algodão e da precariedade do seu sistema de produção econômica espalhado pelo interior da província, então, por sua notoriedade intelectual. BORRALHO, 2009, p. 51.

⁴⁷ GODOIS, Barbosa de. *O mestre e a escola*. São Luís: Imprensa Oficial, 1911.

⁴⁸ HOBSBAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1710: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁴⁹ VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, set/out/nov/dez 2002. p. 100.

populares maranhenses de considerarem a escola e a aquisição da cultura letrada como necessárias e, muito menos, como um direito deles.

Embora a lei de 15 de outubro de 1827⁵⁰, promulgada por D. Pedro I, estabelecesse em seu artigo 1º que: “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.”

Ainda assim, em 1832, só havia 18 escolas elementares em funcionamento em toda a Província do Maranhão, conforme os dados disponíveis. Já em 1858, existiam 72 escolas de primeiras letras, atendendo a 2.554 alunos⁵¹. Ampliou-se também o número de municípios e localidades onde eram ofertadas as aulas de primeiras letras. Em 1838, havia escolas em 23 localidades da Província (conforme tabela 2), enquanto que em 1861, esse número já havia se elevado para 50 (conforme tabela 3).

Tabela 2 - Distribuição das Escolas Públicas Primárias na capital e no interior do Maranhão. Ano – 1838

Localidades	N. de escolas
1. Capital	2
2. Alcântara	1
3. Arari	1
4. Brejo	1
5. Caxias	1
6. Guimarães	1
7. Icatu	1
8. Mearim	1
9. Monção	1
10. Paço do Lumiar	1
11. Pastos Bons	1
12. Pinheiro	1
13. Itapecuru	1
14. Rosário	1

⁵⁰ Primeira e a única Lei Geral para a Instrução Pública relativa ao ensino elementar, da Independência até 1946.

⁵¹ *Relatorio do Presidente da provincia do Maranhão*, o doutor João Lustosa da Cunha Paranaguá, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1859. Maranhão: Typ. de J.M.C. de Frias, 1859. p. 13.

15. S. Bento	1
16. S. João de Côrtes	1
17. S. Antônio das Almas	1
18. S. Vicente de Ferrer	1
19. S. Miguel	1
20. Tutóia	1
21. Vinhais	1
22. Viana	1
23. Vargem Grande	1
TOTAL	24

FONTE: VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit. p. 7 apud CABRAL, 1984. p. 139.

Tabela 3 - Número das escolas existentes no Maranhão, pelo Dr. José da Silva Maya,
Inspetor da Instrução Pública em 19 de abril de 1861

N. dos municípios	Municípios	N. dos círculos	Círculos literários	Sexos	N. de escolas
1	Capital	1	1ª Freguesia	Masculino	1
	”		”	Feminino	2
	”		Recolhimento	”	3
	”	2	2ª Freguesia	Masculino	4
	”		”	Feminino	5
	”	3	3ª Freguesia	Masculino	6
	”		”	Feminino	7
	”	4	Educandos	Masculino	8
	”	5	Vinhaes	”	9
	”	6	Bacanga	”	10
2	Alcântara	7	Alcântara	Masculino	11
	”		”	Feminino	12
	”	8	S. João de Côrtes	Masculino	13

	”	9	Santo Antonio e Almas	”	14
3	Viana	10	Viana	Masculino	15
	”		”	Feminino	16
	”	11	Monção	Masculino	17
	”		”	Feminino	18
4	Mearim	12	Mearim	Masculino	19
	”		”	Feminino	20
	”	13	Arari	Masculino	21
	”		”	Feminino	22
5	Guimarães	14	Guimarães	Masculino	23
	”		”	Feminino	24
	”	15	Pinheiro	Masculino	25
	”	16	S. Isabel	”	26
6	Caxias	17	1º Distrito	Masculino	27
	”		”	Feminino	28
	”	18	2º Distrito	Masculino	29
	”	19	Trizidela	”	30
7	Brejo	20	Brejo	Masculino	31
	”		”	Feminino	32
	”	21	S. Bernardo	Masculino	33
	”	22	Buriti	”	34
8	Rosario	23	Rosário	Masculino	35
	”		”	Feminino	36
	”	24	S. Miguel	Masculino	37
9	Vargem Grande	25	Vargem Grande	Masculino	38
	”		”	Feminino	39
	”	26	Chapadinha	Masculino	40
10	Tutoia	27	Tutoia	Masculino	41
	”	28	Araioses	”	42
	”	29	Barreirinhas	”	43
11	Pastos Bons	30	Pastos Bons	Masculino	44

	”		”	Feminino	45
	”	31	S. Felix de Balsas	Masculino	46
12	S. Bento	32	S. Bento	Masculino	47
	”		”	Feminino	48
13	Cururupu	33	Cururupu	Masculino	49
	”		”	Feminino	50
14	Turiaçu	34	Turiaçu	Masculino	51
	”		”	Feminino	52
15	S. Helena	35	S. Helena	Masculino	53
	”		”	Feminino	54
16	Icatu	36	Icatu	Masculino	55
	”	37	Miritiba	”	56
17	Itapecuru	38	Itapecuru-Mirim	Masculino	57
	”		”	Feminino	58
18	Anajatuba	39	Anajatuba	Masculino	59
	”		”	Feminino	60
19	Codó	40	Codó	Masculino	61
	”		”	Feminino	62
20	Carolina	41	Carolina	Masculino	63
	”		”	Feminino	64
21	Barra do Corda	42	Barra do Corda	Masculino	65
				Feminino	66
22	S. Vicente Ferrer	43	S. Vicente Ferrer	Masculino	67
23	Paço do Lumiar	44	Paço do Lumiar	Masculino	68
24	Coroatá	45	Coroatá	Masculino	69
25	S. Luiz Gonzaga	46	S. Luiz Gonzaga	Masculino	70
26	S. José	47	S. José dos Matões	Masculino	71
27	Passagem Franca	48	Passagem-Franca	Masculino	72
28	Riachão	49	Riachão	Masculino	73
29	Chapada	50	Chapada	Masculino	74

FONTE: Relatório Francisco Primo de Sousa Aguiar, 3/7/1861, Anexo n.3

A elevação do número de localidades, escolas e matrículas é uma decorrência da lei de 15/10/1827. Era nossa intenção apresentar esses números no período que antecede 1827, contudo os relatórios de presidentes de província do Maranhão não estão disponíveis, impossibilitando a apresentação dos dados de matrícula da escola primária do primeiro quartel do século XIX.

Nos estudos na área de História da Educação, comumente utilizamos dados estatísticos, para discutir nosso objeto de estudo, embora saibamos que “as estatísticas não refletem a realidade, refletem o olhar da sociedade sobre si mesma”.⁵² E esse olhar sobre a realidade que lançamos em nosso trabalho é o olhar oficial, uma vez que nossas principais fontes são os relatórios de presidentes de província. Os números apontados, normalmente, são aqueles que irão enaltecer as ações do presidente de província. Como diz Besson, os dados de um recenseamento não são exatos, o que não quer dizer que sejam falsos.

A situação do ensino maranhense, em nível nacional, não diferia muito em relação às outras províncias. O Maranhão, em 1865, atendia a mais de 10% de sua população escolar livre, enquanto São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro atendiam respectivamente 8,5 8,3 e 8,0%. A posição do Maranhão destacava-se dentro do contexto nordestino, cujo atendimento variava de 3% a 7%, com exceção de Alagoas, que era mais ou menos igual ao Maranhão. Esta província posicionava-se inferior apenas às do Sul, que, devido à imigração, apresentavam um desenvolvimento educacional superior às demais províncias brasileiras⁵³. Embora os índices de escolarização maranhense na segunda metade do século XIX tenham sido destaque em âmbito nacional, cerca de 90% da população livre, mais os escravos ficavam sem acesso à escolarização. Uma das dificuldades enfrentadas pelo ensino maranhense no período mencionado foi a carência de profissionais com formação específica para a docência, devido à ausência da Escola Normal na província do Maranhão até 1890. Constatação que Oliveira faz, em sua obra editada 5 anos após estes índices, revela no capítulo especial dedicado às Escolas Normais, com o seguinte discurso sobre essas instituições:

Nada mais simples que a razão de ser das escolas normais. Tudo se reduz a um silogismo. Ninguém pode exercer um ofício que não conhece. Ora, o magistério é um ofício. Logo quem quiser segui-lo deve conhecê-lo.

⁵² BESSON, Jean-Louis (Org.) *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995. p. 18-19.

⁵³ PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1973. p. 67.

Na verdade, que o professor exerce um ofício não há dúvida alguma. É o seu ofício a pedagogia ou a arte de ensinar meninos, isto é, habilitá-los para a vida social por meio da instrução, de que todo homem necessita.

E que o mesmo ofício não pode ser exercido, ao menos convenientemente, senão por quem o conhece, prova em geral o aprendizado de todos os ofícios, ainda os mais insignificantes, e particularmente a importância da pedagogia⁵⁴.

Ainda que os professores maranhenses não tivessem uma formação pedagógica até a criação da Escola Normal, os mesmos só eram nomeados para o cargo de professor se atendessem a uma série de exigências sociais e morais, como podemos observar no Regulamento da Instrução Pública de 1854⁵⁵:

Art. 6º. Só podem exercer o magistério público os indivíduos que provarem perante o governo da Província:

1º. Maioridade legal, por certidão de justificação de idade;

2º. Moralidade, por folhas corridas nos lugares onde tenham residido nos três anos mais próximos à data de seu requerimento e atestado dos respectivos párocos;

3º. Capacidade profissional, por exame feito em presença de três examinadores nomeados pelo governo e pelo inspetor da instrução pública.⁵⁶

Diante do exposto, infere-se que os professores eram capacitados, pois eram submetidos a uma banca examinadora composta por três examinadores, lhes faltando apenas a formação pedagógica. A respeito da ausência de professores com formação pedagógica, segundo Viveiros⁵⁷, o governo provincial enviara à França, desde 1838, Felipe Benício de Oliveira Condurú, que, ao regressar ao Maranhão, em 1840, regeu uma aula para implantação do método lancetrino⁵⁸, preconizado pela lei de 15/10/1827 e pela lei nº 76, de 24/07/1838.

⁵⁴ OLIVEIRA, A. de Almeida. *O ensino público*. Edições do Senado Federal, v. 4. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 211. (1ª edição: 1873). Nesta tese utilizou-se a edição do ano de 2003.

⁵⁵ A documentação nos deixa em dúvida se esse regulamento é de 1854 ou de 1855. No sumário do livro ele aparece como “Regulamento de 2 de fevereiro de 1855 – Reorganiza e regula o ensino elementar e secundário”. Já na última página do regulamento, na parte da assinatura tem-se: “Palacio do governo do Maranhão 2 de fevereiro de 1854 – Eduardo Olímpio Machado”. César Castro refere-se a este regulamento como sendo de 1854, assim também o faremos.

⁵⁶ MARANHÃO. *Regulamentos e outros autos da presidência da Província do Maranhão de 1854 e 1855*. Maranhão: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, 1856. p. 23.

⁵⁷ VIVEIROS, Jerônimo José de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XVII, n. 45, p. 39, jan./mar. 1952.

⁵⁸ O método lancetrino (método monitorial/mútuo) foi aplicado nas escolas primárias de todo o Brasil. Sobre a aplicação desse método no Rio de Janeiro entre 1823 e 1840, temos os estudos de Teresa Maria R. Fachada L. Cardoso. Em Minas Gerais, a aplicação do ensino mútuo entre os anos de 1823 e 1840 foi estudada por Luciano Mendes de Faria Filho e Walquíria Miranda Rosa. Em São Paulo, foi estudado por Maria Lúcia Hilsdorf em 1999 e em 2003 por Fátima Maria Neves; no Rio Grande do Sul quem se debruçou sobre esse tema foi Jaime Giolo. Informações retiradas de: BASTOS, Maria Helena Camara;

A prática de enviar professores para estudarem na França com subsídio do governo provincial não foi algo peculiar ao Maranhão. A província da Bahia também adotou essa mesma prática, enviando professores para estudarem na Escola Normal de Paris e, quando do seu regresso à Bahia, fundando a Escola Normal Baiana⁵⁹. Tal ocorrência repetiu-se em Minas Gerais, conforme atestam Resende e Faria Filho⁶⁰.

Assim, no Maranhão, foi instalada uma aula de Pedagogia, anexa ao Liceu Maranhense, orientada pelo então diretor deste estabelecimento, a qual teve seus dias de prosperidade. Apesar da tentativa de criação de um prédio próprio para aula de Pedagogia do Maranhão em 1844, a mesma não foi adiante pela falta de matrículas. Deste modo, não foram difundidos os estudos desenvolvidos por Felipe Condurú na França, pois parte dos professores maranhenses obrigados a fazer o estágio de aprendizagem⁶¹ do novo método não viram com bons olhos esse recurso de aperfeiçoamento, como registram as escusas apresentadas pelos professores das localidades de Rosário, S. João de Cortes, entre outras⁶².

É oportuno ressaltar que a adoção do método lancastrino em terras brasileiras foi uma estratégia de economicidade para tentar expandir a educação primária, sem, no entanto, expandir o número de professores. Através desse método, podia-se ensinar ao mesmo tempo de 60 a 100 alunos. Em face dessa inovação metodológica, a condução do exercício do ensino se dava de maneira coletiva e nunca individual⁶³.

No Maranhão, segundo o Regulamento para as escolas públicas de primeiras letras da província de 1877⁶⁴, a organização didática das escolas se dava da seguinte forma:

Art. 24 Nas escolas frequentadas por menos de 20 alunos o professor por si mesmo tomar-lhe-á as lições.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). *A escola elementar no século XIX*. Passo Fundo: Edupf, 1999.

⁵⁹ NUNES, 2003a, p. 54 apud NUNES, Antonietta d'Aguiar. *A educação na Bahia imperial (1823-1889)*. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos. *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008. p. 131.

⁶⁰ RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX: os relatórios dos presidentes da província*. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 2, jul./dez. 2001. p. 102.

⁶¹ Formação em serviço.

⁶² VIVEIROS, *op. cit.*, p. 39.

⁶³ NEVES, *op. cit.*, p. 177.

⁶⁴ Regulamento para as escolas públicas de primeiras letras da província, 1877. In: CASTRO, César Augusto. *Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)*. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 418.

Nas que forem por 20 até 30 alunos, dividi-los-á em tantas classes quantas forem convenientes para facilitar o ensino como é de uso no método simultâneo; e nas que forem por maior número, o professor empregará o método do ensino mútuo ou misto, como for mais conveniente, distribuídos os alunos em classes ou decúrias.

Na província do Rio de Janeiro, capital do País à época, mesmo aqueles professores que já se encontravam em exercício, mas que não tinham o domínio do método mútuo foram obrigados a cursar a Escola Normal para aprendê-lo. Em caso de recusa, seriam aposentados com metade do ordenado ou mesmo jubilados⁶⁵. Tal dispositivo assemelha-se, em parte, ao do Maranhão, tendo em vista que a legislação entre as províncias era muito próxima uma das outras.

O magistério não se apresentava como uma profissão atraente. Mesmo numa província com raras oportunidades de estudo/formação, parte dos professores recusou participar de um curso oferecido para o aperfeiçoamento do magistério.

Através do Regulamento da Instrução Pública, de 2 de fevereiro de 1854, o governo provincial torna o ensino primário obrigatório, inclusive estabelecendo o valor das multas em caso de desobediência ao regulamento:

Art. 36 Os paes, tutores, curadores ou protetores, que tiverem em sua companhia meninos maiores de 7 annos sem impedimento physico ou moral, e não lhes derem o ensino pelo menos do primeiro grao, incorrerão na multa de 10\$000 a 60\$000 reis, conforme as circumstancias⁶⁶.

Por este mesmo regulamento, no que diz respeito ao ensino particular primário, o artigo 60 dispõe que “ninguém poderá abrir escola ou outro qualquer estabelecimento particular de ensino primário e secundário sem prévia autorização do presidente da província, precedendo informação do inspetor da instrução pública”.⁶⁷

Através da elaboração das leis e dos regulamentos, observa-se uma preocupação em estabelecer a obrigatoriedade da educação, bem como de propiciar os meios para que ela ocorra. Conforme atesta Veiga, no século XIX, a escolarização manteve-se sobre o monopólio do Estado e a “dinâmica da escolarização foi uma

⁶⁵ VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 151.

⁶⁶ Regulamento de 2 de fevereiro de 1854. In: *Regulamentos e outros autos da presidencia da Província do Maranhão de 1854 a 1855*. Maranhão: Typ. Constitucional, 1856. p. 28.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 33-34.

dinâmica de inclusão social, uma vez que para as elites este fator seria fundamental para completar-se o processo de civilização”⁶⁸

Desde que o ensino é obrigatório, a província não pode eximir-se de fornecer livros, papel e outros objetos, e roupas precisas aos indigentes. – Assim deverá a Assembleia legislativa ou tornar o ensino livre⁶⁹ ou habilitar o governo a satisfazer estas exigências do ensino público⁷⁰.

Ao mesmo tempo em que o governo tornava obrigatório (do ponto de vista legal) o ensino primário, demonstrava que não conseguia ofertar turmas de acordo com a demanda e, ainda por cima, facultava a abertura de escolas por conta da iniciativa privada.

Nesse contexto de contradições é que o governo provincial paulatinamente vai concedendo a liberdade de ensino, de início, através da Constituição de 1848 e posteriormente concretizada através do Regulamento da Instrução Pública de 1874, art. 10:

[...] é livre a todo cidadão⁷¹, nacional ou estrangeiro, o ensino da instrução primária de um ou de outro grau, devendo apenas comunicar a abertura da escola ao respectivo delegado literário, a quem remeterá mapas semestrais de frequência dos alunos, e lhe ministrará as informações que lhe forem exigidas⁷².

Diante da liberdade de ensino concedida, a sociedade civil começa a organizar-se através de sociedades, como “Sociedade Maranhense Protetora dos Alunos Pobres”⁷³, “Sociedade 11 de agosto”⁷⁴, “Sociedade Protetora dos Caixeiros e Patriótica”⁷⁵, “Sociedade Primeiro de Dezembro”⁷⁶.

⁶⁸ VEIGA, *op. cit.*, p. 100.

⁶⁹ Conforme comentado anteriormente o Estado mantinha o monopólio sobre a escolarização. Ensino livre implica oferta de vagas tanto por meio de iniciativas públicas como privadas.

⁷⁰ MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias: subsídios para a história da Educação no Brasil 1834-1889*. 1º volume: das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 219. Citação referente ao ano de 1873.

⁷¹ O cidadão é todo individuo gozando dos direitos e respeitando os deveres definidos pelas leis e pelos costumes da Cidade. Neste sentido, a cidadania é o resultado de uma efetiva integração social. In: JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008. p. 44.

⁷² *Collecção das Leis Provinciais do Maranhão de 1874*. Maranhão: Typ. do Paiz, 1874. p. 136.

⁷³ A Sociedade Maranhense Protetora dos Alunos Pobres visava angariar fundos, em benefício da instrução elementar. CABRAL, *op. cit.*, p.45.

⁷⁴ A Sociedade 11 de Agosto, fundada em 15/7/1870, por iniciativa dos senhores Antônio de Almeida Oliveira e João Antonio Coqueiro oferecia em 1873 instrução primária e secundária a 449 alunos. CABRAL, *op. cit.*, p. 45.

⁷⁵ A sociedade beneficente protetora dos caixeiros, fundada em 19/1/1868, tendo organizado os seus estatutos em 30/11/1871, em 23 de dezembro do mesmo ano, teve-os aprovados pelo governo da

A organização dessas sociedades não era algo específico do Maranhão. De acordo com Barbanti, em São Paulo, também houve várias iniciativas dessa natureza. Segundo a autora,

[...] a aprovação da Lei n. 54, de 1868, não garantia apenas o funcionamento de estabelecimentos privados não qualificados. Muitos particulares responderam ao movimento pró-educação popular de responsabilidade dos poderes públicos, com iniciativas renovadoras e enriquecedoras de vários setores do ensino sob a sua responsabilidade. Associações patrocinaram a abertura de aulas noturnas para o ensino de adultos na capital e em várias cidades do interior. Em 1873, já existiam na província 7 cursos noturnos masculinos de 1º grau e um de 2º grau para ambos os sexos, sustentado este na capital desde 1873 pela “Sociedade Propagadora da Instrução Popular”, com as seguintes matérias: leituras de clássicos, português, composição, gramática, geografia, matemática, física, política, história do Brasil, língua francesa, escritura mercantil e música vocal. [...] ⁷⁷

Dessa forma, em 1871 registra-se uma tentativa de implantação do Curso Normal em São Luís, a cargo da Sociedade Onze de Agosto. Para tanto, elaboraram um regulamento ⁷⁸ para o seu funcionamento, composto por 51 artigos, distribuídos em 7 capítulos, a saber:

- I - Fim, meios e plano do Curso Normal
- II - O tempo letivo, exames de admissão anuais e gerais, matrícula
- III - Do pessoal, diretor e mais empregados
- IV - Dos professores substitutos e respectivos vencimentos
- V - Da congregação
- VI - Do diploma e do anel magistral
- VII - Das disposições gerais

província. Sendo os fins desta instituição, 1º socorrer e auxiliar aos seus membros e 2º estabelecer aulas noturnas para os mesmos e seus filhos, em 1/9/1860 abriu a de gramática da língua portuguesa, em 1º de maio do ano próximo passado a de francês, em 1º do mês ultimamente findo a de escrituração, aritmética e contabilidade prática. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão pelo Exm. Sr. presidente da província Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha por ocasião da abertura da mesma assembleia no dia 17/5/1873*. Maranhão: Typographia do Frias, 1873. p. 43.

⁷⁶ A Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro – Instalou-se em 1/12/1862, por iniciativa do cônsul português Dr. Claudino de Araújo Guimarães e a esforços dos súditos portugueses Joaquim José Domingues Lima e Jose Martins Dias. O fim dela era socorrer os portugueses desvalidos, tratando-os quando doentes. MARQUES, *op. cit.*, p. 610.

⁷⁷ BARBANTI, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado), São Paulo, 1977. p. 39.

⁷⁸ Assinaram o regulamento: João Antonio Coqueiro – Presidente, Roberto H. Hall – Vice-Presidente, João Cândido de Moraes Rego - 1º secretário, José Nepomuceno Frazão – 2º secretário, João José Fernandez Silva – Tesoureiro, Eduardo Américo de Moraes Rego, Francisco R. Faria de Mattos e Agostinho Autran – Diretores.

O Curso Normal da Sociedade Onze de Agosto recebeu apoio da Assembleia Legislativa Provincial, que aprovou os cursos para o primeiro e o segundo ano, cursos esses gratuitos e públicos, conforme apresentado no relatório do presidente da província⁷⁹ do Maranhão de 1874:

Felizmente a patriótica sociedade – Onze de Agosto – pediu à assembléa provincial um auxílio de 4:800\$000 [quatro contos e oitocentos mil réis] para sustentação de um curso normal que pretendia crear com o fim de formar professores para o ensino primário.

A lei n. 1089 de 17 de julho deste anno [1874] auctorizou o governo a dar esse auxilio pecuniário a dita sociedade, estabeleceu as regras para se constituir o curso normal, colocou-o debaixo da immediata inspecção do inspector da instrucção pública e do presidente da província.

Desta forma com pequena despeza aos cofres públicos ficou completa a reforma da instrucção publica na província.

Por portaria de 13 de agosto approvei as instrucções organizadas pela directoria da dita sociedade, pelas quaes se deve reger o curso normal creado pela forma da lei, e bem assim por portaria de 25 de setembro corrente approvei o programma das matérias de ensino de que se deve compor o mesmo curso normal.

Em data de 20 de agosto participou-me aquella directoria que tinha inaugurado o dito curso normal nesse mesmo dia⁸⁰.

A tentativa de fundação de um curso para formação de professores no Maranhão, através da Sociedade Onze de Agosto fracassou, sendo, portanto, a Escola Normal considerada uma *instituição tardia* no Maranhão, por Motta e Nunes⁸¹, uma vez que a primeira Escola Normal a ser instalada no Brasil foi a de Niterói, em 1835, e que a do Maranhão só foi de fato consolidada em 1890⁸².

Diante de tal situação, nos perguntamos: qual a formação das professoras das escolas de primeiras letras do Maranhão, antes da implantação da Escola Normal?

⁷⁹ Conforme comentado anteriormente, trata-se de uma fonte oficial, portanto, deve ser lida e analisada cautelosamente.

⁸⁰ MARANHÃO. *Relatório com que o Exm. Snr. Vice-presidente Dr. José Francisco de Viveiros passou a administração da província ao Exm. Snr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro em 28/09/1874*. Maranhão: Typ. do Paiz, 1874. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u347/>>. Acesso em: 25 jan. 2011. p. 25-26.

⁸¹ MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal uma instituição tardia no Maranhão. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.) *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 299-306.

⁸² Através do Decreto n. 21 de 15 de abril de 1890 que reorganizava o ensino público no Estado do Maranhão. Entretanto, há controvérsias sobre a primeira Escola Normal do Maranhão. Fran Paxeco não considerou a tentativa de 1840-1844 como sendo uma Escola Normal, uma vez que era ofertada apenas uma disciplina de Pedagogia (anexa ao Liceu) pelo Prof. Condurú a professores que já exerciam a docência, sendo transformada mais tarde em escolas de primeiras letras, pela ausência de alunos-professores. Entretanto, esta mesma experiência foi considerada por Viveiros como a primeira tentativa de implantação de uma Escola Normal no Maranhão.

Parte dessa resposta, encontramos no relatório de Reis de 1870⁸³, que trata sobre a destinação das educandas do Asilo de Santa Tereza. Segundo ele, de um total de 23 moças, 8 (34%) se tornaram professoras públicas, trabalhando tanto na Capital, como no interior, a exemplo de vilas, como Santa Helena, Barreirinhas, Turiaçu, entre outras.⁸⁴

Ainda sobre a destinação das educandas do Asilo de Santa Tereza, segundo Rodrigues, para aquelas que não encontravam marido, uma das alternativas, às mulheres celibatárias que possuíam instrução, era tornarem-se mestras de primeiras letras⁸⁵.

Essa rápida incursão acerca da formação docente na Província nos instiga a configurar resumidamente a escola primária à época. No item seguinte, apresentaremos os entraves para o avanço da escolarização primária, tais como a carência de professores e a precariedade do mobiliário.

2.3 Estrutura organizativa para controle das ações no campo da escolarização primária

O mundo passava por grandes transformações com o advento da Revolução Industrial. Uma das grandes inovações da Revolução Industrial foi a criação do motor a vapor de Watt. Como consequência dessa grande inovação foi que os prelos passaram de manuais para mecânicos.

Nesse contexto, a sociedade passou a adotar novos costumes, como parte do processo civilizador. E como as nações trocariam informações entre si? Como as nações exibiriam seus progressos tecnológicos? É o que veremos a seguir.

Os governantes brasileiros, após a independência do País, não queriam ficar excluídos das inovações tecnológicas e educacionais da época e, para tanto, resolveram mostrar, às nações europeias e aos Estados Unidos, as inovações produzidas nacionalmente. Dessa maneira, optaram por participar das Exposições Universais⁸⁶,

⁸³ Apud CASTRO, César Augusto. Bordar, coser e casar: a educação das desvalidas de Santa Tereza (Maranhão / 1856-1871). In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2010, Salvador. *Anais...* Salvador, 2010. p. 13-14.

⁸⁴ CASTRO, 2010. p. 13-14.

⁸⁵ RODRIGUES, Maria José Lobato. *A educação feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição*. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010. p. 108.

⁸⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

verdadeiras vitrines, para exibição do que havia de mais moderno nas nações mais avançadas do mundo.

Quanto às exposições universais foram realizadas entre 1851 e 1922 na Europa, nos Estados Unidos e também na América do Sul, nas cidades de Londres (1851 e 1862), Paris (1855, 1867, 1878, 1889 e 1900), Viena (1873), Filadélfia (1876), Buenos Aires (1882), Antuérpia (1883), Chicago (1893), Luisiana (1904), Milão (1906), Bruxelas (1910), São Francisco (1915) e Rio de Janeiro (1922). Essas exposições tiveram uma média de 15,76 milhões de participantes cada, sendo a exposição mais visitada a de Paris, em 1900, contando com 47 milhões de pessoas, e a menos visitada foi a exposição que aconteceu no Rio de Janeiro em 1922, contando com 3,6 milhões de visitantes.⁸⁷

Concomitantemente às exposições internacionais, o Brasil realizou 7 exposições nacionais nos anos de 1861, 1866, 1873, 1875, 1881 (Exposição da Indústria Nacional), 1908 (Exposição comemorativa do centenário da abertura dos portos) e 1922 (Exposição comemorativa do centenário da independência)⁸⁸.

Para elaboração do material de divulgação que seria usado nas exposições, a corte imperial solicitava das províncias dados sobre legislações especiais; preceitos e sistemas de educação preconizados; material escolar e instituições de ensino; ensino especial para cegos, surdos, mudos, idiotas e loucos; ensino das ciências naturais e físicas; ensino industrial de artes e ofícios; bibliotecas, estatísticas e relatórios. Através desses dados eram organizados catálogos e publicados livros que eram distribuídos (às centenas) nas exposições.

Abílio César Borges, o Barão de Macahubas, participou ativamente de várias exposições expondo de uma única vez 24 de suas obras; expôs, ainda, fotografias do Colégio Abílio, na Corte, sua biografia, desenhos, caligrafias, cadernos e cartas geográficas elaboradas pelos seus alunos, quadro negro para ensino de música e o aparelho escolar multiplicador⁸⁹.

⁸⁷ KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Edusf, 2001. p. 10-13.

⁸⁸ KUHLMANN JÚNIOR, op. cit., p. 12.

⁸⁹ VALDEZ, Diane. *A representação da infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*. 2006. 315 f. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Tese (doutorado). Campinas, SP, 2006. p. 47.

José Maria Correia de Frias⁹⁰, na condição de tipógrafo, representou o Maranhão na 2ª Exposição Nacional, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1866, apresentando as seguintes obras:

- *Memória sobre a tipografia maranhense*, de José Maria Correia de Frias, opúsculo de 57 páginas, composto especialmente para ser apresentado na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1866;
- *Apontamentos para o dicionário histórico-geográfico, topográfico e estatístico da província do Maranhão*, do Dr. César Augusto Marques, obra em 400 páginas in-oitavo. Uma edição ampliada, de 558 páginas in-quarto, com o título mais simples *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, foi impressa por Frias em 1870;
- *História de Gil Braz de Santilhana*, de Lesage; obra com 576 páginas, in-quarto, a sexta edição em português; as quatro edições anteriores foram feitas em Lisboa – a primeira em 1799, e uma em Paris.
- *Tentativas Poéticas*, de Severiano Antônio de Azevedo.⁹¹

Essas produções bibliográficas, apesar de não serem de cunho didático, contribuíam para a leitura dos intelectuais e serviam de consulta para a elaboração de suas obras, de modo especial, o *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão*, de César Augusto Marques, que, de tão utilizado pelos pesquisadores, ganhou uma terceira edição no ano de 2008 pela Academia Maranhense de Letras.

Em meados de 1860 as tipografias maranhenses se encontravam em pleno vapor, com uma vasta produção de livros e jornais, porém o ensino primário se constituía em um grande desafio, não só no Maranhão, mas em todo o Brasil, como podemos observar na citação que segue:

[...] o Estado brasileiro mais próspero e mais culto confessa, pelas estatísticas que tem 80% de sua população analfabeta; as escolas ainda que numerosas não chegam para a população escolar e estão mal distribuídas, que seria preciso refazer tudo de começo a fim... Isto S. Paulo... que será dos outros? O ensino profissional primário é outra inconsolável tristeza: basta dizer que a capital da república tem mais faculdades superiores que escolas profissionais elementares... e estas mesmas mal frequentadas [...]⁹²

Delineia-se, dessa maneira, uma explícita contradição entre o divulgado pelo Brasil nas exposições e a realidade concreta das províncias. No caso da Província do Maranhão, continuava-se a expedir legislações, visto o Regulamento de 2 de

⁹⁰ Nasceu em Lisboa em 2/11/1828 e faleceu em São Luís em 29/1/1903, dirigiu por largos anos o *Diário do Maranhão*, jornal do comércio, lavoura e indústria, foi membro eminente da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, em São Luís do Maranhão, tendo sido um dos mais importantes editores/tipógrafos brasileiros, editando vários livros didáticos. NEVES, João Alves das. José Maria Correia de Frias, um editor português no Brasil. In: *Convergência Lusitana*. Revista do Real Gabinete Português de Leitura, n. 10, p. 139-141, 1993.

⁹¹ FRIAS, J. M. C. de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1978. p. 5.

⁹² KUHLMANN JÚNIOR, *op. cit.*, p. 70.

fevereiro de 1854, assinado apenas pelo presidente da província, Eduardo Olímpio Machado. Já o Regulamento de 17 de julho de 1874 foi assinado por Emiliano José Rodrigues (presidente da assembleia legislativa provincial), João da Mata M. Rego (1º secretário) e Astolpho Henriques Serra (2º secretário).

Vale ressaltar que, nesse intervalo de 20 anos (1854-1874), o Maranhão foi governado por 24 presidentes e 22 vice-presidentes, ocorrência que aponta para a desorganização política da província, o que irá, sem dúvida, refletir na instrução pública. Alguns presidentes ou vice-presidentes da província, por exemplo, não elaboraram relatórios de suas gestões, publicando apenas as “falas” que reproduziam os discursos de passagem da presidência de um para outro governante.

A respeito do ensino primário no Maranhão, o relatório de presidente de província de 1861 aponta as seguintes dificuldades:

a falta de utensílios; a prática adotada de lecionarem os professores em suas próprias casas, que são pela maior parte acanhadas e não comportam o número de alunos matriculados; a falta de compêndios⁹³ para serem distribuídos pelos alunos pobres, e mesquinhez dos ordenados dos mesmos professores.⁹⁴

Dificuldades essas que serão detalhadas a seguir e com as quais configuramos esse nível ensino, no período em estudo.

1) *Falta de utensílios*: quanto a esse item, uma das funções dos delegados dos inspetores da instrução pública era “inventariar os utensílios das escolas públicas”. No entanto, verificou-se que praticamente não existiam nem os prédios das escolas públicas, muito menos os utensílios utilizados para a prática de ensino.

Tentando compreender um pouco mais sobre esse período nos questionamos: quais eram os utensílios necessários para as escolas de primeiras letras? Segundo o Regulamento para as escolas públicas de primeiras letras da província para o ano de 1877, em cada uma haveria os seguintes objetos:

⁹³ Compendio é uma epitome, resumo do mais essencial, de noções elementares de huma sciencia etc. Em compendio, isto he, resumidamente. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*, volume único, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/compendio>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

⁹⁴ *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor João Silveira de Sousa, presidente da província, passou a administração ao Exmº. Senhor Doutor Pedro Leão Velloso, no dia 24 de março de 1861; acompanhado do officio com que o mesmo a passou ao Exmº. Sr. Dr. Francisco Primo de Souza Aguiar, no dia 25 de abril de 1861.* Maranhão: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, 1861. p. 19.

um armário, três cadeiras (para o professor e pessoas que visitarem a escola), uma mesa para o professor e as pessoas que forem precisas para os alunos, bancos para estes, um relógio, uma campainha, um quadro preto de madeira, esponja e giz para os exercícios aritméticos, uma coleção de pesos e medidas do sistema métrico decimal, traslados, lápis, canetas, penas, réguas para escrita, cabides para chapéus, potes e vasilhas menores para água, dois livros para matrícula dos alunos e para registro dos inventários dos objetos da escola, e tudo o mais que o inspetor da instrução pública julgar preciso⁹⁵.

Como é possível observar, além de objetos relacionados diretamente ao processo de ensino-aprendizagem como exercícios aritméticos, coleção de pesos e medidas, lápis, canetas e materiais administrativos como livros para matrícula de alunos e registro de inventário da escola, o mobiliário escolar também era considerado e registrado pelo inspetor.

As mobílias escolares, peças importantes, fizeram parte das Exposições Universais, Abílio Cesar Borges foi um desses expositores. Ele expôs a mobília de sua escola, tanto na Exposição de Philadelphia (1876) quanto na Exposição de Paris (1878).

Ninguém ignora que, em matéria de hygiene, mesas e assentos são, talvez, os artigos de maior importância da escola. A mobília que expõe o Collegio Abilio é do modelo mais usado nas escolas dos Estados Unidos da América do Norte; concorre em todos os sentidos para o conforto e conveniência do menino, e obedece às leis da hygiene escolar.⁹⁶

Percebe-se que estes mobiliários tinham representatividade para a composição das escolas, uma vez que sua importância estava relacionada à própria questão de higiene, como citado anteriormente por Abilio.

Observando as várias listas de utensílios enviadas à Inspetoria da Instrução Pública por professores de primeiras letras, das mais diversas localidades da província, vê-se que as listas assemelham-se entre si, e contem os utensílios descritos no Regulamento para as escolas públicas de primeiras letras da província em 1877, conforme vimos anteriormente. Para melhor visualização, transcrevemos duas delas:

⁹⁵ Art. 3º do Regulamento para as escolas públicas de primeiras letras da província -1877. In: CASTRO, 2009. p. 415.

⁹⁶ *Conferências efetuadas na Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro em 1884*, por Joaquim Abilio Borges sobre mobília escolar.

Quadro 1 – Relação de utensílios solicitados pelos professores de primeiras letras

<ul style="list-style-type: none"> – 1 livro para matrícula dos alunos; – 1 livro para se lançarem os termos dos exames; – 1 mesa pequena com 6 palmos; – 1 cadeira de braços; – Bancos; – 1 quadro de madeira envernizado para exercício; – 1 escrivaninha de metal com campainha; – Giz e esponja para exercício de contabilidade; – Potes para água; – 2 canecas de folha; – 1 relógio de parede. <p>Prof. Joaquim Pedro da Silva José Cidade próxima a Caxias (1870?)</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Quatro bancos de paparaúba de 3 m de comprimento e 0,30 m de largura; – Quatro bancos da mesma madeira de igual comprimento e 0,22 m de largura; – Duas cadeiras de palhinha; – Uma lousa de madeira para contar; – Dezesesseis tinteiros de chumbo; – Uma caneca de folha; – Dois potes. <p>Miritiba, 20 de junho de 1870 Manoel Rodrigues Campos</p>
--	--

FONTE: Ofícios do Setor de Avulsos, caixa Instrução Pública do Maranhão, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão

Outra dificuldade enfrentada pela escola primária e apontada pelo Relatório de presidente de província de 1861 foi:

2) A prática adotada de lecionarem os professores em suas próprias casas, que são pela maior parte acanhadas e não comportam o número de alunos matriculados;

Observa-se nesse e em outro relatório, o de 1873, que a precariedade era grande no ensino primário, a começar pela falta de espaço físico adequado para a realização das aulas. “A maior parte dos alunos são obrigados a estudarem de pé, ou sentados no chão, como sucede na escola da Cidade de Viana”⁹⁷. O que reforça a tese dos mobiliários como sendo importantes para manter a higiene. Considerando essa tese, é fácil perceber que algumas escolas maranhenses não atendiam a esse item, como visto no ofício do inspetor em 1861, uma vez que a situação descrita por ele mostra alunos em pé ou sentados no chão.

Em São Luís, no ano de 1861, só existiam duas casas escolas⁹⁸, sendo uma edificada por conta da Província, na Freguesia de São João, outra alugada na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória; havia no interior, uma em Icatu, mandada edificar às custas do professor.

⁹⁷ Ofício do Inspetor da Instrução Pública, Pedro da Silva Maia, ao Presidente da Província, João Silveira de Souza, contendo relatório sobre o estado da referida Instrução Pública. Secretaria da Instrução Pública do Maranhão, 31 de janeiro de 1861, doc. s/n.

⁹⁸ Denomina-se “casa escola”, as casas de professores que funcionavam também como escolas.

No Brasil, a separação da escola da casa do professor só aconteceu com a implantação dos grupos escolares, a partir de 1893⁹⁹, que gerou uma nova relação professor-Estado e marcou a hegemonia da professora normalista no sistema escolar e, portanto, a fase áurea dessa profissional da educação.

No Maranhão, “os grupos escolares foram instituídos inicialmente no município de São Luís - Capital do Estado - pela Lei Estadual n. 323, de 26 de março de 1903, e nos demais municípios do interior pela Lei Estadual n. 363, de 31 de março de 1905”¹⁰⁰.

Assim, somando-se à falta de utensílios e de prédios escolares, o presidente da província em 1861 enumera mais um problema que emperrava a escola primária maranhense:

3) a falta de compêndios para serem distribuídos pelos alunos pobres

No Maranhão, por exemplo, os livros didáticos publicados na província em 1866 eram vendidos entre 600 réis e 2 mil réis. Nesse mesmo ano, uma assinatura trimestral do *Publicador Maranhense*, de tiragem diária, custava 4\$800, ou seja, com esse mesmo valor era possível comprar 4 livros, de acordo com os preços discriminados na tabela abaixo.

Tabela 4 – Relação de livros didáticos e seus respectivos preços

LIVRO DIDÁTICO	PREÇO
<i>Gramática francesa</i>	2\$000 rs (encadernado)
<i>O livro dos meninos</i>	1\$000 rs
<i>Compêndio de gramática portuguesa</i>	1\$000 rs
<i>Livro do povo</i>	800 rs
<i>Rudimentos de Geografia</i>	600 rs

FONTE: *Almanack do povo para 1867*. São Luiz: Typ. do Frias, 1867. p. 69.

⁹⁹ Os grupos escolares ou escolas graduadas surgiram legalmente em 1893, com a Lei n. 169. Foram regulamentados e instalados a partir do ano seguinte, institucionalizando-se nos Estados brasileiros, gradativamente: São Paulo (1894), Rio de Janeiro (1897), Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo e Santa Catarina (1908), Sergipe (1911), Paraíba (1916), Goiás (1918) e Piauí (1922). Eles foram extintos com a promulgação da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.

¹⁰⁰ MOTTA, Diomar das Graças. A emergência dos grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 144.

Os preços praticados no comércio de livros didáticos eram relativamente acessíveis; fazendo uma comparação mais precisa, podemos estabelecer a seguinte comparação na safra de 1866/1867, uma arroba de algodão era vendida por 13\$970 (treze mil e novecentos e setenta réis), sendo que um quilo de algodão saía em média por 950 rs (novecentos e cinquenta réis), ou seja, vendendo um quilo de algodão era possível comprar um exemplar dos livros didáticos mais baratos.

Ainda que os preços aplicados aos livros didáticos não fossem tão elevados, o acesso aos mesmos era restrito. Os exemplares do *Livro do Povo* que foram distribuídos gratuitamente pelo interior da província eram doados apenas aos alunos que mais se distinguiram por sua assiduidade, aproveitamento e moralidade. Sendo assim, a posse de um livro didático era um elemento de distinção (para poucos) entre os alunos das escolas primárias maranhenses no século XIX.

Por fim, o presidente da província do Maranhão de 1861¹⁰¹ aponta mais um obstáculo para a expansão do ensino primário na província:

4) *a mesquinhez dos ordenados dos professores.*

Os professores eram pagos de acordo com a quantidade de alunos que tinham em suas salas e a adoção dos métodos de ensino individual, simultâneo ou lancastrino. Assim:

Aqueles que possuíam de 10 a 39 alunos ensinavam pelo método individual¹⁰², recebiam por ano o ordenado de trezentos mil réis e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno, do undécimo até o trigésimo nono, inclusive.

Os que tivessem de 40 a 79 alunos ensinavam pelo método simultâneo¹⁰³ e recebiam por ano o ordenado de quatrocentos e cinquenta mil réis, e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno, desde o quadragésimo primeiro até o septuagésimo nono, inclusive.

¹⁰¹ *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor João Silveira de Sousa, presidente da província, passou a administração ao Exm^o. Senhor Doutor Pedro Leão Velloso, no dia 24 de março de 1861; acompanhado do ofício com que o mesmo a passou ao Exm^o. Sr. Dr. Francisco Primo de Souza Aguiar, no dia 25 de abril de 1861. Maranhão: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, 1861. p. 19.*

¹⁰² O ensino individual consiste em fazer ler, escrever, calcular cada aluno separadamente, um após o outro, de maneira que, quando um recita a lição, os demais trabalham em silêncio e sozinhos. O professor dedica poucos minutos a cada aluno. O emprego de meios coercitivos garante o silêncio e o trabalho. Não existe um programa a ser adotado e as variações de escola para escola são imensas. BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 96.

¹⁰³ Nesse método, o professor instrui e dirige simultaneamente todos os alunos, que realizam os mesmos trabalhos ao mesmo tempo. O ensino é coletivo e apresentado ao grupo de alunos reunidos em função da matéria a ser ensinada. Os alunos são divididos de maneira mais ou menos homogênea, de acordo com o seu grau de instrução. Para cada grupo ou classe, um professor ensina e adota material igual para todos. BASTOS, op. cit., p. 96.

Os que tivessem de 80 a 160 alunos ensinavam pelo *Método Lancastrino*, e recebiam por ano o *ordenado de seiscentos mil réis e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno* do octogésimo primeiro até o centésimo sexagésimo, inclusive¹⁰⁴.

Desse modo, o vencimento¹⁰⁵ dos professores era calculado com base no número de alunos e desconhecemos se esse valor era suficiente para a manutenção do professor, em especial daqueles que se deslocavam da Capital da província para as vilas e povoações mais distantes.

Os professores deveriam apresentar ao governo os mapas de matrícula das suas aulas. Eles só receberiam os vencimentos se tivessem um número mínimo de alunos, no caso, 10. Devido à incapacidade operacional ou técnica de fiscalização, os professores lançavam nos relatórios um número de alunos frequentes maior (ou no mínimo igual) que a exigência mínima¹⁰⁶.

Conforme já mencionado, os professores recebiam seus vencimentos proporcionais à quantidade de alunos matriculados. Sobre esta questão, Dias urde os seguintes comentários:

Lembraram-se também no Maranhão de dar ao professor uma gratificação, segundo o número de alunos que reunisse e isto mesmo se propôs ultimamente na Bahia; - mas no interior não há fiscalização, é raro ali encontrar-se um livro de matrícula; predomina o favor e aparece nos mapas um número fictício de alunos, com que, sem proveito, se aumenta a despesa da província¹⁰⁷.

Diante do exposto, em 1861, funcionavam em toda a província 75 cadeiras de ensino primário, 51 do sexo masculino e 24 do sexo feminino¹⁰⁸, para apenas três edificações. O descaso com a educação primária era notório. Soma-se a isso a falta de compêndios e o mísero ordenado dos professores.

¹⁰⁴ Art. 2º ao 4º da Lei n. 267, de 17 de dezembro de 1849 In: CASTRO, 2009, p. 90 (grifos nossos).

¹⁰⁵ Remuneração de um cargo público com valor fixado em lei.

¹⁰⁶ RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX: os relatórios dos presidentes da província. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 2, p. 91, jul./dez. 2001. Sobre este tema ver também: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

¹⁰⁷ DIAS, Antonio Gonçalves. Instrução Pública em Diversas Províncias do Norte. *Col. Memórias*, v. 42, f. 336-375. Arquivo Nacional. Seção Histórica, 1852. p. 363-364.

¹⁰⁸ *Relatório com que o excellentissimo senhor doutor João Silveira de Souza, presidente da provincia, passou a administração da mesma ao exm. senhor doutor Pedro Leão Velloso, no dia 24 de março de 1861*; acompanhado do officio com que o mesmo exm. sr. dr. Pedro Leão Vellozo [sic] a passou ao exm. sr. doutor Francisco Primo de Souza Aguiar, no dia 25 de abril de 1861. Maranhão: Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1861, p. 18.

No que tange à estrutura organizativa para controle das ações nas escolas primárias, convém ressaltar que, desde o Regulamento de 1854, já se apontava a reorganização do ensino elementar e secundário, dando destaque para os inspetores de instrução pública¹⁰⁹ e delegados literários. Dentre as atribuições destes cargos encontramos as seguintes:

Quadro 2 – Atribuições dos cargos de inspetor da instrução pública e dos delegados dos inspetores da instrução pública

CARGOS	RESPONSABILIDADES
Inspetor da Instrução Pública	<ul style="list-style-type: none"> – Rever os compêndios adotados nas escolas públicas de ensino primário, corrigi-los ou fazê-los corrigir, e substituí-los quando for conveniente; – Acompanhar os relatórios que enviar ao governo provincial, na forma das leis e regulamentos existentes, com o orçamento anual das despesas necessárias para o material dos estabelecimentos públicos de ensino; – Expedir instruções aos delegados e aos professores; – Propor ao governo, dentre outras ações, a criação de escolas primárias ou de cadeiras no liceu.
Delegados dos inspetores da Instrução Pública	<ul style="list-style-type: none"> – Impedir que se abra escola ou colégio, sem preceder autorização para semelhante fim; – Receber e transmitir ao inspetor da instrução pública todas as participações e reclamações dos professores, e, com especialidade, o mapa mensal dos alunos das diversas casas de educação pública, e o trimensal das particulares; – Preparar o orçamento anual da despesa necessária para o material das respectivas escolas; – Fazer inventariar os utensílios das escolas públicas.

FONTE: Regulamento de 2 de fevereiro de 1854 que reorganiza e regula o ensino elementar e secundário

Os inspetores da instrução pública eram imbuídos de funções decisivas do ponto de vista da aplicação das políticas educacionais para o período, enquanto que os delegados atuavam nas freguesias, cumprindo o papel de agentes fiscalizadores da instrução pública. Eles eram os porta-vozes dos presidentes de província, que elaboravam os relatórios da instrução pública com base nos mapas de matrículas feitos pelos professores e encaminhados através dos delegados.

Competia ainda à inspetoria de instrução pública a emissão de pareceres sobre a adoção ou não dos livros didáticos nas escolas das províncias. Por exemplo, o

¹⁰⁹ Hierarquicamente a instrução pública se encontrava assim organizada: diretor da instrução pública, inspetor da instrução pública, delegados e professores.

presidente Antonio Epaminondas de Mello¹¹⁰ mandou adotar o compêndio *Novo systema métrico*, de autoria do Tenente Coronel Fernando Luiz Ferreira¹¹¹, nas aulas de instrução primária, em 20 de fevereiro de 1868, com base no Ofício n. 19/1868, do inspetor de instrução pública, Antonio Marques Rodrigues¹¹², conforme se confere:

Inspetoria da Instrução Pública do Maranhão, 19 de fevereiro de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.

Tenho a honra de devolver a V. Exc. o requerimento de Antonio Pereira Ramos de Almeida, que pede a V. Exc. se digne mandar examinar o compendio junto intitulado *Novo Systema Metrico*, composto pelo Tenente coronel Fernando Luiz Ferreira para uso das aulas de instrução primária.

Cumprindo o respeitável despacho de V. Exc. cabe-me informar que pode sem inconveniente ser adoptado nas aulas primarias da província, como pede o suplicante a referida obra intitulada *Novo Systema Metrico*, a qual julgo apropriada para o fim que se destina.

Deus guarde a V. Exc. – Ilm. e Exm. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello, Digníssimo Presidente da Província – O Inspetor da Instrução Pública, Antonio Marques Rodrigues.

Da mesma forma, o livro de Herculana Firmina Vieira de Sousa, *Resumo da História do Brazil*, foi autorizado pelo Inspetor da Instrução Pública a ser adotado nas escolas de 2º grau da província, com a aquiescência do então presidente, Antônio Epaminondas de Mello, datado de 14 de abril de 1868, consoante com o parecer que se segue:

1ª sessão – Palácio do Governo do Maranhão em 14 de abril de 1868

Tendo nesta data auctorizado o Inspetor da Instrução Pública a mandar adoptar para uso das escolas de 2º grau da província a obra intitulada – *RESUMO DA HISTÓRIA DO BRASIL* – de que é Vmc. Auctora, cabe-me louvar a Vmc. pelo importante serviço que com a publicação da dita obra acaba de prestar ao ensino da mocidade, ao qual Vmc. se dedica com desvelo. Deus guarde a Vmc.

ANTONIO EPAMINONDAS DE MELLO

Sra. D. Herculana Firmina Vieira de Souza, professora pública de primeiras letras da villa de Cururupú.

O Regulamento da Instrução Pública de 1874 criou o Conselho de Instrução Pública, este composto por 5 membros, nomeados pelo presidente da província, dentre os lentes catedráticos do Liceu, sob indicação do inspetor da instrução pública. A presidência do Conselho pertencia de direito ao inspetor da instrução pública.

¹¹⁰ Presidente da província do Maranhão de 28 de outubro de 1867 a 5 de maio de 1868.

¹¹¹ Tenente coronel do Corpo de Engenheiros. Estudioso, trabalhador, e metódico engenheiro, filho legítimo do tenente coronel Miguel Inácio Ferreira (maranhense) e sua mulher D. Catarina de Sene Freire de Mendonça (pernambucana), nasceu a 1/8/1803, na cidade de São Luís, capital da Província do Maranhão, e faleceu no Rio de Janeiro. In: MARQUES, op. cit., p. 427.

¹¹² Antonio Marques Rodrigues foi nomeado inspetor da instrução pública em 6 de janeiro de 1864.

O Conselho de Instrução Pública, em 1874, possuía as seguintes incumbências:

- Julgar as infrações disciplinares a que estejam impostas as penas de multa, maiores de vinte mil réis, e suspensão de exercício e vencimentos, por mais de oito dias e de demissão;
- Dar parecer sobre os livros e compêndios que tiverem de ser adotados nas escolas públicas de um e outro grau;
- Formular o regimento interno para as aulas públicas;
- Propor à Assembleia Provincial, por intermédio do presidente da província, a criação de cadeiras de instrução primária de um e outro sexo, assim como a supressão daquelas que entender a bem do serviço público;
- Propor ao presidente da província as medidas que lhe parecerem próprias para o desenvolvimento da instrução pública e as reformas que a experiência aconselhar nas leis e regulamentos que a regem;
- Organizar o orçamento geral da despesa necessária para a aquisição de móveis e mais objetos para as escolas;
- Estabelecer base para serem formulados os quesitos de que tratam o artigo 70¹¹³;
- Impor a pena de expulsão dos alunos do liceu que se tornarem incorrigíveis e que possam prejudicar os outros pelo mau exemplo.

O próprio presidente da província, Francisco de Viveiros, destaca no relatório de 1874 a criação desse conselho diretor com estes termos:

[...] além da obrigação que lhe assiste de auxiliar o inspetor da instrução pública em todos os assuntos, que interessem a mesma instrução, incumbe a importante atribuição de julgar as infrações disciplinares passíveis de penas graves, mediante um processo em que os direitos da justiça encontram sem perigo os direitos da defesa, processo que no velho regulamento não oferecia as mesmas garantias de imparcialidade e certeza¹¹⁴.

Dessa forma, percebe-se que o Conselho Diretor era um parceiro da inspetoria da instrução pública, auxiliando-a na tomada de decisões, sendo composto por membros da mais renomada instituição de ensino da época, o Liceu Maranhense.

¹¹³ Art. 70. Reunido o conselho, o secretário da instrução pública fará a leitura de todos os papéis e documentos da defesa do acusado, depois do que o mesmo conselho procederá por escrutínio secreto a votação dos quesitos relativos a existência do fato e a pena que deve ser imposta.

¹¹⁴ *Relatório com que o Exm. Snr. vice-presidente Dr. José Francisco de Viveiros passou a administração da província ao exm. snr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro em 28 de setembro de 1874.* Maranhão: Typ. do Paiz, 1874. p. 24.

Como vimos, uma das atribuições do Conselho da Instrução Pública era criar ou subtrair escolas primárias na província. Essas escolas eram subtraídas, na maioria das vezes, por falta de professores, pois pessoas necessitando de instrução havia muitas. Tomamos como exemplo o fato de que em 1856 havia apenas 1.235 alunos matriculados no ensino primário no Maranhão, num total de 56 cadeiras, sendo 43 do sexo masculino com 892 (72,22%) frequentadores e 13 cadeiras do sexo feminino com 343 (27,77%) frequentadoras¹¹⁵.

Conforme mencionamos anteriormente, no ano de 1874, existiam na província do Maranhão 132 cadeiras públicas de primeiras letras, sendo 82 do sexo masculino e 50 para o feminino; frequentaram essas cadeiras 3.642 meninos e 1.151 meninas¹¹⁶. Como podemos observar, nesse ano as matrículas dos meninos representavam 75,98% e, das meninas, 24,01%.

Nesse intervalo de 18 anos, houve um aumento no número geral de matrículas de 1.235 para 4.793; no entanto, houve uma diminuição no percentual de meninas que frequentavam a escola primária, de 27,77% para 24,01%.

A escola primária permaneceu por muito tempo com a divisão dos sexos. No Maranhão, a primeira escola mista foi fundada em 1880 por Maria Firmina dos Reis. Em 1890, Joaquim de Sousa Andrade também fundou escolas mistas.

Conforme descrito anteriormente, o Conselho da Instrução Pública (1874) apresentava funções semelhantes àquelas inerentes ao Inspetor da Instrução Pública (1854), com uma diferença: no caso desse último, as decisões eram tomadas por uma só pessoa, já o conselho era formado por 5 membros do Liceu Maranhense.

A centralidade do conselho entre os membros do Liceu aponta para a fragilidade das poucas escolas primárias e para a tentativa de tornar o Liceu Maranhense o espaço de manutenção e conservação da *Atenas Brasileira*.

Em 1895, o Conselho Superior da Instrução Pública passara a ser composto por 7 membros, sendo 2 lentes do Liceu, 1 lente da Escola Normal (catedráticos eleitos pela congregação plena dos lentes desses estabelecimentos), 1 professor primário da Capital (eleito pela congregação dos professores primários das escolas subvencionadas

¹¹⁵ *Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856 o Exm. presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado*. Maranhão: Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1856. p. 26.

¹¹⁶ *Relatório com que o exm. sr. dr. Augusto Olympio Gomes de Castro passou a administração da província ao 3º vice-presidente, o exm. sr. dr. José Francisco de Viveiros, no dia 18 de abril de 1874*. Maranhão: Typ. do Paiz, 1874. p. 23.

pelo Estado, na capital), 2 lentes do Liceu e 1 da Escola Normal (catedráticos, nomeados pelo Governador do Estado)¹¹⁷.

No início do período republicano, finalmente, foi implantada a Escola Normal no Maranhão, contando esta com dois representantes no Conselho Superior, mas a maioria era do Liceu e apenas 1 professor primário.

Os pré-requisitos acerca da admissão dos professores, o papel destes, assim como as proibições impostas aos mesmos, coincidiam com os do Regulamento de 1854. Convém ressaltar que os pré-requisitos datam de 1854, ainda que a Escola Normal tenha sido criada 40 anos depois.

Quadro 3 - Pré-requisitos para admissão dos professores, papel e proibições aplicadas aos mesmos

Pré-requisitos para admissão dos professores	<ul style="list-style-type: none"> – Maioridade legal; – Moralidade; – Capacidade profissional.
Papel dos professores	<ul style="list-style-type: none"> – Manter nas escolas o silêncio, a exatidão e a regularidade necessária; – Apresentar-se decentemente vestidos; – Participar ao delegado qualquer impedimento; – Organizar com o delegado orçamento das despesas com o material de suas escolas para o ano financeiro seguinte.
Proibições aos professores	<ul style="list-style-type: none"> – Ocupar-se, nem ocupar os alunos, em misteres estranhos ao ensino, durante as horas das lições; – Ausentar-se nos dias letivos das freguesias, onde estiverem colocadas as suas escolas, para qualquer ponto distante, sem licença do respectivo delegado, que só poderá conceder, por motivo urgente, até três dias consecutivos.

FONTE: Regulamento de 2 de fevereiro de 1854 que reorganiza e regula o ensino elementar e secundário

Nota-se aqui a responsabilidade de um professor de primeiras letras, cabendo a ele ceder cômodos de sua própria casa para abrigar a escola, passando pela matrícula dos alunos e pelo envio dos mapas de matrículas à Inspetoria de Instrução Pública.

¹¹⁷ Art. 14 do *Regulamento Geral da Instrução Pública do Maranhão de 8 de fevereiro de 1895*. Maranhão: Typ. a vapor do Frias, 1896. p. 6.

As múltiplas atribuições dos professores primários não se caracterizavam como um caso isolado no Maranhão. No Rio de Janeiro, isso se dava de forma semelhante, de acordo com Schueler:

Para atingir os objetivos da escola primária os professores públicos forneceriam exemplos de comportamento e regularidade no cumprimento de seu ofício, observando as regras impostas pela Inspetoria, apresentando-se com “decência” nas vestes. Além da *missão* de educar e instruir as crianças matriculadas, os professores das escolas unidocentes (ou isoladas) se constituíam em administradores, sendo responsáveis pela limpeza e higiene, pela organização física e administrativa das escolas, na medida em que deveriam produzir toda a escrituração escolar, isto é, realizavam o preenchimento dos livros de matrículas dos alunos, dos mapas trimensais de frequência e aproveitamento, além do mapa geral anual das atividades escolares, documentação que era remetida à Inspetoria Geral, através do delegado de instrução.¹¹⁸

Como vimos no quadro 3, um dos papéis atribuídos aos professores era “**organizar com o delegado** orçamento das despesas com o **material de suas escolas** para o ano financeiro seguinte”¹¹⁹. Nas fontes consultadas, observa-se que uma das listas de “utensílios necessários” fora assinada tanto pelo delegado quanto pelo professor, o que, de certa forma, apresenta indícios do trabalho do delegado nas localidades afastadas da Capital, como é o caso de Coroatá, que dista 276 km de São Luís.

¹¹⁸ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890)*. 2002. 307 f. Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado em Educação). Niterói, 2002. p. 195-196.

¹¹⁹ Regulamento de 2 de fevereiro de 1854 que reorganiza e regula o ensino elementar e secundário. In: *Regulamentos e outros actos da presidencia da Provincia do Maranhão de 1854 a 1855*. Maranhão: Typ. Constitucional, 1856, p. 29. (grifos nossos)

Foto 2 - Ofício emitido em 19/02/1870 pelo delegado José Dorotheu de Castro Queiroz e pela professora pública de Coroatá-MA, Josepha Evarista Reis d'Araujo¹²⁰

FONTE: Arquivo Público do Estado do Maranhão.

¹²⁰ Relação dos objetos indispensáveis para a aula pública de 1^{as} letras do sexo feminino da Villa de Coroatá

1 Armário	12.000
1 Mesa com estrado	20.000
1 Banco com 12 palmos de comprimento e 3 de largura	12.000
6 Bancos com 12 palmos de comprimento	36.000
2 Cabides de dito dito	10.000
2 Potes para água	2.000
6 Quartas pequenas	3.000
2 Canecas	320
1 Cantareira	5.000
3 Jogos de tinteiro de chumbo	3.000
	<u>103.320</u>

Coroatá 19 de Fevereiro de 1870

O Delegado

José Dorotheu de Castro Queiroz

Josepha Evarista Reis d'Araujo

Professora Publica

Tem copia da Inspeção I. Publica

Acrescida a essas responsabilidades, havia o controle moral, pois o professor de primeiras letras da Capital ou do interior era o letrado daquela freguesia, portanto deveria portar-se como tal. Esse professor era fiscalizado por toda a comunidade de forma indireta e de forma direta pelo delegado, pessoa com a qual o professor realizava desde o planejamento orçamentário até aos comunicados das ausências, quando fosse o caso.

Por exemplo, a relação e orçamento dos “utensílios necessários” para a aula pública do sexo masculino da vila do Coroatá, datada de 18 de fevereiro de 1870, foi assinada, tanto pelo delegado José Dorotheu de Castro Queiroz como pelo prof. Odorico Launé da Silva Azevedo. Com isso, percebe-se a observância do prescrito no regulamento, entretanto desconhecemos o que motivou esta prática.

Foto 3 - Relação e orçamento dos utensílios necessários para a aula pública do sexo masculino da vila do Coroatá, datada de 18 de fevereiro de 1870.

FONTE: Arquivo Público do Estado do Maranhão

Havia uma forte preocupação quanto à postura dos professores perante a sociedade da época. Na Coleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão (1835-1889), constam 48 leis e 24 portarias que dispõem sobre posturas para São Luís, entre 1842 e 1889. Por exemplo, os professores estavam sujeitos à demissão,

caso fossem acometidos de embriaguez habitual, concubinato público ou uso de maus costumes.

Também não poderia ser admitido como professor o indivíduo que “houver sofrido condenação, passada em julgado, por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, estelionato, moeda falsa, rapto, adultério ou qualquer outro que ofenda a moral e a religião do estado”¹²¹. Infere-se, portanto, a partir da leitura do regulamento, que os professores maranhenses, à época, eram obrigados a portar-se na sociedade com bom comportamento moral e boa conduta.

Como meio de substituir a falta de uma Escola Normal, o Regulamento de 2 de fevereiro de 1854 criou a categoria de professores adjuntos para as escolas públicas, uma espécie de monitores remunerados, escolhidos entre os alunos com mais de doze anos de idade, capazes de seguir os exames anuais e que demonstrassem disposição para o ensino. Os filhos de *institutores*¹²² e os alunos pobres deviam ter prioridade, em iguais condições. Estes adjuntos dos *institutores* deviam fazer exames, a cada ano, durante três anos, para constatar seu progresso; se os três anos fossem suficientes, os adjuntos recebiam um título de capacitação que os tornavam aptos para substituírem os *institutores*, em caso de impedimento, e de serem chamados aos empregos disponíveis¹²³.

Portanto, no que diz respeito à criação de cargos de professores adjuntos pela Reforma de 1854, considero fundamental o fato de que por um lado, a legislação assegurou aos professores primários o exercício de um monopólio sobre os processos de reprodução da docência, na medida em que mantinha sob a direção e responsabilidade a formação dos aprendizes, os futuros mestres das escolas. Com isso importava não apenas garantir aos seus filhos e parentes o acesso a empregos oficiais, mas, sobretudo, conservar, no âmbito restrito de seu grupo profissional, o monopólio sobre os “segredos do ofício”, sobre os saberes, as técnicas e as artes de ensinar, através das práticas tradicionais de aprendizagem e transmissão. A permanência dessa “*tradição*” na reprodução da docência, para usar a expressão formulada por Antonio Ruggi, aliás, pode oferecer uma explicação sobre o porquê do funcionamento do **sistema de formação de professores pela prática**, com relativo sucesso, apesar das críticas, até os anos 1880, quando, na Corte, lentamente começou a se afirmar uma política oficial de formação escolar e pedagógica de professores, com a implementação da Escola Normal.¹²⁴

¹²¹ Art. 18 do Regulamento da Instrução Pública de 1874. In: Collecção das leis provinciaes do Maranhão. Maranhão: Typ. do Paiz, 1874. p. 138.

¹²² Professores primários.

¹²³ ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989. p. 91.

¹²⁴ SCHUELER, 2002, p. 217. (grifos nossos)

No Maranhão, o ensino oferecido nas escolas primárias após a implantação do método lancetrino pode ser observado em dois momentos, 1854 e 1874, conforme se observa no quadro 4.

Quadro 4 - Currículo do ensino primário

ENSINO PRIMÁRIO		
ANO	DISCIPLINAS	LIVROS ADOTADOS
1855	A instrução moral e religiosa	<i>Livro do Povo</i> – Antonio Marques Rodrigues 1ª ed. 1861 9ª ed. 1881
	A leitura e a escrita	<i>Livro do Povo</i>
	As noções essenciais de gramática	<i>Gramática Elementar de Língua Portuguesa</i> – Oliveira Condurú ed. 1850
	O sistema de pesos e medidas da província	...
1874	Leitura e escrita	<i>Livro do Povo</i>
	As quatro operações	<i>Curso Elementar de Matemática</i> – João Antonio Coqueiro ed. 1870
	Sistema métrico decimal	<i>Sistema Métrico Decimal</i> – João Antonio Coqueiro ed. 1863 <i>Novo Systema Métrico</i> – Fernando Luiz Ferreira ed. 1868
	Gramática portuguesa	<i>Gramática portuguesa</i> – Francisco Sotero dos Reis ed. 1866
	Catecismo e noções de história sagrada	<i>Livro do Povo e História Santa do Antigo e do Novo Testamento</i> – Antonio Augusto Rodrigues ed. 1882

FONTES: Regulamento de 2 de fevereiro de 1854 e Regulamento da Instrução Pública de 17 de julho de 1874.

O ensino primário no Maranhão, quer seja em 1855 ou em 1874, estava muito ligado aos rudimentos da leitura e da escrita, que eram realizados em livros didáticos de leitura, os quais incluíam também instrução moral e religiosa. Um livro de leitura utilizado nesse nível de ensino foi, por exemplo, *O Livro do Povo*, de Antonio Marques Rodrigues, que continha 256 páginas, sendo 134 dedicadas às lições dos evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João, e as 122 restantes tratavam de assuntos diversos ligados à moral.

O Livro do Povo contava com os pareceres do Arcebispo da Bahia e do Bispo do Maranhão, atendendo à exigência de que os livros que continham conteúdo de ensino religioso deveriam ser submetidos à aprovação do bispo diocesano¹²⁵.

Quanto à Matemática, pode-se observar no quadro anterior, que no Regulamento de 1854 adotava-se o termo “sistema de pesos e medidas da província”, como conteúdo do ensino primário; já no Regulamento de 1874, passa-se a adotar o “sistema métrico decimal”¹²⁶.

Para que o novo sistema métrico decimal se tornasse de domínio público e fosse ensinado nas escolas primárias, lançaram-se vários livros didáticos sobre esse assunto que foram mandados adotar pelos presidentes de província, conforme se pode verificar nos fragmentos dos relatórios a seguir:

Mandei adotar no ensino primário o *Resumo de Aritmética* pelo padre Cyrillo dos Reis Lima; a *Aritmética Prática* e *Novo Sistema Métrico* pelo Tenente-coronel Fernando Luis Ferreira¹²⁷.

Mandei adotar nas escolas do ensino primário, depois de ouvido o inspetor da instrução, o *compendio pratico do sistema métrico decimal*, escrito pelo Diácono João Baptista Rogerio Felon¹²⁸.

Além desses dois livros sobre o sistema métrico, foi publicado a *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do sistema métrico decimal*, precedida de noções indispensáveis sobre os números decimais, e seguida de numerosas tabelas comparativas e de muitas aplicações interessantes ao comércio e à indústria, por João Antonio Coqueiro, impresso em São Luís pelo tipógrafo Belarmino de Mattos em 1863.

¹²⁵ Regulamento da Instrução Pública, 1855, Art. 95.

¹²⁶ Desde o século XVIII, cada país, cada província adotava o seu sistema de pesos e medidas o que dificultava e muito, as relações comerciais. Pensando em resolver tal situação, a França em 1799 apresentou o Sistema Métrico Decimal. Posteriormente, vários países foram adotando esse sistema como padrão de medidas, inclusive o Brasil. Após anos de estudo, várias propostas apresentadas, contando com defensores como Gonçalves Dias, a implantação do Sistema Métrico Decimal virou a lei nº. 1157, de 26 de junho de 1862. Desta forma, tornou-se de suma importância que todos conhecessem os cálculos para uso deste sistema decimal, assim como os novos pesos e medidas. Portanto deveria ser difundida em todas as escolas primárias. In: SOARES, Waléria de Jesus Barbosa. *Juros em livros didáticos de Matemática no Maranhão do século XIX*. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) – Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. p. 73.

¹²⁷ Relatório com que o Exmº Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Melo passou a administração desta Província ao 1º vice-presidente Dr. Manoel Jansen Ferreira no dia 5/5/1868. S. Luiz do Maranhão: Typ. Imperial e Constitucional, 1868. p. 14.

¹²⁸ Relatório com que o Dr. Francisco José Cardoso de Araújo e Abranches, passa o governo da Província do Maranhão, ao 1º vice Presidente Senador Luiz Antonio Vieira da Silva, em 17 de janeiro de 1876. p. 31-32.

Havia uma grande preocupação dos governantes maranhenses com a legislação do ensino primário, com o estabelecimento da obrigatoriedade do mesmo e com a criação de regulamentos destacando-se o de 1855 e o de 1874, o que de certa forma contribuiu para o aumento do número de matrículas nesse nível de ensino, no período em estudo. Em 1861 havia 2663 alunos matriculados no ensino primário público do Maranhão; e em 1880, esse número havia se alterado para 4483, o que caracteriza um aumento de 68,34% em 19 anos.

No entanto, a falta de infraestrutura nas escolas e a ausência de formação pedagógica dos professores, irão interferir na descontinuidade da proposta de escolarização primária, como apresentamos a seguir.

2.4 Descontinuidades da proposta de expansão da escolarização primária

Várias questões interferiram na continuidade da proposta da expansão da escolarização primária, dentre elas, aquela relativa aos vencimentos dos professores, conforme evidenciado no *Relatório de Instrução Pública das províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Bahia*, elaborado por Antônio Gonçalves Dias, em 1852, ao referir-se aos professores:

Alguns, como os do Rio Grande do Norte e Paraíba, vencem tão pequenos ordenados que, só com dificuldade, se acha quem tais lugares aceite, sendo que, no caso contrário, pouco se pode exigir de empregados, que servem como por favor ou condescendência. No Maranhão e Ceará acumulam tantos outros empregos, que a maior atividade humana dificilmente bastará para os desempenhar satisfatoriamente a todos. Ambos são Diretores do Censo, Diretores da Instrução, e creio que também Deputados Provinciais; um médico e outro advogado; um Presidente e outro Vereador da Câmara¹²⁹.

Vemos, portanto, que esse quadro esteve presente não apenas na Província do Maranhão, mas em outras, como as citadas pelo autor. Inferimos também ter sido uma situação que se estendeu por várias décadas, já que o Inspetor da Instrução Pública, Frederico José Correia registrou, no final da década de 1860, que “[...] os módicos ordenados que percebem os professores não lhes permitem fazer do magistério um

¹²⁹ DIAS, Antonio Gonçalves. Instrução Pública em Diversas Províncias do Norte. *Col. Memórias*, v. 42, f. 336-375. Arquivo Nacional. Seção Histórica, 1852. p. 339.

ofício exclusivo, a que se dediquem com zelo e interesse; e é por isso que, por via de regra, só se propõem a eles pessoas inaptas para outro gênero de vida”¹³⁰.

Quanto ao acúmulo de cargos por parte dos professores, encontramos no Regulamento da Instrução Pública da Província do Maranhão de 1874, no capítulo V que trata “dos deveres dos professores”, Art. 53 “é proibido ao professor”, § 4º “exercer outra profissão ou emprego, sem licença do presidente da província, menos os cargos de eleição popular”¹³¹.

A carência na formação dos professores e os baixos salários são problemas que acompanham a profissão docente desde os seus primórdios, a exemplo do registro do Relatório do Presidente da Província de 1876:

Se alguns desses professores honram por seus esforços das tradições literárias da província, força se confessar que a maior parte resente-se (sic) dos defeitos desse sistema de improvisar educadores totalmente ignorantes dos rudimentos da pedagogia, desconhecedores dos melhores métodos de cultivar o sentido e desenvolver as faculdades de observação, apreciação e enunciação da criança, não cogitando sequer da existência dessas magnas questões do ensino público, que tanto preocupam os organizadores do porvir. Sem estímulos nem vigilância os professores entre nós vendo-se de ordinário privado, e por muitos meses dos vencimentos pela estreiteza dos cofres provinciais, atira-se ao recurso das licenças e a ocupação estranha ao magistério, aliás permitidas pelo respectivo regulamento, e aí ficam as escolas entregues a professores interinos ou em completo abandono¹³².

Para driblar os baixos salários, os professores procuravam alternativas como acumulação de cargos (ainda que proibido pelo Regulamento de 1874). Outros docentes, com competência técnica reconhecida pelo público, publicaram livros didáticos.

No Maranhão, oitocentista havia professores autores de livros didáticos, dentre os quais podemos citar Felipe Benicio de Oliveira Condurú¹³³, Antonio Marques Rodrigues, Francisco Sotero dos Reis¹³⁴, João Antonio Coqueiro¹³⁵ (seus livros foram

¹³⁰ RELATÓRIO DA INSPETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1870, apud TAVARES, 2009, p. 100.

¹³¹ CASTRO, *op. cit.* p. 405.

¹³² RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1876. p. 15.

¹³³ Autor da Gramática Elementar de Língua Portuguesa, livro que logrou cerca de vinte edições e que foi adotado nas escolas do Maranhão e do Pará. “É na vanguarda dos primeiros educadores que labutaram em prol da nossa instrução – ao lado de Sotero dos Reis, Magno de Abranches e Cândido Mendes – que devemos colocar o professor Condurú” (VIVEIROS, 1952, p. 39).

¹³⁴ Regente da Cadeira de Gramática Latina. Primeiro diretor do Liceu Maranhense [1838...]. In: CASTRO, *op. cit.*, p. 312. Foi o primeiro Inspetor da Instrução Pública da Província. [1841...] In: VIVEIROS, *op. cit.*, p. 44. Diretor do Asilo de Santa Tereza [1870...] In: CASTRO, César Augusto. *Bordar, coser e casar: a educação das desvalidas de Santa Tereza (Maranhão / 1856-1871)*. In: III Encontro Norte e Nordeste de História da Educação, Salvador, 22 a 24 de março de 2010, p. 14.

adotados no Colégio Pedro II) e Eponina de Oliveira Condurú Serra¹³⁶. Sabe-se que estes autores são uma exceção à regra, uma vez que permaneceram fortemente vinculados ao ensino, por terem exercido funções como professor, diretor de instrução pública, diretor de Escola Normal, diretor do Liceu Maranhense, dentre outras atividades; alguns deles estudaram em outras províncias e até mesmo na Europa.

A prática dos professores escreverem livros didáticos no século XIX foi estudada por Schueler, no Rio de Janeiro, que assim relata:

No grupo de professores que selecionamos é significativa a participação de algumas professoras primárias como autoras de livros didáticos, de artigos, de Conferências Pedagógicas e outras obras, destacando-se Adelina Lopes Vieira, irmã de Julia Lopes, Guilhermina de Azambuja Neves, Luiza Emilia da Silva, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, Rozalina Frazão e Thomázia Siqueira de Vasconcellos. Assim, para a compreensão da atuação feminina no magistério oitocentista são relevantes as pesquisas sobre a história dos processos de profissionalização e feminização docente, as quais, conforme argumentou Viñao (2004, p. 352), têm conduzido às histórias de vida dos alunos e professores, aos escritos autobiográficos, aos diários, aos relatos de vida, aos escritos docentes produzidos por demandas diversas e específicas das práticas escolares, às “escrituras marginais, efêmeras, ordinárias ou pessoais, assim como pelos processos de recepção e apropriação dos textos escritos, ou seja, pela escritura e a leitura como práticas sociais e culturais efetuadas por quem escreve e lê”¹³⁷.

Os processos de escrita das professoras primárias, conforme citado anteriormente, as transformam em intelectuais e, dessa maneira, passavam a fazer parte da memória coletiva através da autoria de documentos com os quais irão se perpetuar. Os documentos escritos (livros didáticos, artigos, conferências pedagógicas) tornaram-

Patrono da cadeira nº 17 da Academia Maranhense de Letras. In: MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão*. 3. ed. ver. e ampl. Edição crítica de Jomar Moraes e índice remissivo de Lino Moreira. São Luís: Edições AML, 2008, p. 69). Autor das *Postillas de Grammatica Geral, aplicada à Lingua Portuguesa pela analyse dos clássicos, ou guia para a construção portuguesa* (1870) e do *Curso de litteratura e portugueza e brasileira* em 5 volumes, 4 volumes publicados em 1867 e um volume publicado em 1873.

¹³⁵ Nasceu no Maranhão em 1837 e faleceu no Rio de Janeiro em 1910. Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas pela Universidade de Bruxelas e bacharel em Ciências pela Faculdade de Ciências de Paris. Grande figura brasileira como educador e matemático. Um dos fundadores do *Jornal da Lavoura*, da Sociedade Onze de Agosto, do Maranhão. Fundou a Usina Castelo, no Rio Pindaré, e incentivou a fundação da Usina São Pedro, no mesmo rio. Publicou vários livros didáticos, entre os quais o famoso *Tratado de aritmética e Curso elementar de matemática*. Foi professor da Escola Onze de Agosto, Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, do Liceu Maranhense e diretor do Colégio Pedro II [de 1901-1905, diretor do internato e de maio de 1905-1910, diretor do externato transferido do internato] e do Externato do Ginásio Nacional. (MARQUES, 2008, p. 430).

¹³⁶ Educadora na cidade de São Bento, onde exerceu o magistério por mais de 50 anos. (VIVEIROS, 1937[?], p. 37).

¹³⁷ SCHUELER, Alessandra Frota M. de. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). *Revista de Educação Pública*. Universidade Federal do Mato Grosso, n. 17, 2008. p. 8.

se uma prática das professoras da capital do Império, e também daquelas que trabalhavam nas províncias.

Teixeira também comenta sobre os professores autores de livros didáticos:

Do total de 11 livros que, provavelmente, eram utilizados pelos próprios alunos, e que possui um total de 10 autores, 6 foram produzidos por professores que, com exceção de Manoel José Pereira Frazão, não se encontravam presentes na lista dos relatórios anuais da IGIPSC [Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte]. Tal ocorrência indica a existência de professores/autores não recobertos pelo levantamento oficial, e reforça ainda mais a hipótese da participação dos docentes nas questões educacionais, mesmo que, ou até mesmo, em virtude da existência de um extensivo controle de suas práticas pelo poder público e da precariedade de seus vencimentos¹³⁸.

Assim, depreende-se que uma das formas de melhorar os vencimentos dos professores era a publicação de livros didáticos, incentivada pelo presidente da província, por meio do Art. 86 do Regulamento da Instrução Pública de 1854:

O Presidente da Província sobre proposta do inspetor da instrução pública poderá conceder prêmios aos professores que se tornarem notáveis no magistério, já compondo compêndios para o uso das escolas, já traduzindo melhor os publicados em língua estrangeira; assim como uma gratificação extraordinária à aqueles que se tiverem distinguido no ensino por mais de 20 anos de serviço efetivo.¹³⁹

O governo reconhecia que os salários dos professores eram baixos, mas não acreditava que somente o aumento desses iria mudar a situação precária da educação maranhense, por isso defendia a criação de escolas onde os professores pudessem ser formados.

Sei que o professorado aqui anda mal retribuído, mas ainda que lhe aumentasse os vencimentos, pouco ou nada ganharia a instrução. Como há de o mestre desempenhar a missão a que é destinado, quando ou nada ganharia a instrução educada para ela? Preparar o mestre é, me parece, o nosso principal dever¹⁴⁰.

¹³⁸ TEIXEIRA, Giselle Baptista. *O Grande Mestre da Escola: os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. 2008. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 75-76.

¹³⁹ Regulamento de 2 de fevereiro de 1854 que reorganiza e regula o ensino elementar e secundário. In: *Regulamentos e outros actos da presidencia da Provincia do Maranhão de 1854 a 1855*. Maranhão: Typ. Constitucional, 1856. p. 38.

¹⁴⁰ *FALLA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA*, 1881, p. 10.

Segundo Lopes, “o exercício da docência não atraía a elite econômica masculina da época que, ou cuidava de seus latifúndios ou exercia outras funções públicas mais prestigiadas”¹⁴¹.

Mesmo com a implantação tardia da Escola Normal no Maranhão, as matrículas, as frequências e o número de alunos(as) diplomados(as) foram muito pequenos quando comparados com o número de escolas primárias existentes na província naquele mesmo período. Em 1888, havia no Maranhão 149 escolas públicas primárias, com 5.898 alunos matriculados¹⁴². O número de alunos(as) matriculados(as) na Escola Normal, que deveriam atuar nas escolas primárias, pode ser conferido na Tabela 5 e os egressos na Tabela 6.

Tabela 5 – Número de alunos(as) matriculados(as) na Escola Normal (1890-1899)

ANO	ALUNOS(AS) MATRICULADOS(AS)			TOTAL
	1ª série	2ª série	3ª série	
1890	16	---	---	16
1891	24	5	---	29
1892	15	12	4	31
1893	6	8	2	16
1894	9	2	3	14
1895	5	3	---	8
1896	12	1	3	16
1897	19	1	1	21
1898	18	10	2	30
1899	19	17	10	46

FONTE: SALDANHA, Lilian Maria Leda. *A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)*. 1992. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1992. p. 213.

¹⁴¹ LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *Beneméritos da Instrução: a feminização do magistério primário piauiense*. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996. p. 122.

¹⁴² *Falla que o Exm. Snr. Dr. José Bento de Araujo dirigiu à Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão em 11 de fevereiro de 1888, por ocasião da instalação da 1ª sessão da 27ª legislatura*. Maranhão: Typ. do Paiz, [n.d.]. p. 13.

Tabela 6 – Número de alunos(as) diplomados(as) pela Escola Normal (1890-1899)

ANO	ALUNAS DIPLOMADAS
1893	2
1894	---
1895	2
1896	---
1897	4
1898	1
1899	2
TOTAL	11

FONTE: SALDANHA, Lilian Maria Leda. *A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)*. 1992. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1992. p. 214.

Observando-se a tabela 6, num período de 7 anos (1893-1899), apenas 11 professoras foram diplomadas pela Escola Normal. De acordo com Saldanha, a explicação para os altos índices de evasão na Escola Normal se deve ao fato de que a clientela (em sua maioria constituída por mulheres)

havia cursado a escola primária no período imperial, quando era destinado às mulheres um ensino mais simplificado e rudimentar que o facultado aos homens. Isso gerava dificuldades na aprendizagem de novos conteúdos, pois, muitas vezes, faltavam-lhes os pré-requisitos, as bases sobre as quais deveriam sustentar-se os novos conhecimentos. Havia pois uma grande distância entre as exigências curriculares do Curso Normal e os estudos proporcionados às mulheres pelo ensino elementar. Sentindo dificuldades para acompanhar os estudos, as normalistas preferiam abandonar muito cedo a Escola¹⁴³.

Além da hipótese aventada por Saldanha, é possível também que uma parte considerável das normalistas tenha abandonado o curso normal por conta de seus casamentos, pois muitos estudos de gêneros apontam que matrimônios precoces e a chegada dos filhos dificultariam para a mulher a conciliação do casamento/maternidade com os estudos.

Ratificamos que as professoras que trabalhavam nas escolas primárias eram em sua grande maioria professoras leigas, algumas oriundas do Asilo de Santa Tereza, como mencionado anteriormente, comprovando, mais uma vez, que o ensino primário na província do Maranhão era ofertado em condições precárias, especialmente no que

¹⁴³ SALDANHA, 1992, p. 137.

diz respeito à formação de professores, ao lado do escasso número de prédios escolares, dos baixos salários dos professores e da carência de livros didáticos.

A seguir, apresentaremos os debates travados em torno da imprensa tipográfica no Maranhão, na segunda metade do século XIX, enfatizando a produção bibliográfica impressa pelos prelos no Maranhão, com especial atenção ao *Livro do Povo*, que foi utilizado como livro de leitura pelas escolas públicas primárias do Maranhão, no período em estudo.

3 O MUNDO DOS IMPRESSOS: debates e concretizações

3.1 Condições de produção e circulação do livro na província: circuitos de comunicação

Para compreender as condições de produção e circulação do livro na província maranhense, consideramos necessário conhecer o contexto em que se insere a tipografia no Brasil e no Maranhão.

O Brasil, durante a Colônia, foi impedido através de um alvará de 20 de março de 1720 de manter em funcionamento tipografias. Houve algumas tentativas de impressão em solo brasileiro ainda no período colonial: em Recife em 1706 e no Rio de Janeiro em 1747. No entanto, foram ações isoladas de curta duração.¹⁴⁴

Somente em 1808 é que o Brasil passa a contar com uma imprensa tipográfica¹⁴⁵, um prelo comprado em Londres, por Portugal e que embarcou para o Brasil a bordo da nau *Medusa*, sem sair da caixa, conforme narra Fleuiss:

Sabe-se que, pouco antes do precipitado embarque da Corte, havia o governo português recebido a encomenda feita à Inglaterra de prelos e material tipográfico que, vindos de Londres, se encontravam ainda encaixotados na Alfândega de Lisboa. Na precipitação do momento, foram remetidos para bordo da fragata *Medusa*, um dos navios da esquadra régia.¹⁴⁶

A chegada da imprensa no Brasil tem duas fases: pela primeira, acham-se incluídos o Rio de Janeiro, em 1808 e a Bahia, em 1811. O Maranhão, juntamente, com as províncias de Pernambuco, Pará e Minas Gerais estão na segunda fase, correspondente ao ano de 1821,¹⁴⁷ sendo que o primeiro jornal maranhense foi *O Conciliador do Maranhão*. Antes que este aparecesse impresso, circularam 34 números manuscritos em papel almaço, a partir de 15 de abril de 1821.¹⁴⁸

O Maranhão se insere num grupo seletivo de províncias a serem detentoras de imprensa tipográfica, na primeira metade do século XIX. Condição essa que possibilita a impressão e posterior circulação dos livros produzidos na província entre a elite intelectual brasileira. Essa condição de pioneirismo possibilitou ao Maranhão imprimir relatórios de presidente de província e livros de outras províncias do Nordeste como é o caso do Piauí, que só passou a possuir sua

¹⁴⁴ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 95.

¹⁴⁵ Sendo instalada em 1808, com a criação da Impressão Régia por meio de decreto de Dom João em 13 de maio de 1808.

¹⁴⁶ Fleuiss, 1930, p. 596-7 apud LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN. *A formação da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 124.

¹⁴⁷ MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 92 apud JORGE, Sebastião Barros. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 1987. p. 19.

¹⁴⁸ JORGE, Sebastião Barros. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 1987. p. 19.

imprensa tipográfica em 1832¹⁴⁹. Neste mesmo ano deu-se início às tipografias do Rio Grande do Norte e de Sergipe.

Em meados do século XIX o Maranhão despontava nacionalmente através de suas tipografias, espaço de produção de livros e outros impressos que circulavam no Maranhão oitocentista. Segundo o *Almanak popular, mercantil, industrial e científico do Maranhão para o ano de 1848*¹⁵⁰, o Maranhão possuía 6 tipografias e publicava 5 jornais:

- *Progresso* – jornal diário;
- *Publicador oficial* – 3 vezes por semana;
- *Revista* – jornal semanal;
- *Estandarte* – jornal semanal;
- *Observador* – jornal semanal.¹⁵¹

Também em 1848, segundo o mesmo almanaque, o Maranhão dispunha de 3 negociantes de livros:

- Domingos Antonio Fortes – Rua do Ribeirão, 25;
- Francisco Fructuoso Ferreira – Rua de Santa Anna, 6;
- José Antonio Gonsalves de Magalhães – Rua Grande, 40.¹⁵²

Conforme mencionamos no capítulo anterior, no ano de 1846, encontravam-se matriculados nas escolas públicas de primeiras letras do Maranhão apenas 1.453 discentes, isto é, a província possuía uma população letrada muito reduzida. Contudo, 2 anos depois, dispunha de 6 tipografias, 5 jornais e 3 livreiros, dados esses que apontam para uma produção cultural efervescente no Maranhão naquele período. Presume-se que, se existiam as mercadorias (livro e jornal), é porque existia mercado consumidor.

Sobre a imprensa tipográfica maranhense, Frias destaca: “Em relação ao Império, [as impressões maranhenses] podem aparecer sem que causem vergonha, porque, além do Rio de Janeiro, nenhuma outra província se avanta a esta em trabalhos tipográficos, e só a de Pernambuco a iguala.”¹⁵³ Essa situação mostra que as tipografias maranhenses nada deixavam a desejar às de outras províncias, possuíam boa qualidade e uma representatividade muito forte, como afirma Hallewell, ao apresentar a província do Maranhão como um importante centro editorial em meados do século XIX:

¹⁴⁹ The John Carter Brown Library. Disponível em: http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/impressao_pt.htm. Acesso em: 27 dez. 2012.

¹⁵⁰ *Almanak popular, mercantil, industrial e científico do Maranhão com folhinha para o ano de 1848*. Maranhão: Typografia Maranhense, 1847. p. 219.

¹⁵¹ Ibid.

¹⁵² Ibid., p. 121.

¹⁵³ FRIAS, J. M. C. de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1978. p. 5.

Durante esses anos [1840-1880], São Luís foi não só o mais importante centro editorial das províncias, e o único de importância nacional, como também o lugar em que a qualidade do trabalho dos melhores impressores ultrapassava toda e qualquer realização da corte nessa época. Dois nomes se destacam: Belarmino de Mattos e José Maria Correia de Frias, rivais amistosos, cujos contínuos esforços para superar as realizações um do outro foram a causa principal do desenvolvimento técnico e estético da produção de livros no Maranhão.¹⁵⁴

O *Almanak do povo para 1867*¹⁵⁵ menciona a existência das seguintes tipografias no Maranhão:

- **Typographia do Progresso. Proprietário, Belarmino de Mattos; r. da Paz nº 3.**
- **De José Maria Correia de Frias; r. da Palma, 7.**
- **Typographia Commercial, de Antonio Pereira Ramos d'Almeida, Praça do Palácio, 20.**
- Typographia Constitucional, de Ignacio José Ferreira, Largo do Palácio, nº 3.
- Typographia da Fé, de uma associação.
- De José Mathias Alves Serrão, r. Grande.
- Do Major Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá, r. da Paz.

As tipografias do Progresso, a de José Maria Correia de Frias e a Comercial buscaram melhorar a qualidade dos seus impressos, fazendo uso do prelo mecânico. O tipógrafo Frias se dirigiu à Corte Imperial, para conhecer de perto os prelos mecânicos da Imprensa Nacional. Permaneceu no Rio de Janeiro entre os meses de novembro de 1864 e janeiro de 1865, trazendo consigo o primeiro prelo mecânico da província maranhense. Ele mesmo aponta as vantagens do prelo mecânico: “o trabalho de um dia, feito numa hora; a limpeza e não cravação¹⁵⁶ dos impressos; a diminuição do pessoal e sua fácil aquisição”¹⁵⁷.

A seguir, temos imagens dos dois tipos de prelos, o manual e o mecânico, semelhantes aos que foram utilizados pelas tipografias maranhenses.

¹⁵⁴ HALLEWELL, *op. cit.*, p. 170.

¹⁵⁵ *Almanak do povo para 1867*. São Luiz do Maranhão: J. M. C. de FRIAS, 1867. p. 67. (grifos nossos)

¹⁵⁶ Compressão exercida na folha de papel pela platina de um prelo manual ou por um cilindro especial da máquina de impressão. Relevo mais ou menos saliente produzido no verso da folha pela penetração dos caracteres ou de uma estampa gravada em relevo sob a ação do prelo. FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 212.

¹⁵⁷ FRIAS, *op. cit.*, p. 20.

Foto 4 - Prelo manual à esquerda e prelo mecânico à direita

FONTE: Museu da Imprensa, Lyon, França, 20/01/2010; dados da pesquisa.

Foto 5 – Detalhes do prelo mecânico fabricado por Mergenthaler Linotype Co. New York

FONTE: Museu da Imprensa, Lyon, França, 20/01/2010; dados da pesquisa.

Em relação à aquisição dos prelos, Frias adquiriu para si um prelo mecânico de fabricação francesa, Alauzet, 7 rue Brêa, et Passage Stasnislav, 4 et 6, Paris, comprado por 3.500 francos, na casa importadora Mrs. E. Bouchaud Aubertie, rua da Assembleia, 83, Rio de Janeiro. Esse modelo de prelo era capaz de realizar cerca de 800 impressões por hora, empregando apenas duas crianças, que se ocupavam de girar a roda da unidade principal, um operador de prensa que carregava a folha de papel à mão, e outro que cuidava da tinta e outras coisas.

No Maranhão, na segunda metade do século XIX, além de Frias, o tipógrafo Belarmino de Mattos, tentou acompanhar a modernidade, com a aquisição de um prelo mecânico. “Encomendou-o para a França, e, como tivesse chegado concorrente com o que o Sr. José Maria

Correia de Frias, não menos inteligente e dedicado tipógrafo, comprara no Rio de Janeiro o seu para uso dele”¹⁵⁸.

Foto 6 – Belarmino de Mattos

FONTE: LEAL, Antônio Henriques. Documentos maranhenses. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. 2. ed. Tomo I. Rio de Janeiro: Alhambar, 1987. p. 302.

Belarmino de Mattos nasceu em 24 de maio de 1830 no povoado de Axixá, transferindo-se aos seis anos de idade para São Luís com a família, onde, aos sete anos de idade, começou a estudar em escola pública de instrução primária, localizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Segundo Leal¹⁵⁹, a referida escola tinha como regente o Sr. Alexandre José Rodrigues. Três anos depois, foi aprovado no exame de instrução primária e aos dez anos de idade começou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo na Tipografia da Temperança, de propriedade de Manuel Pereira Ramos d’Almeida. Dois anos depois “entrou como operário para a pequena oficina de Sátiro Antônio de Faria”¹⁶⁰. Trabalhou também para Francisco de Sales Nunes Cascais, até sua tipografia ser vendida aos redatores de *O Progresso*.

Em 1849, *O Progresso* passou a ser propriedade de Antonio José da Cruz. Na ocasião, Belarmino, para complementar a renda da família, também empregou-se na composição de orações e outros repositórios milagreiros (pequenos avulsos). Já em 1854 trabalhou para os Srs. Carlos F. Ribeiro e José Joaquim Ferreira, que fundaram uma tipografia por conta própria, sendo Belarmino encarregado da administração.

¹⁵⁸ LEAL, Antônio Henriques. Documentos maranhenses. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. 2. ed. Tomo I. Rio de Janeiro: Alhambar, 1987. p. 314.

¹⁵⁹ LEAL, op. cit., p. 305.

¹⁶⁰ LEAL, op. cit., p. 305.

Belarmino sempre tentando inovar em sua profissão, abandonou “os rolos de camurça, fez os de cola e melaço, segundo uma receita que vinha do *Manual Roret*”¹⁶¹, a ele deve-se também a “introdução do pequeno prelo de provas, tão expedido para obras avulsas, como circulares e avisos. Substituiu nos jornais as linhas divisórias, que eram até então de madeira, pelos de latão, e assim como estas fez outras reformas na arte tipográfica maranhense”¹⁶².

Este tipógrafo, conjuntamente com José Maria Correia de Frias, José Mathias Alves Serrão e Manoel Francisco Pires idealizaram a fundação da sociedade dos operários, denominada Associação Tipográfica Maranhense, como forma de proteger os tipógrafos que vinham sofrendo perseguições políticas, conforme nos explica Hallewell:

Tendo assim, [o governo provincial] falhado em sua tentativa de acabar com o jornal da oposição, o governo garantiu a vitória nas eleições gerais (em 1857) ao fazer com que a polícia impedisse que os cidadãos de opiniões suspeitas se aproximassem dos postos de votação. Isso vem relatado no *Conciliação*, jornal impresso por J. M. C. de Frias, e em 10 de janeiro quando seus empregados estavam a caminho de casa, a polícia os atacou. Com exceção de dois, todos os demais conseguiram fugir e foram esconder-se na casa de Ribeiro; mais tarde, na calada da noite, saíram furtivamente e trouxeram de volta equipamento suficiente para continuar imprimindo. As notícias desses desmandos acabaram chegando à corte, e D. Pedro II prontamente afastou o presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado, que partiu de São Luís, em 24 de fevereiro, sob as vaias de grande parte da população concentrada no cais. Esta experiência levou Belarmino a organizar um sindicato, e sua Associação Typographica Maranhense, inaugurada em 11 [10] de maio de 1857, pode reivindicar o privilégio de ter sido a primeira organização de trabalhadores fundada no Brasil, fora do Rio de Janeiro (onde fora precedida pela Imperial Associação Typographica Fluminense, fundada no dia de Natal de 1853).¹⁶³

De acordo com o *Almanak do povo para 1868* a referida Associação Tipográfica Maranhense foi:

Installada em 10 de maio de 1857. Tem por fim desenvolver e propagar a arte typographica, **prestar socorro aos socios e ás famílias delles, por motivo de molestia ou falta de trabalho**; fazer em fim opposição enérgica e legal aos que violarem a disposição do art. 4º da lei de 7 de dezembro de 1830. A sociedade é administrada por um concelho director, e tem já de fundo capital a quantia de cinco contos de reis, cujo rendimento tem sido empregado exclusivamente nos socorros fornecidos aos socios necessitados, tendo até hoje ficado um pouco em esquecimento o outro objecto não menos importante da sociedade, o qual é o desenvolvimento e propagação da arte, que bem poderião ir facilmente conseguindo promovendo a cultura intelectual d’aquelles que fossem dedicando-se a esta especie de trabalho, para o qual tão necessária é a moralidade quanto a instrucção da parte de seus obreiros.

Tem o titulo de protector desta associação o Exm. e Rvm. Arcebispo da Bahia, D. Manoel Joaquim da Silveira. Presidente Honorario, constantemente eleito desde a creação da sociedade o Dr. Antonio Henriques Leal. Presidente do Concelho Director actual, Major Ignacio José Fereirra.¹⁶⁴

¹⁶¹ LEAL, op. cit., p. 307.

¹⁶² LEAL, op. cit., p. 307.

¹⁶³ HALLEWELL, op. cit., p. 178.

¹⁶⁴ *Almanak do povo para 1868*. 2º anno. Maranhão: Typographia do edictor Frias, 1868 (grifos nossos).

Dando prosseguimento, a história da imprensa maranhense no século XIX, em 4 de junho de 1857, os jornais de oposição *Progresso* e *Estandarte* que circulavam no Maranhão deram origem à *Imprensa*, tendo como redator os Srs. Drs. C. F. Ribeiro e J. J. Ferreira Vale, proprietários da tipografia, sendo esta arrendada em 1858 a Belarmino de Mattos. Conforme Leal¹⁶⁵, em 16 de março de 1861, o jornal *Progresso* passou a ser republicado pelo Sr. José Maria Correia de Frias, mas o mesmo foi interrompido em 17 de julho do mesmo ano.

Em 1863, Belarmino de Matos foi convencido a abrir sua própria oficina tipográfica, a mesma localizava-se na Rua Gonçalves Dias, passando depois a funcionar na Rua da Paz, onde permaneceu durante muito tempo.

Belarmino de Mattos, ao adquirir sua tipografia, reforçou sua oficina “por via das casas comerciais de Júlio Duchemin e de Alix Fournier & Rodorf a primeira encomenda de um prelo e mais utensílios tipográficos”¹⁶⁶.

Belarmino desentendeu-se com os liberais e isso foi a causa de sua ruína. Belarmino foi o testamenteiro do padre Domingos da Rocha Vianna, tendo sido acusado juntamente com os funcionários de sua tipografia de falsificarem o testamento do tal padre. Por conta desta acusação, os mesmos foram presos em 10 de julho de 1866, faltando apenas 9 dias para o fim do mandato do presidente Lafaiete Rodrigues Pereira.

O documento da Secretaria de Polícia do Maranhão relata o ocorrido:

Ilmº e Exmº Sr. De conformidade com o officio de VExmª de 23 de maio pretérito sendo que com minuciosidade sobre a falsidade de que tem sido seguido um dos testamentos com que se deu haver falecido o vigário da freguesia de N. S. da Victoria desta capital, **Domingos da Rocha Viana**, cheguei ao seguinte resultado. Tendo fallecido esse sacerdote no dia 15 de julho de 1865, fora apresentado em juízo, para ser cumprido um testamento antigo de 1841, pois os herdeiros e testamenteiros já não existem. No dia 16 chega a esta capital o Doutor Raimundo Abilio Ferreira Franco, vindo do termo do **Icatu** a chamado do seu irmão Belarmino de Mattos. Até então não se fallava na existência de algum outro testamento, e em silencio continuou até 19 do referido mes de julho quando Belarmino de Mattos dirige ao juizo competente uma petição dando noticia de um testamento de data posterior, que supunha existir em poder de seu irmão Dr. Abilio. E com effeito um testamento datado de 8 de abril de 1865, feito e aprovado por um tabellião do juizo de paz. servindo de testemunhas no acto d’approvação **cinco typografos de Belarmino de Mattos**, e outro individuo que declarou em juizo ser parente do Dr. Abilio, herdeiro universal instituído! Entretanto Belarmino de Mattos que apresentou em juizo o testamento de 1841, tinha noticia da existencia desse ultimo e nunca declarou em juizo, nem fora dele, que semelhante testamento existisse! E o Dr. Abilio que vem de sua comarca para assistir aos ultimos momentos do vigário, não traz o testamento que tinha em seu poder, chegando no dia 16, não declara nem previne ao juiz, somente no dia 19 é que volta ao **Rosario** para trazê-lo! Consta tambem o tabelião Saturnino Bilho fora logo depois da morte do vigario convidado para fabricar um testamento por Belarmino de Mattos, e que o escrivão que o aprovara, dissera antes de o fazer que ignorava sua existencia! A vista do que fica expendido de outras circunstancias que ommitto, vou intimar o competente processo contra o mencionado Dr. Raimundo Abilio Ferreira Franco, Belarmino de Mattos, seu irmão, o escrivão Manuel Jorge [Gomeren] e as cinco testemunhas **Joaquim Luiz Carlos Barboza**,

¹⁶⁵ LEAL, op. cit., p. 311.

¹⁶⁶ LEAL, op. cit., p. 311.

Manoel Caetano de Lemos, Antonio Aniceto d'Azevedo, Francklin Marques da Silva, e **Jezuino José Carlos Marreiros de Sá**. Deus guarde a V. Exc^a Illm^o e Exm^o Sr. Presidente da Provincia. O Chefe de Policia João Florentino Meira de Vasconcelos.¹⁶⁷

Segundo o que consta na correspondência emitida pela Secretaria de Polícia do Maranhão, Belarmino de Mattos teria infringido a lei, omitindo informações sobre o testamento do vigário da freguesia de N. Sra. da Vitória, em São Luís-MA, Domingos da Rocha Viana, tendo sido detido por isso. A respeito da sua prisão, o *Publicador Maranhense* apresentou matéria com a manchete: *A prisão do Sr. Belarmino de Mattos*, que dizia: “Estamos informado que o Dr. chefe de policia só mandou que cinco soldados acompanhassem o official de justiça que foi intimar a ordem de prisão ao Sr. Bellarmino e a cinco dos seus typographos.”¹⁶⁸

Na coluna do *Publicador Maranhense* – Publicações geraes – sob o título – *Ao publico* – em 31 de julho de 1866, sai um artigo datado de 27 de julho de 1866 e assinado por Ignacio José Ferreira. Desta vez trata-se do posicionamento de Ignacio José Ferreira na qualidade de presidente da Associação Tipográfica Maranhense.

Ignacio José Ferreira dirigiu documento a Bellarmino de Mattos e a mais três sócios da Associação Tipográfica Maranhense, indagando se precisavam de algum auxilio pecuniário, por parte da Associação, enquanto se achavam presos. No entanto, esse auxílio não foi concedido nem a Belarmino de Mattos, nem aos Srs. Joaquim Luiz Carlos Barboza, Jezuino José Carlos Marreiros de Sá, e Manoel Caetano de Lemos¹⁶⁹, com a seguinte justificativa:

Tanto o conselho, como a sociedade em assembléia, não annuirão á minha indicação, declarando que pelos estatutos somente os socios doentes, presos e perseguidos por amor a imprensa, tinham direito a esse auxílio pela caixa da beneficência, e que não estando esses socios contemplados em nenhuma das hypotheses, não podião receber da sociedade nenhum socorro pecuniário.¹⁷⁰

O auxílio pecuniário disponibilizado pela associação aos seus sócios não poderia ser destinado a Belarmino, uma vez que seu regimento não permitia o uso do recurso para esse fim. Em relação à finalidade da referida associação e dos auxílios destinados aos seus sócios, estes eram utilizados apenas quando o tipógrafo sofria perseguição por conta do exercício do seu ofício.

Durante a prisão de Belarmino de Mattos o mesmo tentou pagar fiança, tendo a mesma sido recusada. Ganhou a liberdade apenas em 7 de maio de 1867. Na prisão contraíra beribéri, que

¹⁶⁷ Secretaria de Policia do Maranhão. Registro de Correspondências Reservadas. 1864-1867, fev-dez, 15 de junho de 1866, fls. 105 v e 106 f. (grifos nossos).

¹⁶⁸ PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz – Sexta-feira, 13 de julho de 1866, n. 159, p. 2. O Publicador Maranhense, folha Official e diaria, é propriedade de I. J. Ferreira.

¹⁶⁹ Esses tipógrafos trabalhavam na oficina de Belarmino de Mattos e foram presos juntos com ele, com a mesma acusação.

¹⁷⁰ PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz – Terça-feira, 31 de julho de 1866, n. 173, p. 1. O Publicador Maranhense, folha Official e diaria, é propriedade de I. J. Ferreira.

juntamente com o ócio e a vergonha causada pelo acontecido, levaram-o a óbito em 27 de fevereiro de 1870, com apenas 39 anos de idade.

Enquanto tipógrafo, Belarmino buscou manter seu maquinário atualizado, para tanto, adquiriu em janeiro de 1866, um prelo francês da marca Alauzet, que segundo Frias, “demandava dois homens para o mover e o maquinismo era mais complicado; **os seus produtos, porém, eram excelentes**”¹⁷¹.

A imagem que segue mostra como era uma máquina tipográfica Alauzet & Tiquet vendida na casa importadora de prelos Mrs. E. Bouchaud Aubertie no Rio de Janeiro, estabelecimento frequentado por muitos tipógrafos para a aquisição de máquinas e materiais para suas tipografias, como podemos ver na foto 7, que traz o anúncio da fundição francesa no setor de notabilidades do Almanak Laemmert, 1868.

Foto 7 – Anúncio da Fundição Francesa no setor de Notabilidades do Almanak Laemmert, 1868

FONTE: *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro para o anno de 1868*. 25º anno. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1868. p.40.

¹⁷¹ FRIAS, op. cit., p. 22. (grifos nossos)

Foto 8 – Máquina tipográfica Alauzet & Tiquet

FONTE: <http://www.prepressure.com/printing/museum/historische-drukkerij>

A casa importadora de prelos na Corte, Mrs. E. Bouchaud Aubertie, funcionou como casa fundidora de tipos, na segunda metade do século XIX, ao lado dos concorrentes Lopes & Pacheco e Laemmert, estabelecimentos especializados na venda de prelos mecânicos, prelos de ferro, tintas e demais artigos necessários ao desenvolvimento da arte tipográfica.

Eugenio Bouchaud abre sua primeira empresa em 1852, ainda como sócio de Pierre Secretan, que aparece na área depois de Balonchard. As principais funções desenvolvidas por Bouchaud & Sobrinho foram: oficina de fundição de tipos, importação, de conta própria e consignação, de máquinas, prelos, papel e demais artigos concernentes à arte tipográfica, como podemos perceber no anúncio que consta na foto 7¹⁷².

Estes estabelecimentos ajudavam a suprir as tipografias com materiais necessários para manter a qualidade das impressões de obras produzidas no Maranhão (livros, almanaques, jornais, etc.) e que circulavam naquela e em outras províncias do país. Daí a preocupação dos tipógrafos em oferecer os melhores serviços.

Os livros que saíram destas tipografias faziam parte de um conjunto de obras produzidas por intelectuais que fizeram parte do circuito das comunicações no Maranhão. A seguir,

¹⁷² LIMA, Edna Lucia Oliveira da Cunha. *Fundidores de Tipo no Século XIX Anunciantes do Almanack Laemmert*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006. p. 48.

apresentaremos uma lista de obras publicadas por Belarmino e por Frias, ainda que as fontes sejam lacunares.

3.1.1 As publicações que saíram dos prelos maranhenses

Apesar de todas as querelas que existiram entre os tipógrafos maranhenses na segunda metade do século XIX, vale destacar a intensa produção de obras de diferentes naturezas, como: literatura nacional e estrangeira, livros didáticos, traduções, almanaques, relatórios, dentre outros impressos.

Neste item iremos analisar brevemente os produtos que saíram dos prelos de Belarmino de Mattos e José Maria Correia de Frias.

Dos prelos de Belarmino de Mattos, saíram as seguintes obras:

Quadro 5 – Classificação das obras publicadas por Belarmino de Mattos

TIPO	TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZAÇÃO	ANO (S)/VOL.
Almanaques	<i>Almanachs administrativos, mercantis e industriais</i>	Belarmino de Mattos	1858 a 1870 (13 vol.)
Livros didáticos	<i>Curso de Litteratura Portuguesa e Brasileira</i>	Francisco Sotero dos Reis	1867 (4 vol.)
	<i>Postillas de Gramatica Geral</i>	Francisco Sotero dos Reis	1870
	<i>Compendio de Gramática Portuguesa</i>	Pedro de Souza Guimarães	1866
	<i>Curso Elementar de Matemática</i>	João Antonio Coqueiro	1870
Traduções	<i>Versos</i>	E. Laboulaye	
	<i>Comentários</i>	Julio Cesar	6 fascículos
	<i>O mundo marcha</i>	Eugenio Pelletan ¹⁷³	1866
	<i>Eloá</i>	Vigny	
Literatura nacional	<i>Poesias</i>	A. Franco de Sá	
	<i>Comédias</i>	Dr. Luís M. Quadros	
	<i>Confidencias</i>	F. C. de Figueiredo	1 vol.
	<i>Um coração de mulher</i>	Joaquim Serra	
	<i>Obras póstumas</i>	Antonio Gonçalves Dias	6 vol.
	<i>Obras</i>	João Francisco Lisboa	1866; 4 vol.
	<i>Parnaso Maranhense</i>	Gentil Homem de Almeida Braga Antonio Rodrigues Raymundo de Brito Gomes	1861

¹⁷³ Escritor francês do século XIX lido por escritores brasileiros, tais como: Machado de Assis e Joaquim Nabuco.

		de Sousa Luiz Antonio Vieira da Silva Joaquim Serra Joaquim da Costa Barradas	
	<i>Tres Lyras</i>	Trajano Galvão de Carvalho Antonio Marques Rodrigues G. H. de Almeida Braga	1862
Literatura estrangeira	<i>Os Miseráveis</i>	Victor Hugo	
	<i>O Homem que Ri</i>	Victor Hugo	
Impressões de outras províncias	<i>Estatísticas da Província do Ceará</i>	(Ceará)	2 vol. com mapas
	<i>Impressões e Gemidos</i>	José Coriolano de Sousa e Lima (Piauí)	1870. 2 vol.
	<i>Motins Políticos</i>	Domingos Antonio Raiol (Pará)	1868. 4 vol.
Diversos	<i>Impressos</i>	Andrade	2 vol.
	<i>História da Independência do Maranhão</i>	Luís Antonio Vieira da Silva	1862. 1 vol
	<i>Comentários da Constituição</i>	Desembargador Sousa	2 vol.

FONTE: LEAL, Antonio Henriques. Documentos Maranhenses. *Pantheon Maranhense*, Ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. 2. ed, tomo I. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987. p. 312.

Conforme apresentado no quadro 5, o tipógrafo Belarmino de Mattos produzia impressos de natureza variada, tais como: almanaques, livros didáticos, traduções, literatura nacional, literatura estrangeira, realizava impressões de outras províncias, Ceará, Piauí, Pará e publicações diversas o que denota a amplitude da tipografia de Belarmino. Além das reproduções acima citadas, Belarmino de Mattos foi responsável também pela impressão de “relatórios de companhias e de presidentes de província, mapas, contas correntes, etc.”¹⁷⁴

Quanto à Tipografia do Sr. Frias, o Prof. Jomar Moraes, gentilmente nos cedeu um catálogo (não publicado) elaborado por Domingos Vieira Filho. Essa tipografia, segundo o mesmo catálogo publicou entre os anos de 1859 e 1909, **cento e setenta e quatro obras**, conforme Gráfico 1.

¹⁷⁴ LEAL, *op. cit.*, p. 312.

Gráfico 1 – Classificação das obras publicadas pelo tipógrafo Frias entre 1859 e 1909

FONTE: Catálogo da Tipografia do Frias

A partir da leitura do gráfico 1, percebe-se a atuação multifacetada do tipógrafo Frias, sobressaindo-se com a publicação de 41 relatórios, 26 estatutos e 14 legislações. Sua maior produção está relacionada ao fato de ter sido o impressor dos atos oficiais da província do Maranhão durante a segunda metade do século XIX, concentrando, apenas nestes três itens, 46,5% da sua produção.

Em segundo lugar, podemos destacar a produção de 24 obras de literatura nacional, 18 livros didáticos e 9 almanaques. Estes três itens correspondem a 29,3% das publicações oriundas da Tipografia do Frias. Aqui a produção está relacionada à divulgação da província maranhense, quer seja através da literatura, de suas obras didáticas ou até mesmo dos almanaques.

Identificamos no referido catálogo 4 traduções:

- 1) 1859 – *Manual do plantador de algodão*, por Turner. Tradução do dr. José Ricardo Jaufrett. Introdução do dr. A. Marques Rodrigues. XXXVI, 270 p.
- 2) 1873 – *Resumo Histórico da vida de Napoleão Bonaparte*, por Mr. Manuel de Las Cases extraído do Panteon Popular e traduzido por x. 50 p.
- 3) 1874 – *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*, pelo padre Claude d'Abbeville, traduzida e anotada pelo dr. César Augusto Marques. 456, III pp. in 4º.

- 4) 1874 – *Viagens ao norte do Brasil feita nos anos 1613 a 1614*, pelo padre Ivo d'Evreux, religioso capuchinho, publicada conforme o exemplar, único, conservado na Biblioteca Imperial de Paris. Tradução de César Marques. 424, III pp. in 8°.

No que diz respeito a livros didáticos, segundo o *Catálogo da Tipografia do Frias*, elaborado por Domingos Vieira Filho, durante a existência desta tipografia foram publicados 18 livros didáticos, de diferentes disciplinas, sendo: 5 de língua portuguesa, 5 de matemática, 2 de geografia, 2 de música, 1 de leitura, 1 de geometria, 1 de história e 1 de didática:

- 1) 1859 – *Compêndio de Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Escolhido pela Congregação do Liceu do Maranhão para uso do mesmo Liceu, e das aulas de primeiras letras na província, pelo Padre Antônio da Costa Duarte. Lente de gramática filosófica da língua e análise dos nossos clássicos, 4. ed. 121 p.
- 2) 1862 – *O livro do povo*, contendo a vida de Cristo e vários artigos úteis. A. Marques Rodrigues. in 8°.
- 3) 1866 – *Rudimentos de geografia para uso das escolas de instrução primária*. Antônio Rego. 2. ed. 86 pp. in 8°.
- 4) 1868 – *Primeiras noções de geometria para uso das Escolas de Ensino Primário em 21 lições organizadas segundo as de Launé Fleury*, por A. V. C. H. 3. ed. 61 pp.
- 5) 1869 – *Princípios Elementares de Música em 10 lições, destinadas para a aula de música do Colégio Perdigão*. D. T. V. P. 25 pp.
- 6) 1872 – *Epítome de História do Maranhão*.¹⁷⁵ Padre Raimundo Alves da Fonseca. 26 pp.
- 7) 1872 – *Rudimentos de Geografia*, por Antônio Rego. 3. ed. 116 pp.
- 8) 1874 – *Primeiras noções de Aritmética para uso das escolas do ensino primário em 28 lições*.¹⁷⁶ Compôs e oferece ao seu amigo A. Teófilo de Carvalho Leal. A. V. C. H. 3. ed. 66 pp. (Dr. Ayres Vasconcelos Cardoso Homem).
- 9) 1874 – *Curso Elementar de Matemática*¹⁷⁷. Teórico e Prático. Para uso dos estabelecimentos de instrução primária e industrial. Tomo II. Aritmética. 2ª parte. in 8°.

¹⁷⁵ Segundo Amaral, *Epítome da história do Maranhão* foi o primeiro livro didático de História do Maranhão, escrito pelo sacerdote Raymundo Alves da Fonseca, para o curso de estudos do Colégio da Imaculada Conceição. In: AMARAL, José Ribeiro do. *História do Maranhão*: edição para a infância das escolas de minha terra. 3. ed. Maranhão: Typ. M. Silva & Filhos, 1926, p. 7.

¹⁷⁶ Este livro constituiu-se no objeto de estudo da dissertação de mestrado de SOARES, Waléria de Jesus Barbosa. *Juros em Livros Didáticos de Matemática no Maranhão do Século XIX*. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) – Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

¹⁷⁷ Provavelmente de autoria de João Antonio Coqueiro.

- 10) 1884 – *Lições de Gramática Luso-Latina ou estudo comparativo das línguas portuguesa e latina com outras*, obra composta à vista dos escritos de Bopp, Diez, Lempol, Burnouf, Oppert e outras por Martiniano Mendes Pereira. 443 pp.
- 11) 1886 – *Resumo de Álgebra*. José Augusto Correa. 139 pp.
- 12) 1894 – *Afixos da Língua Portuguesa compendiados dos mais autorizados lexicons, e coordenados na ordem alfabética para uso das escolas*, por... 39 pp.
- 13) 1895 – *Questões práticas de aritmética*. D. A. A. 30 pp.
- 14) 1897 – *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Pedro Nunes Leal. 309 pp.
- 15) 1899 – *Primeiras noções de álgebra*, organizadas pelo professor, 1º Tenente da Armada, José Martini, e impressas por ordem do diretor e fundador, Carlos Ferreira Coelho para uso dos alunos da mesma escola. 19 pp.
- 16) 1902 – *Noções de música extraídas dos melhores autores*. Antonio Rayol. 56 pp.
- 17) 1906 – *Programa didático*. Roteiro para o curso de pedagogia em 1906. 12 pp. Organizado por Almir Nina.
- 18) 1908 – *Síntese Gramatical*. M. George Gromwell. 47 pp.

Ainda no que concerne aos dados obtidos do *Catálogo da Tipografia do Frias*, de acordo com o gráfico 2, entre os anos de 1861-1881, periodização desta pesquisa, os anos de maior produção de livros pelo tipógrafo Frias foram 1866 e 1867, cada um destes anos com 6 obras publicadas. Foi justamente no ano de 1866, que percebemos a polêmica entre os tipógrafos José Maria Correia de Frias e Ignacio José Ferreira.

Dessa forma, podemos denotar que as disputas travadas entre os tipógrafos favoreceram o aperfeiçoamento da indústria tipográfica na província do Maranhão na segunda metade do século XIX, pois, à medida que os tipógrafos se digladiavam na imprensa, eles procuravam manter-se atualizados, introduzindo novas tecnologias, conforme observado nos anúncios das tipografias apresentados ao longo deste capítulo.

Percebe-se também que neste catálogo não está representada a totalidade das obras publicadas por Frias, uma vez que *O Livro do Povo*, objeto central de estudo desta tese, possuiu 9 edições, e no catálogo aparece apenas 1 edição.

A partir do gráfico 2, infere-se também que o período de maior produção da Tipografia do Sr. Frias se encontra entre os anos de 1891 e 1899, o que aponta para a necessidade de novas investigações sobre esta tipografia no início da República.

Gráfico 2 - Quantidade de obras publicadas pela Tipografia do Sr. Frias

FONTE: Catálogo da Tipografia do Frias

3.1.2 Circulação dos livros produzidos no Maranhão por outras províncias

Para compreendermos a circulação dos livros maranhenses produzidos na segunda metade do século XIX, faz-se necessário discutirmos o circuito das comunicações, que, segundo Darnton, “vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor.”¹⁷⁸

E qual foi o circuito das comunicações do Maranhão, na segunda metade do século XIX? Quem eram os livreiros que faziam circular os livros maranhenses? Em que províncias eles estavam instalados?

O quadro que apresentamos a seguir foi elaborado a partir do inventário de Antonio Marques Rodrigues e de dados impressos no *Livro do Povo*. As informações referentes aos demais livros foram retirados de almanaques diversos.

Quadro 6- Relação de autores/editores de livros maranhenses localizados entre as décadas de 1860 e 1880

AUTORES	TÍTULO DO LIVRO	EDITORES/IMPRESSORES	ENCADERNADORES	LIVREIROS
Antonio Marques Rodrigues	<i>O Livro do Povo</i>	José Maria Correia de Frias	Magalhães e Cia; Gonçalves e Pinto	<ul style="list-style-type: none"> – Antonio Pereira Ramos de Almeida do Maranhão – Gonçalves e Pinto do Maranhão – Magalhães e Cia do Maranhão – Nelson de Maceió – Francisco Tavares da Costa de Maceió – José Maria da Silva do Pará – Joaquim José d’Oliveira do Ceará – Theofilo Ferreira de Acaracu – Antonio de Magalhães e Cia da Paraíba – Domingos H. d’Oliveira do Rio Grande do Norte – Lailhacar e Cia de Pernambuco – José Nogueira de Souza de Pernambuco
Antonio Marques	<i>O Livro do Povo</i>	José Maria Correia de Frias	...	– Escritório de Joaquim Marques Rodrigues no

¹⁷⁸ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 112.

Rodrigues				Maranhão. – Loja de Joaquim José Gomes em Caxias – Casa de Antonio Gonçalves Lamarão no Pará – Livraria de Joaquim José de Oliveira em Fortaleza – Casa de Antonio Vicente de Magalhães e Cia na Paraíba – Livraria de Manoel Figueroa de Faria & Filho em Recife – Livraria de José Nogueira de Souza em Recife – Escritório de Costa & Filho na Bahia – Casa de E. & H. Laemmert no Rio de Janeiro
Antonio Augusto Rodrigues	<i>Licções de Historia Santa do Antigo e Novo Testamento</i>	Antonio Pereira Ramos de Almeida & Cia	...	Antonio Pereira Ramos de Almeida & Cia
Fernando Luiz Ferreira	<i>Novo Systema Metrico</i>	Antonio Pereira Ramos de Almeida	...	Antonio Pereira Ramos de Almeida & Cia
Antonio Rego	<i>O livro dos Meninos</i>	...	...	Tipografia de Belarmino de Mattos
João Antonio Coqueiro	<i>Curso Elementar de Mathematica</i>	Belarmino de Mattos	...	Tipografia de Belarmino de Mattos
João Antonio Coqueiro	<i>Metrologia Moderna</i>	Belarmino de Mattos	...	Livraria de Carlos Seidl
Francisco Sotero dos Reis	<i>Postillas de Gramatica Geral</i>	Belarmino de Mattos	...	Tipografia do Progresso (Belarmino de Matos)

FONTES: Inventário de Antonio Marques Rodrigues. Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão; contracapa da 4ª ed. do *Livro do Povo* e anúncios publicados em jornais e almanaques diversos.

Os livros publicados nas tipografias do Maranhão no século XIX circularam nas melhores livrarias do país. Como vimos, o *Livro do Povo* foi comercializado por Francisco Tavares da Costa, que era proprietário de uma livraria em Maceió, província

de Alagoas, situada na Rua do Commercio, 72.¹⁷⁹ No Pará, este mesmo livro foi comercializado por José Maria da Silva, proprietário da Livraria Comercial situada na Calçada do Collegio¹⁸⁰. Em Fortaleza, província do Ceará, o livro foi vendido por Joaquim José de Oliveira, o mais antigo dono de livraria e iniciante desse ramo de comércio no Ceará.¹⁸¹ Nesta mesma província esta obra foi vendida também no interior em Acaracu, hoje Acaraú, por Theofilo Ferreira. Em Pernambuco, cuja imprensa tipográfica, segundo o próprio Frias, se igualava à imprensa tipográfica do Maranhão, *O Livro do Povo* foi vendido por José Nogueira de Souza, editor entre os anos de 1889 e 1899 dos *Ensaio e estudos de filosofia e crítica* de Tobias Barreto. Também em Pernambuco, foi comercializado por Lailhacar, importante livraria pernambucana.¹⁸² Na mesma província era possível encontrar *O Livro do Povo* nas prateleiras da Livraria de Manoel Figueroa de Faria, olindense filho de portugueses, que abriu uma livraria em sua cidade natal, em meados de 1831¹⁸³. Da mesma forma, o *Livro do Povo* era encontrado na principal casa editora brasileira – E. & H. Laemmert¹⁸⁴, no Rio de Janeiro, sede da Corte Imperial.

Como vemos, as produções maranhenses não restringiam sua circulação apenas àquela província, ultrapassaram fronteiras sendo comercializadas em outras localidades do território nacional. Por exemplo, temos o Quadro 7 que traz uma relação de obras impressas no Maranhão e que foram apreciadas pelo Conselho de Instrução Pública da Província do Amazonas no ano de 1882.

Conforme podemos notar no quadro a seguir, o Maranhão possuía um circuito de comunicação bastante amplo com as províncias do Norte e Nordeste e com a Corte Imperial. No quadro subsequente, de um total de 20 livros apresentados à apreciação do Conselho da Instrução Pública da província do Amazonas, 9 livros (destacados em cores) saíram dos prelos das tipografias maranhenses.

¹⁷⁹ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* – 1891 a 1940, p. 1366. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=16519&pesq=&esrc=s>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

¹⁸⁰ *Almanak Administrativo, mercantil e industrial para o anno bissexto de 1868*. p. 233.

¹⁸¹ SILVA, Ozângela de Arruda. *A atuação dos livreiros e a circulação de romances em Fortaleza no século XIX*. Disponível em: <www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/.../atuacao_livreiros.doc>. Acesso em: 30 ago. 2012.

¹⁸² MACHADO, Ubiratan. *A etiqueta de livros no Brasil: subsídios para uma história das livrarias brasileiras*. São Paulo: Edusp, Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. 377.

¹⁸³ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005. p. 188.

¹⁸⁴ *Id. Ibid.*

Quadro 7 – Relação de obras impressas no Maranhão e que foram apreciadas pelo Conselho de Instrução Pública da província do Amazonas em 1882

	AUTOR	TÍTULO	PREÇO
1	A. A. Rodrigues	<i>Compendio de Historia Santa</i>	1.000
2	J. A. Tinoco S. [ilegível] Jn.	<i>Resumo da Historia do Brazil</i>	1.000
3	Coqueiro	<i>Arithmetica</i>	1.000
4	Ferreira	<i>Arithmetica Pratica</i>	.500
5	Pe. Cyrillo	<i>Arithmetica</i>	.500
6	Coqueiro	<i>Noções de Cálculo</i>	.500
7	Ferreira	<i>Systema Metrico</i>	.500
8	S. T. S. R.	<i>Principios de Geometria</i>	.500
9	Lemos d'Sá	<i>Elementos de Geographia</i>	.500
10	Coqueiro	<i>Novas Medidas e Pesos</i>	.500
11	Rodrigues	<i>Lições de Moral</i>	.300
12	Pe. Cyrillo	<i>Resumo da Historia Santa</i>	.300
13	Duarte	<i>Grammatica Philosophica</i>	.2000
14	Costa	<i>Opúsculo de grammatica franceza</i>	1.500
15	Chapsal	<i>Gramatica franceza</i>	2.000
16	Ch. Jeannel	<i>Joãosinho</i>	1.000
17	A. Marques	<i>A Meus Filhos</i>	1.000
18	Rodrigues	<i>Livro do Povo</i>	1.200
19	D. Manuel	<i>Catechismo da Diocese do Maranhão</i>	1.000
20	Pe. Cyrillo	<i>Máximas, Sentenças e Provérbios</i>	.500

FONTE: Correspondência da Instrução Pública jan-dez 1882 – 09 *apud* CORRÊA, Carlos Humberto Alves. *Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852-1910)*. 2006. 252 f. Tese - (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006. p. 87.

Para demonstrar a circulação de livros maranhenses por outras províncias, tomamos como exemplo *O livro de Nina*¹⁸⁵, de Eponina Condurú, que era comercializado na Livraria Clássica e Comercial em Belém do Pará¹⁸⁶, como mostra este pequeno anúncio: “Eponina de Oliveira Condurú – *Livro de Nina* – preciosas lições de cousas¹⁸⁷ ao alcance das mais tenras idades”.

Foto 9 – Eponina Condurú Serra

FONTE: PACHÊCO, D. Felipe Condurú. *Pai e Mestre*. Fortaleza: Tipografia Paulina, 1951. p. 113.

¹⁸⁵ Este livro conduz à aprendizagem e melhor entendimento da sua leitura, pelo recurso do diálogo. Ela escreveu como se estivesse contando uma história ao leitor. Tem como personagens: Eponina no papel de mãe e professora, e suas filhas, por sinal, na vida real, Calu e Nina, e os primos Juca e Chiquinho. Nos diálogos que travam há indicações sobre assuntos diversos. Num pequeno espaço de tempo o livro chegou a terceira edição. JORGE, Sebastião. *A imprensa no Maranhão no século XIX (1821-1900)*. São Luís: Lithograf, 2008. p. 372-373.

¹⁸⁶ Rua Conselheiro João Alfredo, 59, Caixa Postal 253, Telegrama Jotasantos, Pará, Belém. COELHO, Maricilde Oliveira. *Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910)*. 2004. 143f. Dissertação - (Mestrado em História e Historiografia da Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 129.

¹⁸⁷ “A lição de coisas é uma parte do método intuitivo; é preciso que este se aplique aos exercícios da inteligência e aos atos do raciocínio. A intuição sensível só serve quando prepara para uma intuição intelectual”. (BUISSON, 1884, p. 221 apud SCHELBAUER, 2010, p. 138). Este método de ensino foi amplamente divulgado na Exposição da Filadélfia, em 1876; na Exposição Universal de Paris, em 1867. Teve como principais divulgadores em âmbito internacional, Mme. Pape-Carpentier, Calkins e Buisson e em âmbito nacional, Leôncio de Carvalho. Cf. SCHELBAUER, Analette Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.) *Histórias e memórias da Educação no Brasil*. Vol II. Século XIX. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 132-149.

A presença do *Livro de Nina* em Belém do Pará não ficou restrita apenas aos anúncios da Livraria Clássica e Comercial. Sobre este mesmo livro, encontramos o seguinte parecer no jornal *O Pará*:

De ha muito, d'entre os nossos livros de instrucção primaria, ressentia-se da falta de um, que aliando o ensino da lingua patria, á singelleza de uma linguagem ao alcance da comprehensão infantil, reunisse o ensino de uma religião philantropica e pura, ás noções rudimentares da sciencia. Parece-se que essa falta, aliás bem grande, está cabalmente preenchida.¹⁸⁸

O redator transcreve para o jornal *O Pará* duas lições do *Livro de Nina*, “As abelhas” e “Geographia” e, após a transcrição, emite seu juízo de valor sobre o livro e pede encarecidamente que o Conselho de Instrução adote-o nas escolas do Maranhão.

No faturoso Estado do Pará já foi adoptado o livro da emérta senhora, que teve uma consagração no que d'elle disse o illustre professor Hilario de Sant'Anna.

Sinto-me orgulhoso com isso, como orgulhoso me sinto toda a vez que vejo um trabalho de maranhense coroado com êxito.

Mas, infelizmente, esse orgulho traz-me uma tristeza: é que em vez de imitarem o visinho Estado, não lembraram ainda de adoptal-o nas nossas escholas.

- Por que? É obra de uma maranhense; basta.

Dirão, talvez, que é pessimismo; direi que é a realidade.

E, si pessimismo fôr, porque não adoptal-o?

Felizmente, espero que o nosso conselho de instrucção, illustrado como é, não deixará de fazel-o.

Mas, si o não fizer, porque assim procede? Não é bom o *Livro de Nina*? Não preenche a falta existente?

Adoptem-n'ò, que já é tempo de pagar-se um tributo a quem bem o merece.

Estou certo que a exma. sra. dona Eponina, que viu, com sumino prazer, receberam bem o seu livrinho, n'outro torrão que não o seu, maior alegria sentiria ainda, vendo-o bem aceito e adoptado na sua terra natal, n'esse pedaço de solo que a gente venera, n'essa porção de Patria a que se tem amor.

Adoptem-n'ò, repito, os dignos membros do conselho de instrucção, que aproveitará á infância, bebendo sabias licções n'um excelente livrinho, e, quando assim não fosse, porque o impunha isto a que chamam *bairrismo*, mas que não deixa de ter o seu que de nobre, o seu tanto de grandioso!

Summamente grato á gentileza da oferta, saudo respeitoso á distincta senhora, a quem muito já deve a infeliz e gloriosa Athenas Brasileira.

D. B.¹⁸⁹

O *Livro de Nina* não foi o único livro didático maranhense a circular fora da província. Temos um parecer favorável à adoção do *Livro do Povo*, emitido pela Diretoria Geral da Instrução Pública de Pernambuco, que será analisado no capítulo seguinte. Pelo que podemos observar até 1898, o *Livro de Nina* ainda não tinha sido

¹⁸⁸ Governo Municipal. *O Pará*. Sexta-feira, 14 de outubro de 1898, n. 263. p. 2.

¹⁸⁹ *Id. Ibid.*

analisado pelo Conselho de Instrução Pública do Maranhão, conforme especula o autor do artigo supracitado.

Além dos jornais, outra forma de divulgação das obras (didáticas ou não didáticas) publicadas no Maranhão, foram as exposições nacionais¹⁹⁰ realizadas no Rio de Janeiro entre 1861 e 1922, conforme mencionamos no capítulo anterior. Essas exposições eram espaços de trocas de informações e produtos das mais diferentes naturezas. Gostaríamos aqui de apresentar uma análise do Catálogo da Exposição Nacional que aconteceu no Rio de Janeiro em 1866, mas, infelizmente, não conseguimos localizá-lo. Tendo em vista que as exposições internacionais e nacionais seguiam um mesmo padrão, consideramos importante registrar aqui a forma como foram organizadas as seções da Exposição de Filadélfia de 1876. Esta se dividiu em dez seções, a saber:

- I. Materias primas, mineraes, vegetaes e animaes.
- II. Substancias e preparações para alimento ou uso das artes, resultados dos processos extractivos ou componentes.
- III. Tecidos e feltros, roupas, vestidos e ornatos para uso pessoal.
- IV. Moveis e alfaias de uso geral na construção e nas habitações.
- V. Utensílios, instrumentos, machinas e processos.
- VI. Motores e meios de transporte.
- VII. Material e methodos para aumento e propagação dos conhecimentos.**
- VIII. Engenharia, obras publicas, architectura, etc.
- IX. Artes plasticas e graphicas.
- X. Objectos para auxiliar o melhoramento da condição physica, intelectual e moral do homem.¹⁹¹

A seção VII – *material e methodos para aumento e propagação dos conhecimentos* – que nos interessa de maneira particular, para compreensão do nosso objeto de estudo, subdividia-se em 10 grupos: material e métodos para instrução; *auxílios tipográficos para conservar e difundir conhecimentos*; cartas, mapas, representações gráficas; instrumentos e sistemas telegráficos; instrumentos de precisão, aparelhos para trabalhos e experiências de física etc.; instrumentos e aparelhos meteorológicos; cálculos mecânicos, aparelhos para indicar e registrar observações que não sejam meteorológicas; pesos, medidas e moedas, aparelhos de pesar e medir;

¹⁹⁰ Vale lembrar que o Maranhão realizou a sua Primeira Festa Popular do Trabalho ou Exposição Maranhense no ano de 1871, organizada por Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, João Duarte Peixoto Franco de Sá e A. Ennes de Souza. A mesma foi realizada no salão da Câmara Municipal entre os dias 10 e 12 de dezembro de 1871, estando no último dia aberto o edifício e iluminado à noite até às 10 horas. *Relatório acerca da primeira festa popular do trabalho ou exposição maranhense de 1871*. Maranhão: Typ. do Frias, 1872. p. 5.

¹⁹¹ *Exposição Internacional em Philadelphia no anno de 1876*. Relatório da comissão centenária Rio de Janeiro: Typographia Nacional, s.d., p. 6. (grifos nossos)

maquinismos cronométricos, medidas do tempo de toda a espécie e instrumentos de música, aparelhos acústicos.

Dentro do grupo - *auxílios tipográficos para conservar e difundir conhecimentos* – eram expostos compêndios escolares, dicionários, enciclopédias, bibliografias, catálogos, almanaques, tratados especiais, literatura geral e miscelânea, periódicos, periódicos técnicos e especiais, impressos ilustrados, literatura periódica e obras de imaginação e fantasia.

Dessa maneira, levantamos a hipótese de que o *Livro do Povo* foi apresentado em alguma dessas exposições nacionais que aconteceram no Rio de Janeiro, sendo distribuídos exemplares gratuitamente aos visitantes da exposição e supomos que um desses visitantes fez a doação do seu exemplar ao acervo da biblioteca *British Library* na Inglaterra. Esta hipótese é aventada tendo em vista que, segundo o Catálogo da Segunda Exposição Nacional que aconteceu no Rio de Janeiro em 1866, a Província do Maranhão participou do evento com 35 expositores, dentre eles, José Mathias Alves Serrão, tipógrafo maranhense. Curiosamente, o tipógrafo José Maria Correia de Frias não aparece na lista de expositores, entretanto, presumimos que ele fazia parte da *Comissão Provincial*, uma vez que o tipógrafo começa a apresentação do seu livro *Memória da tipografia maranhense* com a seguinte declaração: “convidado pela comissão encarregada de promover a exposição, que por ordem do Governo se deve efetuar nesta cidade no dia 18 de julho de 1866...”^{192, 193}

Sua presença na aludida exposição também foi destacada pelo tipógrafo maranhense Ignacio José da Silva, dessa maneira:

Já no nosso primeiro comunicado dissemos que o trabalho material levado pelo Sr. Frias à exposição tinha seu mérito, não para causar prazer e orgulho por ser isso um epigramma, mas para provar que o Maranhão não é a província das mais atrasadas na arte typographica apesar de serem os typographos no geral *pessimamente educados no material e intellectual* como diz o Sr. Frias.¹⁹⁴

Foi positivo para o Maranhão, como província, mostrar na Exposição Nacional as obras publicadas oriundas dos seus avanços tecnológicos (prelo mecânico) e provar que, no território maranhense, apesar da distância do Rio de Janeiro,

¹⁹² FRIAS, J.M.C de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. São Luís: SIOGE, 1978. p. 5.

¹⁹³ Conferir lista de expositores no Anexo A.

¹⁹⁴ PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz – Sexta-feira, 3 de agosto de 1866, n. 176, p. 2. O Publicador Maranhense, folha Oficial e diária, é propriedade de I. J. Ferreira.

realizavam-se impressões de alta qualidade. Estas exposições representavam momentos de divulgação e comunicação de obras de vários intelectuais produzidas pelas tipografias, compondo assim o circuito das comunicações, exercendo o papel de distribuidores.

3.1.3 Condições técnicas e comerciais das tipografias maranhenses

A qualidade do trabalho realizado pelo tipógrafo José Maria Correia de Frias, considerado pela crítica um dos mais importantes tipógrafos maranhenses da segunda metade do século XIX, foi reconhecida pelo jornal português *Commercio e Industria*¹⁹⁵.

Em 1865, foi introduzido na província o primeiro prelo mecânico pelo senhor José Maria Correia de Frias, em 1867, o aparador de papel, também mecânico, algum tempo depois, um motor a gás e, em seguida, todos os aperfeiçoamentos tendentes à arte tipográfica, quer sejam máquinas, quer sejam tipos.

Posteriormente passou a dispor de dois prelos mecânicos, um prelo a braço, uma platina (Liberty)¹⁹⁶ (conferir foto 10), uma platina à mão, uma máquina de picar talões, uma máquina de pautar, uma máquina de apertar, uma máquina de fazer curvas, um numerador duplo e um motor a gás.

¹⁹⁵ Reproduzido no jornal *O Paiz*, São Luís, quinta-feira, 14 de agosto de 1884.

¹⁹⁶ As primitivas máquinas Liberty datam de 1855, onde o cofre e a platina abriam e fechavam quando se efetuava a impressão (plano contra plano). Este tipo de máquina apareceu na Europa na Exposição Internacional de Londres de 1862 onde obteve enorme êxito.

Foto 10 - Minerva de impressão a pedal Liberty E.U.A. 1905 aprox. proveniente da Tipografia do Carmo - Porto. Museu Nacional da Imprensa – Porto

FONTE: <http://www.flickr.com/photos/50496888@N00/7112873815/>

O tipógrafo José Maria Correia de Frias chegou a fabricar em sua oficina o papel moeda do Banco do Maranhão. Foi proprietário do *Diário do Maranhão*, criado em 1855, quando então era administrador da oficina, tornando-se o dono em 1857. Este jornal suspendeu a sua publicação em 1858, reaparecendo depois, em 1873, perdurou até 1911.

Foi sócio do Gabinete Portuguez de Leitura, tendo exercido as funções de diretor e presidente. Organizou um catálogo dos livros do Gabinete, com 4.500 volumes, tendo sido também um dos fundadores da Associação Tipográfica Maranhense.

A seguir, apresentamos o anúncio da Tipografia do Frias, publicado no *Almanack do Diario do Maranhão*, 1880. Podemos observar que, no anúncio, há a imagem de um prelo mecânico Alauzet, o mesmo apresentado nas fotos 7 e 8. O

anúncio informa ainda que a Tipografia do Frias foi distinguida em várias exposições com o diploma de mérito, medalhas de bronze e de prata, conforme foto 11.

Foto 11 – Anúncio da Tipografia do Frias

FONTE: *Almanack do Diario do Maranhão para o anno bissexto de 1880*. 3º anno. Maranhão: Typ. do Frias, 1880.

As fontes evidenciam a efervescência da indústria tipográfica maranhense, ao longo do século XIX, desde os materiais e recursos humanos empregados até os produtos que saíam dos prelos, como: cartazes, livros, convites, folhetos e inclusive papel moeda.

De acordo com os almanaques publicados no Maranhão entre os anos de 1848 e 1882, a província possuía uma média anual entre 6 e 8 tipografias em funcionamento.¹⁹⁷ Algumas dessas tipografias faziam uso do prelo mecânico e do prelo a vapor, demonstrando que estavam em busca de uma hegemonia, ao adotarem novas tecnologias.

De acordo com a tabela 7, entre 1848 e 1882, existiram 19 tipografias no Maranhão, sendo que a Tipografia Constitucional de Ignacio José Ferreira foi a única que esteve em funcionamento durante todo este período. A Tipografia da Temperança, de Joaquim Pereira Ramos funcionou entre 1448 e 1860. A Tipografia Comercial de Antonio Pereira Ramos d'Almeida e a Tipografia do Frias¹⁹⁸ funcionaram entre 1860 e 1882, e a Tipografia do Progresso, de Belarmino de Mattos funcionou entre 1860 e 1868.

Estes dados, ainda que lacunares¹⁹⁹, apontam que as tipografias acima mencionadas foram consolidadas no mercado tipográfico maranhense, devido ao seu tempo de funcionamento: 34, 22, 12 e 8 anos. As demais tipografias tiveram pequena duração, com uma participação menos significativa no mercado. Os dados reafirmam que existia um considerável público leitor no Maranhão oitocentista.

¹⁹⁷ Conferir no apêndice B a relação de tipografias existentes no Maranhão entre 1848 e 1882, de acordo com os almanaques publicados na província no período mencionado.

¹⁹⁸ Conforme já apresentamos neste capítulo, segundo o Catálogo da Tipografia do Frias, a mesma funcionou entre 1859 e 1909.

¹⁹⁹ Como os almanaques foram produzidos por editores diversos cada um apresenta um estilo de escrita também diverso. Alguns almanaques pesquisados como os de 1878, 1879, 1880 e 1881 não apresentam uma lista de tipografias, mas mencionam a existência da Associação Tipográfica Maranhense (ATM). Ora, se existia a ATM é porque existiam tipografias, só não sabemos o nome delas.

Tabela 7 – Relação de tipografias maranhenses entre 1848 e 1882

TIPOGRAFIAS		ANOS					
		1848	1849	1860	1867	1868	1882
1	Tipografia Maranhense	X	X				
2	Tipografia Constitucional (Ignacio José Ferreira)	X	X	X	X	X	X
3	Tipografia da Temperança (Joaquim Pereira Ramos)	X	X	X			
4	Tipografia Independente	X	X				
5	Tipografia de Jose Antônio Gonçalves de Magalhães	X	X				
6	Tipografia de R.A.R de Araújo	X	X				
7	Comercial (Antonio Pereira Ramos d'Almeida)			X	X	X	X
8	Do Observador			X			
9	Tipografia de José Maria Correia de Frias			X	X	X	X
10	Tipografia do Progresso (Belarmino de Mattos)			X	X	X	
11	Tipografia da Fé				X	X	
12	De José Mathias Alves Serrão				X	X	
13	Do Major Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá				X	X	
14	Luiz Magalhães & C.						X
15	Ricardo Alves de Carvalho						X
16	Themistocles da Silva Maciel Aranha						X
17	Da Civilização						X
18	Da Pacotilha						X
19	Do Tribuno						X

FONTES: Almanagues diversos

Os *Almanagues* apresentam uma descrição minuciosa dessas tipografias, mencionando a mão-de-obra empregada, os materiais impressos pelas mesmas, a concorrência entre elas, apresentando também as tendências políticas dos jornais publicados na província naquele período, como podemos conferir a seguir:

Destas é a Commercial que emprega o melhor e mais completo material, porque dispõe o seu proprietário de muito maior fundo capital que os outros, e quanto à perfeição do trabalho lutão em louvável competência as duas do Progresso e de Jose Maria Correia de Frias, sem que uma leve grande vantagem sobre a outra, cumprindo notar-se que na officina do Progresso é onde trabalham o maior numero dos melhores operarios desta especialidade, empregando a de Jose Maria Correia de Frias apenas meia dusia de trabalhadores de menor idade, e que pouco tempo tem ainda o officio, dirigidos pelo proprietario do estabellecimento. Outra que tambem vae querendo emparelhar-se com estas duas é a de Jose Mathias Alves Serrão, e assim o indica o esmero de pequenas amostras de trabalhos que nesta officina se tem publicado. Todas as mais occupão-se exclusivamente com a publicação de gasetas, cujas algumas, ou para melhor dizer, a maior parte vivem vida bem curta, sendo ainda mais curta a gloria que deixão dos serviços por ellas prestados. As que no anno de 1867 se publicarão nesta cidade forão o **Publicador Maranhense, sustentada pelos cofres públicos para a vulgarisação e defesa dos actos do governo.** O *Paiz* jornal sem cor politica determinada, porem mais inclinado ás ideias do partido conservador, que as do liberal, pugnando principalmente pela prosperidade do commercio. O *Apreciavel*, extremado conservador. A *Fé*, jornal do clero. O *Semanario Maranhense*, jornal de litteratura e noticias, além de alguns outros tambem literários, onde se exercitão alguns talentos ainda em flor, e de cujo viveiro tem sido transplantados com tanto viço e proveito para o solo das letras e sciencias os Leaes, os Serras, os Gentis, os Galvões, os Marques Rodrigues e

ainda muitos outros cujo merecimento em nada inferior ao destes, tanto honra esta terra onde nascerão.²⁰⁰

De acordo com o exposto, percebe-se a variedade de periódicos maranhenses, apresentando jornais das mais diversas tendências políticas: liberal, de esquerda, conservador, bem como aqueles que propagavam a fé católica e/ou a literatura. Além disso, dá-se destaque ao fato do *Publicador Maranhense* ser o periódico subsidiado pelo governo e o impressor dos atos oficiais da província.

Os homens de letras supra mencionados são os Leaes -Antonio Henriques Leal – autor do *Pantheon Maranhense* e Pedro Nunes Leal, os Serras – Joaquim Serra, os Gentis – Gentil Homem de Almeida Braga, os Galvões, referindo-se a Trajano Galvão, os Marques Rodrigues, referindo-se a Antonio Marques Rodrigues, autor do livro *Tres Lyras*, em parceria com Gentil Homem de Almeida Braga e Trajano Galvão.

Quanto às condições técnicas das tipografias maranhenses, no que diz respeito à mão de obra empregada, os registros são escassos, temos dados mais específicos apenas da Tipografia do Frias,

[...] que empregava 8 pessoas: 2 compositores de levantar letra, que compõem efetivamente, um interno e outro externo; 3 aprendizes internos, que distribuem todos e compõem parte, metem papel na máquina, dobram folhas etc. etc; 1 homem que toca a roda do prelo, cuida do asseio da casa, e na conservação das máquinas; 1 moleque de seis anos, que coadjuva a impressão; e eu que pagino, revejo, aperto as formas e registro-as no prelo, faço quase todas as formas de avulsos, inspeciono a impressão e dirijo todos os mais trabalhos da casa.²⁰¹

Conforme as fontes consultadas, percebemos a inserção de crianças no trabalho das tipografias. Frias e Belarmino, os mais ilustres tipógrafos maranhenses foram aprendizes de tipógrafos, na mais tenra idade, ao se tornarem profissionais, passaram a empregar, em suas oficinas, aprendizes de tipógrafos. Deduzimos, portanto, que era uma prática da época as tipografias recrutarem crianças para a aprendizagem do ofício.

O trabalho do compositor é descrito por Joaquim dos Anjos especificando que:

este deve costumar-se a acompanhar quando possível os movimentos do braço esquerdo com os do direito, isto é, deve levar o componedor²⁰² (foto

²⁰⁰ *Almanak do Povo para 1868*. Maranhão: Typographia do Frias, 1868. p. 245-247. (grifos nossos)

²⁰¹ FRIAS, *op. cit.*, p. 44.

²⁰² Utensílio do compositor tipográfico que permite reunir os caracteres de um texto e justificar as linhas; pau de compor. É uma ferramenta, geralmente de ferro ou de cobre ou mesmo de madeira, de uns 25

12) o mais junto possível do caixotim²⁰³ aonde tem que ir buscar a letra, pois, deste modo, economiza tempo e dá mais exercício ao corpo; enquanto levanta o espaço para a separação da palavra, deve reparar na que ultimamente compôs, pois, num rápido olhar, conhece se tem algum erro, que logo pode corrigir; e, antes de espacejar a linha, há de proceder a outra leitura, confrontando pelo original; só assim conseguirá que as provas não apresentem muitos erros, o que consome um tempo improdutivo com emendas.²⁰⁴

Foto 12 – Componedor

FONTE: <http://jamillan.com/lbblog4.htm>

As fontes nos possibilitam afirmar que havia uma preocupação entre os proprietários das tipografias maranhenses, com vistas a modernizarem suas oficinas com o que havia de mais atual em termos de equipamentos, como podemos constatar em matéria publicada no jornal *Publicador Maranhense*:

O Sr. Bellarmino de Mattos que anda incontestavelmente na vanguarda do progresso da arte typographica fez aquisição de um excelente prelo

centímetros de comprimento, terminada de um lado por uma parte fixa e do outro por uma parte que avança ou recua conforme é preciso, ou seja, consoante o tamanho que se queira dar às linhas, operação que o tipógrafo leva a cabo quando inicia a composição, sendo os tipos colocados da direita para a esquerda. A isto chama-se justificar o componedor. FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 183.

²⁰³ Cada compartimento em que se divide a caixa tipográfica e que se destina a receber os caracteres representativos das letras. Ibid., p. 122.

²⁰⁴ ANJOS, Joaquim dos. *Manual do typographo*. 3. ed. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, n. 138, p. 26, 1900.

mechanico, que com grande dispendio mandou vir de Pariz, e desde domingo que se serve delle nas impressões de seus jornaes e obras.

Dar louvores ao operário inteligente e trabalhador, que sem nunca esmorecer, nem olhar para despesas, tem sabido dar á imprensa maranhense a reputação de que justamente gosa, é um dever, e de coração lh'os damos.²⁰⁵

Quanto ao referido proprietário, há registros de que a perfeição das obras produzidas em sua oficina não se devia apenas aos modernos equipamentos adquiridos, mas era fruto de estudos de impressões realizadas em “oficinas mais acreditadas de Viena da Áustria, de Paris, de Londres, de Bruxelas, de Lisboa e de Nova Iorque”²⁰⁶. De acordo com Leal, Belarmino estudava minuciosamente os exemplares, examinando-os com curiosidade, para isso “mirava e remirava a obra, examinava-a por miúdo, medindo-a a compasso, comparava-a e analisava-a por partes, e daí é que lhe veio a perfeição e a boa disposição dos livros publicados em sua oficina”²⁰⁷. Dessa forma, sua tipografia destacou-se pela beleza e qualidade das obras, conforme atesta a propaganda, publicada no Almanaque de 1869, informando que a mesma fora premiada na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, o que denota a boa qualidade do seu trabalho. A tipografia possuía prelo mecânico e a braço, além dos melhores profissionais da província. No anúncio percebe-se que o tipógrafo utiliza tipos franceses e portugueses, além do uso de filetes e moldura.

²⁰⁵ PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz – Segunda-feira, 26 de fevereiro de 1866, n. 46, p. 2.

²⁰⁶ LEAL, Antônio Henriques. Documentos maranhenses. *Pantheon maranhense*: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. 2. ed. Tomo I. Rio de Janeiro: Alhambar, 1987. p. 313.

²⁰⁷ Ibid.

Foto 13 – Anúncio da tipografia de Belarmino de Mattos

FONTE: *Almanak administrativo, mercantil e industrial para o anno de 1869, primeiro depois do bissexto*. 2º anno. São Luís: B. de Mattos, 1869. p. 240.

Contudo, a divulgação das tipografias maranhenses não se restringia à pertencente ao Sr. Belarmino de Mattos, pois encontramos nos almanaques pesquisados outras propagandas de tipografias, como exemplo temos a imagem que segue, com informações sobre a Tipografia Maranhense, de Antonio José da Cruz, localizada na Rua do Egito, 16. Ali eram impressos livros, folhetos, faturas, obras de tabelas, pressos correntes, cartas de convite, circulares, cartazes, avulsos e em geral, como mencionado na comunicação visual publicada no almanaque.

Foto 14 – Anúncio da Tipografia Maranhense

FONTE: *Almanak do Maranhão com folhinha para o anno de 1849*. 2º anno. Maranhão: Escritorio do Progresso, 1848.

No anúncio que segue, além do uso variado de tipos, nota-se uma riqueza de tarjas floreadas e vinhetas que ornamentam a página, formando uma moldura que embeleza a página. O tipógrafo Belarmino de Mattos oferece seus serviços à comunidade quanto à composição de livros, folhetos, faturas, mapas, tabelas e avulsos, bem como tudo o que diz respeito à arte tipográfica.

Foto 15 – Anúncio da Tipografia do Progresso

FONTE: *Almanak do Maranhão com folhinha para o anno de 1849*. 2º anno. Maranhão: Escriptorio do Progresso, 1848. p. 208.

3.1.4 Tensões e disputas entre os tipógrafos em busca de uma hegemonia

Foram muitas as tipografias no Maranhão, algumas com pouco tempo de duração, outras, porém, conseguiram permanecer por mais tempo e serem reconhecidas nacionalmente pelos trabalhos publicados e serviços oferecidos à sociedade. A concorrência entre os tipógrafos era percebida em algumas publicações jornalísticas

locais. A título de exemplo, podemos mencionar as fortes críticas feitas por Ignacio José Ferreira, a Frias, ao publicar o livro *Memória sobre a tipografia maranhense*, feito especialmente para a Exposição Nacional que aconteceu no Rio de Janeiro em 1866. A obra gerou muita polêmica nos jornais de circulação diária de São Luís, a exemplo do *Publicador Maranhense* e *O Paiz*.

O jornal *Publicador Maranhense*, impresso pela tipografia Constitucional, era a folha oficial e diária de propriedade do Sr. Major Ignacio José Ferreira, mais conhecido como I. J. Ferreira, o qual é mencionado na *Memória sobre a tipografia maranhense* da seguinte forma:

Um relatório da presidência impresso pelo Sr. I. J. Ferreira, em 1839, está abaixo da crítica. [...]

Ainda um outro relatório impresso em 1843 pelo Sr. I. J. Ferreira apresenta a mesma falta de gosto mormente nos mapas, que comparados com os feitos pelo Sr. Cascais, dois anos antes, são os do Sr. Inácio de execução inferioríssima: a impressão porém, do texto está igual e limpa e a composição bem regulada e registro perfeito.²⁰⁸

No nº 169 do jornal *Publicador Maranhense*, de 25 de julho de 1866, começa a grande polêmica sobre quem detinha a hegemonia na imprensa tipográfica do Maranhão. Na coluna *Publicações geraes*, encontramos a matéria intitulada *O trabalho typografico do Sr. Frias*, que afirma:

O Sr. Frias descrevendo a historia da imprensa na província levou mais em vista não registral-a tal qual é, porem, erguer um pedestal no qual se constituindo juiz em causa propria se eleve sobre todos os seus collegas e moleste o mais possível a um d'eles o Sr. major Ignacio José Ferreira proprietario do *Publicador Maranhense*, e da typografia Constitucional que o imprime.²⁰⁹

A mesma publicação ainda traz as seguintes acusações:

E se maior numero de obras não se pode apontar sahido da typographia Constitucional, é porque um jornal diário e de formato do *Publicador Maranhense* não admite outras publicações, não porque ignore o Snr. Major Ferreira as regras e o gosto da arte, não porque na sua officina não haja artistas perfeitos, entre os quaes os Srs. José Theodoro, João Bezerra, Francisco Bezerra, Lapa e Paiva, que honrão a arte que profissão e cujos conhecimentos ahi forão colher, sem que se diga que o que são devem a outras officinas, pois desde a aprendizagem até hoje não conhecem senão a em que se achão ha 19 annos, a qual tambem se orgulha de ter produzido o mais habil impressor que se conta nesta cidade João Thomaz de Mello, que infelizmente por seus padecimentos se vio forçado a contra gosto abandonar sua arte e procurar um emprego publico.

A officina da provincia que mais obras tem despejado é a do Snr. Belarmino de Mattos e todas com geral aceitação dos entendidos; no entanto, o Sr. Frias

²⁰⁸ FRIAS, 1978, p. 28.

²⁰⁹ PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz – Quarta-feira, 25 de julho de 1866, n. 169, p. 2. O Publicador Maranhense, folha Official e diaria, é propriedade de I. J. Ferreira.

deixa de relacionar algumas e não podendo deixar de mencionar o mérito de uma ou outra o faz com tudo de um modo a attrahir a superioridade ás suas.²¹⁰

As querelas entre os tipógrafos eram evidentes, conforme os fragmentos supracitados. Segundo Ignacio José Ferreira, sua tipografia era dotada de profissionais experientes e o motivo pelo qual não publicava muitas obras era o fato de imprimir diariamente o jornal o *Publicador Maranhense*. Para ele, o maior tipógrafo do Maranhão daquele período foi Belarmino de Mattos, no entanto, quem se vangloriava ser detentor desse título era José Maria Correia de Frias.

Na continuação do debate, José Maria Correia de Frias, em resposta a Ignacio José Ferreira, se pronunciou no jornal *O Paiz*:

Cita s. s. uns poucos de nomes como meus iguaes ou superiores na arte, fazendo injustiça a tantos outros tão peritos, e tão profundos como o Sr. Lapa, a quem s. s. cita olvidando os outros. Envolve nestas comparações nomes como os dos srs. Mattos, Pires, Serrão, e José Theodoro, como querendo apresentar-me depreciador das qualidades delles.

As minhas relações com o primeiro provam o contrario e muito mais a – *Memória* –; o sr. Pires a mais sincera amizade me liga, e que é correspondida por nobre carácter, de quem o illustre [...] tem ouvido o conceito que lhe [...] como artista, e como homem [...] ^{211,212}

Frias tenta explicar a situação, ao se expressar em *O Paiz* de forma diferente daquela que se manifestou no livro *Memória sobre a tipografia maranhense*, onde ataca veementemente seus colegas de profissão.

O gosto nesta época era tão estragado, que da tipografia do Sr. I. J. Ferreira, que então era a mais importante e onde se imprimia com mais limpeza, apresentava o título de uma gazeta em 1849 pela forma seguinte: *O Observador*.

A estes disparates já em 1847 começava a opor-se Magalhães desenvolvendo algum gosto nas suas impressões, mas que ainda **muito deixavam a desejar**.

As *Cartas de Calypso* estão bem impressas e naquela época deixa causar sensação esse trabalho de Magalhães, que, embora com **muitos defeitos**, sobressaía a todos os feitos antes, e ainda algum tempo depois dele. [...]

Na oficina do senhor Torres **desprovida e pobre como todas as dessa época**, e sem meios de suprir essa **pobreza**, ou em quanto os suprimentos não chegavam, era necessário lançar mão de todos os meios que ao homem empreendedor sugere sua criadora imaginação, e que a necessidade torna

²¹⁰ Ibid.

²¹¹ O PAIZ: jornal catholico, litterario, commercial e noticioso. Maranhão, 28 de julho de 1866, p. 3.

²¹² Infelizmente a Biblioteca Pública Benedito Leite localizada em São Luís-MA e que possui um setor de periódicos e obras raras encontra-se interditada pela defesa civil desde maio de 2009. A cópia do jornal *O Paiz* a qual tivemos acesso é uma microfilmada que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, quando da microfilmagem, muitas partes do jornal já haviam se perdido, dificultando assim, a leitura e a interpretação das fontes. As partes suprimidas na transcrição acima, se encontravam ilegíveis no microfilme.

ainda mais fértil, para que não deixasse de prontificar-se as encomendas que a melhoria de seu trabalho lhe começava a atrair.²¹³

Nota-se que Frias não media as palavras quando tecia comentários sobre os tipógrafos maranhenses, seus concorrentes, usando termos que inferiorizavam seus colegas de profissão, como: “gosto tão estragado”, “deixavam a desejar”; “desprovida e pobre”. Em relação a esta situação, alguns tipógrafos, colegas de profissão de Frias, lhe responderam, no entanto, o tipógrafo Belarmino de Mattos, não se manifestou sobre as acusações feitas a ele e aos demais colegas em *Memória sobre a Tipografia Maranhense*, porque se encontrava preso.

Enquanto isso, as críticas à obra *Memória sobre a tipografia maranhense*, de José Maria Correia de Frias, continuavam no jornal *Publicador Maranhense*. Vejamos:

Aqui no Maranhão, no geral o *typographo é pessimamente educado no material e no intellectual*: não somos nós que atiramos este insulto e sim o Sr. Frias a pagina 26 da Memória, desse folheto de 39 páginas que encerra em si não o registro da historia da typographia na província mas uma coleção de doestos contra uma classe que entre nós no geral não é o que diz o Sr. Frias, pois que compõe-se de cidadãos moralizados e inteligentes, alguns dos quaes occupando até posições já elevadas no paiz official, quer por parte do governo quer do povo.²¹⁴

Frias usou a Exposição Nacional realizada no Rio de Janeiro em 1866 para promover-se, o que é compreensível. Como vimos, foram muitas as queixas feitas ao Sr. Frias, por conta de sua publicação. Ainda a este respeito continuou a ser criticado da seguinte forma:

A mesquinhar os outros para obter uma superioridade é costume antigo do Sr. Frias. [...] deixe a mania de querer despir os outros para melhor se vestir. [...] O gênio do Sr. Frias porém não dá para emittal-os. Em tudo se quer envolver sem habilitações, não só no que é relativo a sua profissão como ainda em objectos completamente estranhos a ella, sem ao menos escolher ocasião e assumpto.²¹⁵

Continua:

O que poderá mais inventar o Sr. Frias, contra aquelles que lhe são de mérito artístico superior, contra aquelles a quem não pode prejudicar? Perca o habito de avançar falsidades como essa de dizer em sua *Memoria* que o proprietario da gazeta official [*Publicador Maranhense*] tem a sua disposição grandes sommas dos cofres nacionaes, porque se não fosse um termo menos polido lhe diríamos – mente.²¹⁶

²¹³ FRIAS, 1978. p. 29-30, grifos nossos.

²¹⁴ PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz – Sexta-feira, 3 de agosto de 1866, n. 176, p. 2. O Publicador Maranhense, folha Official e diaria, é propriedade de I. J. Ferreira.

²¹⁵ PUBLICADOR MARANHENSE, 1866, n. 176, p. 2.

²¹⁶ Ibid.

A disputa pelo campo de poder fica bem intenso, quando Frias e Ignacio José Ferreira discutem sobre quem detém o domínio da imprensa oficial na província do Maranhão:

Que gana por inveja tem o Snr. Frias ao *Publicador* por não poder alcançar o contracto da publicação dos actos officiaes! Perca as esperanças que em tempo algum obterá esse contracto; póde ser que venha passar a algum outro, mas o Sr. nunca: fique disto certo, ainda mesmo que por especulação e não por dedicação se naturalise.²¹⁷

Ignacio José Ferreira, para não sair como perdedor deste campo de batalhas, se colocou como o detentor do contrato para imprimir os atos oficiais da província, tendo, assim, o poder público como mecenas de sua tipografia e ousou dizer que Frias jamais teria esse privilégio.²¹⁸ Ferreira destacou ainda a mesquinhez de Frias e se colocou como generoso, por imprimir os atos oficiais gratuitamente, antes de obter o contrato de publicação dos mesmos.

Outra acusação ao Sr. Frias, diz respeito a montagem do prelo mecânico do Sr. B. de Mattos:

Não allegue serviços que não prestou como esse de haver montado o prelo mechanico do Sr. Mattos, porque para o prelo funcionar foi necessário que o Snr. Teixeira o fosse examinar e indicar a causa que o dificultava. Procure conhecer o bom senso para não assignar papeis que o fazem representar, afim de não acarretar com as consequencias e passar por insolente e audaz.²¹⁹

Observamos, assim que os jornais eram os meios utilizados para o ataque entre tipógrafos concorrentes, quando estes se sentiam agredidos por qualquer comentário que julgavam falso. Foi esse o caso da obra publicada por Frias, que gerou descontentamento de alguns tipógrafos pelas informações apresentadas por ele na referida obra, o que deu motivo para muitas críticas através da imprensa.

Dentre as produções que saíram dos prelos da Tipografia do Sr. Frias, encontra-se o *Livro do Povo*, com o maior número de exemplares impressos, tornando-se o *best-seller* maranhense da segunda metade do século XIX, e sobre o qual trataremos no próximo capítulo.

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ A praga jogada por Ignacio José Ferreira de que o José Maria Correia de Frias nunca imprimiria os atos oficiais não se concretizou. Pois, segundo o *Catálogo da Tipografia do Frias*, ele imprimiu somente entre 1866 e 1905, 35 relatórios.

²¹⁹ Ibid.

4 O LIVRO DO POVO: uma fórmula de sucesso

Nas leituras que temos realizado na área de história da educação, sobre os livros didáticos, não é incomum encontrar referências à efervescência da produção didática na província maranhense. Essa efervescência foi apontada por Frias (1866 e 1978); Perdigão (1922); Viveiros (1954); Arroyo (1968); Hallewell (1985 e 2005); Bittencourt (1993); Lopes e Galvão (2005), dentre outros.

Conforme já mencionamos na introdução desta tese, realizamos um levantamento da produção didática maranhense entre os anos de 1844 e 1895. Localizamos um total de 56 livros das mais diversas áreas do conhecimento, tais como: língua portuguesa (literatura portuguesa, literatura brasileira e gramática), matemática, geografia, história, ensino religioso, moral e civismo.²²⁰

A imprensa tipográfica maranhense destacou-se na segunda metade do século XIX pelo número de edições realizadas, pela tiragem, pela qualidade nas impressões, pelo baixo preço dos livros, pelo uso de imagens, dentre outros aspectos técnicos, conforme apontaremos a seguir. Em relação à quantidade de exemplares impressos, o próprio tipógrafo José Maria Correia de Frias faz a seguinte referência:

Até 1861 as maiores edições que se fizeram no Maranhão eram de mil exemplares e essas muito poucas. O Sr. Dr. Antonio Marques Rodrigues é que veio abrir o caminho às grandes edições com seu inestimável *Livro do povo*.

Criar no povo o gosto pela leitura, pela barateza do livro, era o pensamento do Dr. Marques Rodrigues. Para o conseguir era essencial que o tipógrafo o coadjuvasse, senão expondo-se como ele a perder, pelo menos a ter o menor ganho que fosse possível.

Incumbi-me dessas edições e pela primeira vez se viu no Brasil um livro publicado no Império contendo 208 páginas e vendendo-se por 320 rs.! E tão bem recebida foi esta completa novidade que vendendo-se hoje por 500 réis, por ter recebido aumento de páginas e sido ilustrado com grande número de gravuras, conta quatro edições que tem extraído 16.000 exemplares em 4 anos, e vai entrar na quinta que é de 10.000 exemplares, ornada com cerca de 110 estampas.

Dos 16.000 exemplares, 4.000 foram tirados em prelo e braço, com todos os óbices, embaraços, e grandes despesas deste sistema. Para se vender, por consequência, o livro por tal preço, é para ver que o lucro do impressor é ridículo e o autor será feliz se não entrar pelo lucro do capital.²²¹

Segundo o autor supracitado e também editor do *Livro do Povo*, a referida obra de autoria do Sr. Antonio Marques Rodrigues foi responsável por delinear um

²²⁰ Conforme Apêndice A.

²²¹ FRIAS, J.M.C. de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1978. p. 38-39. (grifos nossos)

novo momento para o mercado editorial, ou seja: pelo formato da obra, preços módicos de venda, tiragem e número de edições publicadas, ou mesmo pela finalidade a que se destinava que era “criar no povo o gosto pela leitura”²²².

Como uma das figuras de destaque entre os intelectuais maranhenses, temos Perdigão²²³, ex-diretor da Biblioteca Pública do Maranhão, um dos autores de um catálogo publicado na Imprensa Oficial, em 1922, com sugestões sobre *O que se deve ler*. Assim segue a sua sugestão para os meninos de oito a dez anos: “Devem ler em primeiro lugar livros de escriptores patrícios, sobre assumptos locais e de fácil compreensão, depois ler, no mesmo gênero, todos os escriptores nacionaes.”²²⁴

Deste modo prossegue Perdigão:

Deveis ler em primeiro lugar os de escriptores maranhenses e aqui publicados, taes como: “O Livro do Povo”, do nosso ilustre patrício Dr. Antonio Marques Rodrigues, que foi inspector da Instrucção Publica da nossa antiga província; trabalho, naquelle tempo, adoptado nos estabelecimentos de instrucção primaria desta e das províncias de – Piahy e Pará, de 1864 a 1881.

Deste livro, que veio preencher uma lacuna no ensino primário, tiraram-se, em menos de dois anos, 10.000 exemplares em duas edições, que foram as maiores até então impressas no Maranhão. É um trabalho consciencioso e de leitura fácil onde o nosso inolvidável contrterrâneo reunio uma grande soma de conhecimentos humanos, próprios para instruir moral e intellectualmente a mocidade.²²⁵

Ainda no que se refere às publicações maranhenses, Viveiros, ao discutir sobre o *Comércio de livros*, destaca que:

De tôdas as edições, então, realizadas, a mais perfeita foi o “Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão”, por César Marques, obra das oficinas de Frias. Não foi, porém, o maior sucesso de livreria daqueles tempos, que a isso se opunha a natureza mesmo do livro. Esta glória coube ao “Livro do Povo”, da autoria de Antonio Marques Rodrigues, o qual com suas 280 páginas, 110 estampas e preço de 320 réis, alcançou, dentro de um lustro, uma tiragem de 26.000 exemplares.²²⁶

²²² Ibid.

²²³ Domingos de Castro Perdigão se projetou como uma das figuras mais destacadas e mais respeitadas entre os Novos Atenienses. Dirigiu por muitos anos a Biblioteca Pública estadual e coordenou edições estaduais de exposições e feiras organizadas com produtos maranhenses, além de representar o Estado na Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro. Perseguiu por longos anos o objetivo de fundar em São Luís uma faculdade de Direito, concretizando-o em 1918 e sendo, mais tarde, homenageado com o título de doutor *honoris causa* da mesma faculdade. In: MARTINS, Manoel Barros. *Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2006. p. 157.

²²⁴ PERDIGÃO, Domingos de Castro. *O que se deve ler: vade-mecum bibliographico*. S. Luiz do Maranhão: Imprensa Oficial, 1922. p. 9.

²²⁵ Ibid., p. 10-11.

²²⁶ VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. p. 346.

Vemos mais uma vez a figura de José Maria Correia de Frias mencionada em razão de importantes publicações editadas em suas oficinas. É o caso do *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, de Cesar Marques, e do *Livro do Povo*, de Antonio Marques Rodrigues, destacadas pela perfeição das edições e grande tiragem.

Sobre estes mesmos aspectos Arroyo (1968) destaca que:

Dos trabalhos impressos pelos dois mais importantes editores maranhenses, Belarmino de Mattos e José Maria Correia de Frias, destacaram-se as **obras didáticas** para as escolas elementar e secundária. Uma delas, publicada por Frias logo no início de seu ofício foi *O livro do povo* de Antonio Marques Rodrigues, em uma primeira edição em 1861 com 4.000 exemplares, alcançou em poucos anos, uma tiragem de mais de **quarenta mil exemplares** e foi lida, com suas mais de duzentas páginas ilustradas e muito “bem impressas” por “sucessivas gerações de crianças brasileiras, particularmente no nordeste”.²²⁷

Conforme apresentado no capítulo anterior, Hallewell, destaca em *O livro no Brasil*²²⁸, dois nomes de tipógrafos bastante conhecidos na Província do Maranhão: José Maria Correia de Frias e Belarmino de Mattos, responsáveis pela impressão de obras destinadas às escolas de nível elementar e secundário.

A respeito da efervescência na produção didática no Maranhão, Bittencourt situa a província maranhense, dentro deste contexto de produção, tendo como fonte o Catálogo do Museu Escolar Nacional do Rio de Janeiro de 1885:

Um terceiro dado que se obtém do Catálogo refere-se à questão do lugar da produção didática nacional, concentrada na capital do Império. O Rio de Janeiro foi o local onde se instalaram as maiores editoras e onde encontravam-se várias outras pequenas e desconhecidas, mas responsáveis pela produção de aproximadamente 20% do total de títulos. A sede do Império pelo inventário de 1885 atingiu 73,3% da produção de livros escolares. Fora da capital do Império o número de obras corresponde a 82 títulos dos quais 44 são de editoras estrangeiras e o restante de algumas de nossas províncias: São Paulo (5), Bahia (4), Rio Grande do Sul (12), Maranhão (3), Pará e Amazonas (8).²²⁹

De acordo com o inventário de 1885, o Maranhão apresentava-se entre as cinco províncias que produziam livros didáticos, correspondendo a um total de 3 obras.

²²⁷ ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1968. p. 169. (grifos nossos)

²²⁸ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005.

²²⁹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 369 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. p. 92.

Lopes e Galvão, quando discutem sobre *Novos objetos, novas fontes* destacam que, dentre essas novas fontes, encontram-se os livros didáticos. As autoras afirmam:

Sabe-se também, para tomarmos outro exemplo, que estados como Maranhão, Pará ou Pernambuco tiveram, no século XIX, um papel fundamental na edição de livros e, anteriormente a esse período, na circulação e apropriação dos objetos de leitura que vinham da Europa, diferentemente de hoje quando os centros de produção são outros.²³⁰

As referidas autoras ressaltam o importante papel da província maranhense, no que diz respeito à edição de livros produzidos no século XIX, uma vez que, no período, as publicações ainda eram em sua maioria produzidas na Europa.

Nesse contexto, percebemos o mercado tipográfico maranhense exercendo papel de destaque na edição de livros didáticos que circulavam no cenário nacional durante o século XIX. Dentre as publicações produzidas no período, podemos destacar *O Livro do Povo*. Obra didática utilizada para instruir a população, *O Livro do Povo* teve seu reconhecimento pela elite intelectual maranhense, ao considerá-la importante para o ensino primário, por apresentar leitura de fácil compreensão e conter conhecimentos que proporcionam a instrução moral e intelectual da população.

Como vimos, anteriormente, *O Livro do Povo* marcou a história da imprensa no Maranhão, tanto por sua tiragem, quanto por sua adoção em várias províncias do Brasil. Nesse sentido, cabe mencionar também seu tempo de circulação, sendo este considerado significativo, levando em consideração que a primeira edição deste livro data de 1861, que sua 9ª edição é de 1881 e, que posterior a essa data, em 1922, o mesmo foi indicado como leitura prioritária pelo diretor da Biblioteca Pública. Podemos, dessa forma, perceber a circulação da referida obra, uma vez que, neste intervalo de tempo, transcorreram 61 anos. Esses dados nos mostram a representatividade do livro naquele momento histórico.

Embora seja expressivo, o dado supracitado sobre o considerável tempo de circulação do livro, por se tratar de livro didático, convém lembrar a seguinte reflexão de Batista:

Trata-se de um livro efêmero, que se desatualiza com muita velocidade. Raramente é relido; pouco se retorna a ele para buscar dados ou informações e, por isso, poucas vezes é conservado nas prateleiras de bibliotecas pessoais ou de instituições: com pequena autonomia em relação ao contexto da sala de aula e à sucessão de graus, ciclos, bimestres e unidades escolares, sua

²³⁰ LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 42.

utilização está indissolúvelmente ligada aos intervalos de tempo escolar e à ocupação de papéis de professor e aluno. Voltado para o mercado escolar, destina-se a um público em geral infantil; é produzido em grandes tiragens, em encadernações, na maior parte das vezes de pouca qualidade, deteriora-se rapidamente e boa parte de sua circulação se realiza fora do espaço das grandes livrarias e bibliotecas. Não são poucos, portanto, os indicadores do *desprestígio* social dos livros didáticos. Livro “menor” dentre os “maiores”, de “autores” e não de “escritores”, objeto de interesse de “coleccionadores” mas não de “bibliófilos”, manipulado por “usuários” mas não por “leitores”, o pressuposto parece ser o de que seu *desprestígio*, por contaminação, **desprestigia também aqueles que dele se ocupam, os pesquisadores nele incluídos.**²³¹

Batista aponta vários problemas relacionados aos livros didáticos. Alguns se assemelham e outros não, com o perfil do livro e do autor com o qual trabalhamos. “Os livros didáticos regionais, por sua escassez, são lidos e relidos várias vezes. Um livro é lido por diferentes gerações, sendo preservado, por sua escassez e sua utilidade, em bibliotecas particulares”²³², como veremos mais adiante em uma carta encontrada dentro de um exemplar da 9ª edição do *Livro do Povo* (1881).

Ao selecionarmos *O Livro do Povo*, de Antonio Marques Rodrigues, como objeto de estudo, deparamo-nos, em meio ao processo de investigação, com obras que apresentavam o mesmo título, tratando-se, no entanto, de homônimos, visto que tinham autores diferentes. Ao começarmos a pesquisa, porém, percebemos que aquele título constituía uma tendência internacional, como veremos a seguir.

4.1 *O Livro do Povo* e seus assemelhados

Quem era o “povo” no século XIX? Que autores tinham preocupação em escrever e publicar livros destinados ao “povo”? Segundo Burke, “povo” é um termo polissêmico de difícil definição. O povo era definido como “todas as pessoas de um determinado país”. Ainda segundo Burke, “o povo consistia nas pessoas incultas”;²³³ “o povo não é uma unidade culturalmente homogênea, mas está culturalmente estratificado

²³¹ BATISTA, Antonio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 529-530.

²³² COSTA, Odaléia Alves da. *A produção de uma disciplina escolar e os escritos em torno dela: os Estudos Sociais do Maranhão*. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. p. 44.

²³³ BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 48.

de maneira complexa”; “o “povo” eram os camponeses. Os camponeses compunham de 80% a 90% da população da Europa”²³⁴.

De acordo com esta última afirmação de Burke, “o povo” envolvia a maioria da população de um determinado lugar. Como então, “o povo” estava representado nos livros? A expressão “o povo” esteve estampada nos jornais, nos nomes dos partidos políticos e também nos livros didáticos. Além do *Livro do Povo*, de Antonio Marques Rodrigues, encontramos mais três títulos de livros homônimos, sendo dois no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e um na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP).

No Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, existem duas publicações com o título *Livro do Povo*:

- 1) LAMENNAIS 1. *O livro do povo*. Lisboa: Imp. de E. J. da Costa Sanches, 1839.
- 2) BAPTISTA, Antonio Maria. *O livro do povo ou exercícios de leitura para as escolas e para as famílias*. Lisboa: Typ. de J. J. de Carvalho, 1860.

Na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, também encontramos outra publicação com o título *Livro do Povo*, que não é o de autoria de Antonio Marques Rodrigues. Desta vez, a publicação pertence a um brasileiro, natural de Santo Amaro no Recôncavo Baiano: DEIRO, Pedro Eunapio da Silva. *Livro do povo*: primeiras páginas. S. l.: S.N., 186-.

O Livro do Povo, composto em francês pelo Abbade La Mennais²³⁵ traduzido por Antonio Mariano Tiburcio de Fraga em Lisboa no ano de 1839, na Imp. de E. J. da Costa Sanches, localizada na Calçada do Sacramento, 17. Formato: altura 14,5 cm e largura 10 cm (sem ilustrações). Segue imagem da capa do referido livro:

²³⁴ Ibid., p. 57.

²³⁵ Hugo-Félicité de Lammenais (1782-1845), sacerdote francês que viveu afastado da Igreja na juventude, retornou a ela em 1804, sendo ordenado sacerdote em 1816. Seu primeiro escrito, publicado em 1817 sob o título de *Essay sur l'indifférence en matière de religion*, tornou-se famoso. Aí ele se revela um autêntico romântico: idealista até o utópico, cativando seus leitores por um estilo entusiasta e um voo de pensamento que é alto e abrangente mas que, ao mesmo tempo, denota uma falta de precisão e sentido do realismo. Percebia com acuidade como a descrença e a inimizade contra a Igreja tinham aumentado, e como a Instituição Eclesiástica era imponente diante desses fenômenos, devido às ligações com a velha e caduca monarquia. Tornou-se um dos mais ardorosos combatentes do galicanismo e começou a aproximar-se do liberalismo. Recebeu entusiasticamente a Revolução de 1830, acreditando que esta poderia pôr termo à intervenção galicanista, criando condições para uma verdadeira liberdade religiosa. MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à História da Igreja*. 5. ed. vol. 2. Belo Horizonte: O Lutador, 1997. p. 213-214.

Foto 16 – *O Livro do Povo* do Abbade La Mennais

FONTE: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

O livro é composto por 92 folhas seguidas de uma errata de 2 páginas. Após a folha de rosto apresenta um texto intitulado “*Os Dohmas*” de M. Lanennais, extraído do *Nacional* nº 1210 de 9 de janeiro de 1839. Apresenta 16 lições, numeradas, mas sem títulos, assim distribuídas:

LIÇÃO	PÁGINAS
I	11-16
II	16-18
III	18-23
IV	23-27
V	28-31
VI	32-35
VII	36-40
VIII	40-43
IX	43-47
X	47-50
XI	50-55
XII	55-63
XIII	63-69
XIV	69-75
XV	75-81
XVII	81-92

Nas lições são feitas algumas citações da Bíblia Sagrada e são tecidos comentários de cunho moral pelo autor da obra, como por exemplo: “reparai para as aves do céu, elas não semeiam nem ceifam, nem ajuntam nos celeiros, e o pai celeste as sustenta. Não sois vós de maior preço do que elas?”²³⁶

A educação brasileira esteve sob o domínio da Igreja Católica durante a Colônia e se estendeu por todo o Império, sendo assim, era impossível distanciar-se o ensino das práticas religiosas, entre elas, a leitura da bíblia. Ensinava-se o amor ao trabalho e também a prática da fidelidade, conforme podemos observar:

Sobre a terra há lugar para todos. Se a muitos falta o necessário, é porque o homem interrompeu a ordem estabelecida por Deus; é porque corrompeu a unidade da família primitiva, é porque os membros desta família tornaram-se primeiramente estranhos uns para os outros, e depois inimigos uns dos outros.²³⁷

Inspirada nos ideais modernos dos países europeus, a primeira Constituição do Império do Brasil foi promulgada em 25/3/1824, porém dois aspectos a distanciavam das ideias modernas: a instituição do Poder Moderador e a manutenção da religião católica, como religião oficial. No artigo 5º do título 1º, tem-se: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”.²³⁸ Dessa forma, a religião católica foi “incorporada ao Estado na forma do padroado”.²³⁹ Essa instituição oficial da religião católica pelo Estado sofria reflexos na área educacional, na composição dos currículos escolares que deveriam compreender “a instrução moral e religiosa, a leitura e escrita, as noções essenciais de gramática, os princípios essenciais de aritmética, o sistema de pesos e medidas do município”²⁴⁰ a serem implantados nas escolas primárias de primeiro grau.

Semelhante ao livro apresentado, encontramos também no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro *O Livro do Povo* ou exercícios de leitura para as escolas e para as famílias, de autoria de Antonio Maria Baptista, editado em Lisboa, em 1860, na Tipografia de J. J. de Carvalho, localizada na Rua de S. Bento, 86. O referido

²³⁶ LA MENNAIS, Abade. *O livro do povo*. Lisboa: Imp. de E. J. da Costa Sanches, 1839. p. 12.

²³⁷ LA MENNAIS, *op. cit.*, p. 13.

²³⁸ SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p. 124.

²³⁹ Ibid.

²⁴⁰ SAVIANI, *op. cit.*, p. 132.

livro apresenta-se com o seguinte formato: altura = 16 cm e largura = 10,5 cm (sem ilustrações).

Foto 17– *O Livro do Povo ou exercícios de leitura* de Antonio Maria Baptista

FONTE: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

Após a folha de rosto temos um prefácio intitulado “*Ao Público*” onde se lê – bons exemplos de virtudes a imitar; bons preceitos de higiene a seguir. Conforme veremos mais adiante, o prefácio enquanto paratexto editorial é um texto elaborado por um autor já consagrado na área que indica ao leitor que aquele novo autor também é digno de crédito, visto que o prefácio é um elemento que contribui significativamente no momento da compra ou adoção de um livro.

O Livro do Povo de Antonio Maria Baptista é composto de 140 páginas, seguidas de uma errata de 1 página onde está escrito: “os exemplares que não tiverem as assinaturas dos proprietários, serão havidos como usurpados”. AMBaptista e BAlmeida.

Diante do exposto, infere-se que era comum à época, a falsificação de livros, para tanto, os autores assinavam de próprio punho os exemplares, como forma de distinguir os exemplares originais dos exemplares falsos.

Foto 18 – Autenticação de exemplar de livro com a assinatura de Antonio Maria Baptista

FONTE: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

O livro mencionado apresenta 45 lições, conforme descrição no quadro a seguir:

Quadro 8 – Títulos e autores das lições do *Livro do Povo* de Antonio Maria Baptista

LIÇÃO	TÍTULO	AUTOR (ES) / OBRA	PÁGINAS
I	Vantagens da leitura	A. F. de Castilho – Felicidade pela Agricultura	5-6
II	A mulher	A. Herculano – Eurico	7-8
III	Inconvenientes do uso do tabaco de fumo nos campos	Trabalhos da vida do lavrador	9
IV	Aos que sonham com o el dourado		10-12
V	Os verdadeiros ricos	Panorama	13
VI	Desassombro, liberdade e franqueza com que os portugueses sabiam manter o decoro nacional	Anedotas portuguesas (Marquez de Rezende)	14-15
VII	Bom exemplo aos que tem cargo de despachar requerentes e prover negócios públicos	Fr. L. de Sousa – Vida de D. Fr. B. dos Martyres	16-17
VIII	Vantagens da Higiene	A. F. de Castilho – Noções Rudimentares	18
IX	O que é a alma	Vieira – Sermões T, 2º	19-20
X	De como foi levado a enterrar o corpo do grande Affonso d'Albuquerque a sua capela, e do grande pranto que por ele	Comentários de Affonso d'Albuquerque	21-24

	se fez e da sua vida e costumes		
XI	Higiene - banhos - banhos frios - banhos do mar - abluções		25-32
XII	Passeios de Lisboa e seu termo em 1608	L. Mendes de Vasconcellos	33-35
XIII	As honras devem ser conferidas a quem as merece	P. Antonio Vieira	36-37
XIV	Higiene - vantagens da flanela sobre a pele	Dr. Massé	38-40
XV	O avaro e o porco	Bernardes – Nova Floresta	41-42
XVI	O juízo final	Eusebio de Mattos	43-44
XVII	Rasgo de coragem, firmeza de caráter	Lamartine – História dos Girondinos	45-46
XVIII	Convite aos capitães para se empregarem na agricultura	A. F. de Castilho – Felicidade pela Agricultura	47
XIX	Higiene - Inconvenientes dos chapéus redondos	Becquerel – Higiene	48
XX	Bom exemplo aos que tem cargo de prover ofícios	Fr. Luiz de Sousa – Vida de D. Fr. B. dos Mártires	49-50
XXI	A instrução e os camponeses	A. F. de Castilho – Carta a J. F. H. Nogueira	51-54
XXII	Despesa dos ricos para com os pobres	S. Basilio Magno, Panorama, junho de 1853	55-56
XXIII	Novo e honrado gênero de desafio	J. Freire – Vida de D. João de Castro	57-58
XXIV	Animo varonil em peito feminino	Historia da aclamação de D. João 4º	59-60
XXV	Higiene - Fatais conseqüências do abuso de bebidas espirituosas - Causas da bebedice - Da água ardente	Becquerel – Higiene	61-65
XXVI	Quem não poupa reais não compra casais	L. F. Leite – Ex. de leitura manuscrita	66-67
XXVII	Embaixada do rei de Narzinga a Affonso d’Albuquerque	Comentários de Affonso d’Albuquerque	68-70
XXVIII	Affonso Henriques	A. Herculano – História de Portugal	71-72
XXIX	Rasgo de humanidade de D. João de Castro	J. Freire – Vida de D. João de Castro	73-74
XXX	Pobreza evangélica	Fr. Luiz de Sousa – Vida de D. Fr. B. dos Martyres	75-78
XXXI	Da grande muralha da China	Peregrinações de F. M. Pinto	79-82
XXXII	O chorar	A. Herculano – Eurico	83-84
XXXIII	O hipócrita	Bernardes – Nova Floresta	85-86
XXXIV	Bom regime que seguia D.	Fr. Luiz de Sousa – Vida de	87-89

	Frei Bartolomeu dos Martyres para acudir a pobreza	D. Fr. B. dos Martyres	
XXXV	Vale mais ser digno de prêmio do que premiado	Vieira – Sermões	90-94
XXXVI	Boa lição para a conformidade no infortúnio	Lamartine – História dos Girondinos	95-97
XXXVII	Descrição do império Calaminhã, na Ásia	Peregrinações de F. M. Pinto	98-102
XXXVIII	Modéstia e humildade de D. Frei Bartholomeu dos Martyres	Fr. Luiz de Sousa – Vida de D. Fr. B. dos Martyres	103-112
XXXIX	Cidades aquáticas na China	Peregrinações de F. M. Pinto	113-119
XL	A boa educação deve ter o cunho nacional	Almeida Garret – Tratado da Educação	120-121
XLI	Higiene - da picada da vespa	Panorama, 1846	123-124
XLII	A dança considerada como preceito higiênico e meio de sociabilidade	A. F. de Castilho – Método Português	125-126
XLIII	A justiça na Argélia	Panorama, 1855	127-136
XLIV	Fogos fátuos		137-138
XLV	Utilidade das toupeiras nos campos	Panorama, 1855	139-140

FONTE: Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

Nota-se que tanto o *Livro do Povo*, de Antonio Maria Baptista (1860), quanto o *Livro do Povo*, de Antonio Marques Rodrigues (1861), apresentam lições sobre higiene, sendo este assunto pertinente para a época, bem como lições fundamentadas em Antonio Feliciano de Castilho²⁴¹.

Enquanto isso, o *Livro do Povo* que se encontra na Biblioteca do IEB-USP narra a história do comércio brasileiro, tendo como personagem principal Mnemósynes que foi para os gregos a mãe das musas e, para Cícero a melhor guardiã da virtude e da prudência e de todo o tesouro de invenções que criou a cultura humana.

O livro aborda a questão do comércio no Brasil, destacando a cultura do café, comenta sobre a produção do algodão nos EUA e suas relações comerciais com a Inglaterra, critica o brasileiro, afirmando que o mesmo não tem vocação para o comércio, não se sujeita à vida, por ser *lord* por natureza, destacando, ainda, outros assuntos inerentes ao comércio. Logo, apesar do título idêntico, o livro citado nada tem

²⁴¹ António Feliciano de Castilho, primeiro visconde de Castilho, (Lisboa, 28 de janeiro de 1800 — Lisboa, 18 de junho de 1875) foi um escritor romântico português, polemista e pedagogo, inventor do Método Castilho de leitura. Em consequência de sarampo perdeu a visão quase completamente aos 6 anos de idade. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Viveu alguns anos em Ponta Delgada, Açores, onde exerceu uma grande influência entre a intelectualidade local.

a ver com o nosso objeto de estudo. A seguir, apresentamos a capa do *Livro do Povo*, que se encontra na Biblioteca do IEB-USP:

Foto 19 - Capa do *Livro do Povo* de Pedro Eunapio da Silva Deiro

FONTE: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

O Livro do Povo escrito pelo abade francês La Mennais (1839), e traduzido para o português por Antonio Marianno Tiburcio de Fraga, apresenta lições sobre valores morais e sociais, sendo algumas delas passagens da Bíblia Sagrada. Já *O Livro do Povo* de Antonio Maria Baptista (1860), mostra lições sobre temas relacionados ao trabalho, à moral, à higiene e alguns sermões do padre Antonio Vieira. Os dados revelam que estes dois livros, além de possuírem títulos homônimos ao do *Livro do Povo* de Antonio Marques Rodrigues, exibem conteúdos semelhantes, inclusive, fazendo uso de um autor em comum, Antonio Feliciano de Castilho.

Embora o 3º *Livro do Povo*, de Pedro Eunapio da Silva Deiro (186-), tenha título homônimo ao *Livro do Povo* de Antonio Marques Rodrigues, em termos de conteúdo as duas obras não apresentam nenhuma relação.

Os livros didáticos que eram destinados “ao povo” ²⁴² visavam inserir nesta camada da população os hábitos da modernidade, entre eles, a higiene, buscando atingir, por fim, a civilização.

A seguir, apresentaremos a trajetória política e intelectual de Antonio Marques Rodrigues, para buscar compreender a sua inserção social, que o tornou autor do *best-seller* maranhense do século XIX – *O Livro do Povo*.

4.2 Autoria: trajetória política e intelectual

Para compreendermos a trajetória política e intelectual de Antonio Marques Rodrigues, recorreremos ao método da prosopografia.²⁴³ Poderíamos analisar tal trajetória cruzando as fontes, tal como estabelece Miceli²⁴⁴, “diários, livros de viagem, volumes de correspondência, entrevistas e depoimentos, inquéritos políticos e literários, obras *in memoriam* etc.” com as biografias dos maranhenses que se encontram no *Pantheon Maranhense* de Antônio Henriques Leal. Mas, ao longo dos nossos estudos, percebemos que o perfil de Antonio Marques Rodrigues (1826-1873), do Maranhão, se assemelha ao de outros escritores de outras províncias: Abilio Cesar Borges (1824-1891) da Bahia e Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897) do Rio de Janeiro.

Localizamos duas biografias de Antonio Marques Rodrigues: a primeira, publicada em 1873, na obra o *Pantheon Maranhense*, tomo II, pelo Dr. Antônio Henriques Leal, e a segunda, publicada em 1883, no *Diccionario bibliographico brasileiro*, 1º volume, de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake.

O que esses três autores têm em comum?

²⁴² De acordo com a compreensão de Burke já mencionada.

²⁴³ De *prósopon* (“caráter” ou “pessoal”) mais *gráphein* (“escrever”), o termo prosopografia firmou-se no campo da história antiga para designar “biografia coletiva”. A intenção básica é o exame dos laços familiares e das carreiras de um número considerável de pessoas de uma dada sociedade, num determinado período, com vistas ao estabelecimento de inferências a respeito da estrutura social e do sistema político.

²⁴⁴ MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 351.

Quadro 9 – Atividades desenvolvidas por Antonio Marques Rodrigues, Abilio Cesar Borges e Joaquim José Menezes Vieira

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Antonio Marques Rodrigues	Abilio Cesar Borges	Joaquim José Menezes Vieira
Autor de livros didáticos	X	X	X
Distribuiu livros gratuitamente	X	X	X
Diretor da instrução pública	X	X	não
Proprietário de escola	Não	X	X
Deputado provincial	X	Não	não
Participou de Exposição Nacional	Não	X	X
Participou de Exposição Universal	Não	X	X
Realizou viagens à Europa para conhecer novos modelos pedagógicos	Não	X	X
Membro da <i>Ordem da Rosa</i> ²⁴⁵	X	X	X

FONTES: VALDEZ, Diane. *A representação da infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abilio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*. 2006. 315 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

BASTOS, Maria Helena Camara. *Pro patria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Dentre outras.

Analisando o quadro acima, percebe-se que Antonio Marques Rodrigues foi um intelectual que esteve mais ligado à política, ao exercer **cargos públicos** como deputado provincial e diretor da Instrução Pública. Enquanto isso, Abilio Cesar Borges e Joaquim José de Menezes Vieira estiveram mais diretamente ligados à **iniciativa privada**, sendo proprietários de escolas, o que provavelmente os motivou a participarem das exposições nacionais e internacionais, além de realizarem viagens à Europa em busca de inovações pedagógicas. Dessa forma, divulgavam as suas escolas e conheciam novas metodologias de ensino para se manterem atualizados.

Antonio Marques Rodrigues nasceu no dia 15 de abril de 1826, na cidade de São Luís-MA, órfão de mãe ainda criança, passou a ser criado pelo tio, quando seu pai voltou para Portugal em 1830, ficando no Brasil sob os cuidados de Antônio Dias de Araújo e sua esposa, até a idade de dedicar-se aos estudos, quando seguiu para Portugal.

²⁴⁵ Esta é uma condecoração militar, criada no Brasil em 1829, por decreto imperial, que adota as honrarias usadas nas Forças Armadas portuguesas. In: BASTOS, Maria Helena Camara. *Pro patria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 50.

Foto 20 – Gravura de Antonio Marques Rodrigues

FONTE: VIVEIROS, Jerônimo de. *Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular do Maranhão*.

Em Portugal foi aprovado no Liceu Nacional do Porto e em Coimbra frequentou outros cursos de humanidades até 1846, quando seus estudos foram interrompidos com a deflagração da revolta da Maria da Fonte. Em Coimbra entre 1844 e 1845 cursou o primeiro ano matemático e o primeiro ano filosófico. Neste último, foi colega de turma de César Augusto Marques, autor do *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, mencionado nesta tese.

Foto 21 – Atestado de matrícula de Antonio Marques Rodrigues na Universidade de Coimbra no primeiro ano matemático de 1844 para 1845

FONTE: Arquivo da Universidade de Coimbra

Nesse período mudou-se para Inglaterra, indo depois para Paris, onde residiu e concluiu seus estudos preparatórios para entrar na faculdade, mas, antes mesmo de matricular-se em uma das faculdades científicas, houve o desmoronamento da monarquia e a proclamação da República, em 1848. Todos estes acontecimentos fizeram com que voltasse para São Luís, resolvendo dedicar-se à vida comercial, tornando-se caixeiro de seu tio, Sr. Joaquim Marques Rodrigues. No entanto, não demorou muito para que resolvesse estudar jurisprudência. Assim, em 1850 matriculou-se no curso jurídico de Pernambuco, formando-se bacharel em ciências jurídicas e sociais cinco anos depois.

Antonio Marques Rodrigues foi redator dos jornais *O Diário de Pernambuco* e o *Cidadão*, onde publicou suas produções poéticas, artigos de crítica literária e política. Também foi sócio efetivo do *Ateneu Pernambucano*. Entretanto, regressou ao Maranhão logo que se formou, quando casou com sua prima D. Amélia, em 27 de novembro de 1855.

Em 21 de abril de 1856 assumiu a cadeira de História e Geografia do Liceu do Maranhão. Fundou em 20 de setembro do mesmo ano o jornal *A Conciliação*. Foi Redator do *Diário do Maranhão*, criado pelo Sr. Dr. A. Rego e de propriedade do Sr. José Maria Correia de Frias. Substituiu em 1858 o jornal *Diário do Maranhão* (1855-1911)²⁴⁶ pelo *Globo* (1852-1859), que não durou muito tempo.

Em 22 de junho de 1860 assumiu o cargo de oficial maior da secretaria do Tribunal do Comércio. Seis anos depois se exonerou, por entender que implicava com o de Inspetor da Instrução Pública, para o qual foi nomeado em 6 de janeiro de 1864, passando a se dedicar com empenho ao novo cargo. Segundo Leal, como inspetor, Antonio Marques Rodrigues era bastante influente, relacionava-se “com todos os seus subordinados, colhendo informações de pessoas consideradas da localidade e dos diversos partidos políticos”²⁴⁷.

Passou pela política, sendo eleito deputado da província do Maranhão em várias legislaturas, tendo, em certa ocasião, ocupado a cadeira de presidente. No cargo, propôs medidas que visavam à reforma da instrução pública e à melhoria da agricultura.

²⁴⁶ As datas de início e fim dos jornais foram obtidas no Catálogo de Periódicos Microfilmados da Fundação Biblioteca Nacional – Catálogos online.

²⁴⁷ LEAL, 1987, p. 396.

Ficou viúvo em 16 de janeiro de 1863. Casa-se novamente em 12 de setembro de 1863 com D. Maria Teresa Belfort Roxo, com quem teve uma filha e um filho, morrendo a esposa quando do nascimento desse último.

Viajou para a Europa em abril de 1868, indo para a casa de um irmão em Portugal e logo depois à França, residindo em Paris com outro irmão. Em seguida volta a Lisboa, quando começa a apresentar algumas debilidades mentais, perdendo também a visão. Antonio Marques Rodrigues faleceu em 14 de abril de 1873 em Portugal, sendo ali mesmo sepultado.

Segundo o *Diccionario Bibliographico Brasileiro* de Blake²⁴⁸, Antonio Marques Rodrigues publicou as seguintes obras:

- *Nove de dezembro*: A revista noturna, imitação de Zedlitz; O Brazil; O rouxinol: poesias lyricas – publicadas no *Panorama*, Lisboa, 1855. O grande escritor português Alexandre Herculano disse, referindo-se a Marques Rodrigues:

Parece-me que o senhor Marques Rodrigues terá em breve o Brazil mais um poeta distincto. Antevel-o é para mim altamente aprazível, porque folgo com tudo o que póde contribuir para a grandeza e glória de um paiz, no qual tenho, como escritor, encontrado tanta benevolencia, como a que posso dever aos meus proprios concidadãos.

Um desses poemas, *o Brazil*, veio reproduzido no *Almanack de lembranças brasileiras* do doutor Cezar Marques, ano 2º, 1866 e, antes disso, no periódico *Commercio*. Eis os versos que encerram o poema:

E virgens, e homens, e bosques e mares,
E tudo que vive na terra, nos ares
É bello, é sublime no patrio Brazil.
Azul é o céu, nas florestas frondosas,
Valentes os homens, as virgens mimosas,
E as verdes palmeiras viçoas a mil!

- *Rodolfo Topffer*: esboço crítico-literário. Recife, 1855.

- *Introducção* à obra *Manual do plantador de algodão*, por Turner, traduzido do inglês pelo doutor J. Ricardo Jauffratt. Maranhão, 1859.

- *As tres lyras*: poesias dos bacharéis Trajano Galvão de Carvalho, Gentil Homem de Almeida Braga e Antonio Marques Rodrigues. Maranhão, 1862.

²⁴⁸ BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 1º vol. Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 262-263.

- *O livro do povo*, contendo a vida de Cristo e vários artigos úteis. Maranhão, 1861 – Apesar de se terem tirado quatro mil exemplares, se fez no ano de 1863 nova edição de seis mil.

- *A casca da canelleira* (steeple-chase): romance por uma boa dúzia de esperanças. S. Luís, 1866 – É uma imitação da *Cruz de Berney* do George Sand, onde se veem trechos os mais espirituosos da vida coimbrã, foi composto por diversos literatos maranhenses, cada um deles com um pseudônimo. São eles os seguintes:

Antonio Marques Rodrigues – Rufo Salero.

Antonio Henriques Leal – Judael de Babel-Mandode.

Caetano C. Cantanhede – Iwan Orloff.

F. G. Sabbas da Costa – Golondron de Bivac.

Francisco Dias Carneiro – Stephany van Ritter.

Francisco Sotero dos Reis – Nicodemus.

Gentil Homem de Almeida Braga – Flavio Reimar.

Joaquim Serra – Pietro de Castellamare.

Joaquim de Souza Andrade – Conrado Rotanski.

Raymundo Filgueiras – Pedro Botelho.

Trajano Galvão de Carvalho – James Blumm.

Marques Rodrigues redigiu:

- *O Globo*. Maranhão, 1852 a 1859 – Deste jornal diversos artigos seus sobre o desenvolvimento da agricultura foram transcritos em outros periódicos da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

- *Diario do Maranhão*. Maranhão, 1855 a 1859.

4.3 Materialidade do impresso: ilustrações

A 9ª edição do *Livro do Povo*, de Antonio Marques Rodrigues se apresentava no formato 15,7 cm de altura x 10,5 cm de largura. Trata-se de um formato muito utilizado no século XIX, como vimos nos demais *Livros do Povo*, no início deste capítulo, ou seja, o formato in 8º (folha de papel dobrada três vezes).

O papel era importado da Europa, ora pelo tipógrafo, ora pelo autor do livro. Localizamos várias compras de papel efetuadas por Antonio Marques Rodrigues, tanto no jornal *Publicador Maranhense*, quanto no seu próprio inventário. De Havre, na

França, o autor recebeu 14 fardos com papel, em 30 de julho de 1866.²⁴⁹ Já em 28 de maio de 1870, Antonio Marques Rodrigues vendeu 90 resmas de papel a José Maria Correia de Frias, para a impressão de 10.000 exemplares do *Livro do Povo*.²⁵⁰

Um ponto sempre destacado em relação ao *Livro do Povo* diz respeito ao quantitativo de gravuras estampadas no livro. Segundo Burke:

[...] as imagens, estas não são nem um reflexo da realidade social nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre os extremos. Elas são testemunhas dos estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos vêm o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação.²⁵¹

No século XIX, as gravuras, quer seja em xilografia²⁵², quer seja litografia²⁵³, integraram-se à tipografia para escreverem um novo capítulo na história da imprensa, ou seja, a história dos livros ilustrados, isso, sob forte influência francesa. Só para citar um exemplo, em Paris, no ano de 1847, havia 362 proprietários de litografias. No Rio de Janeiro em 1857 havia 10 oficinas litográficas²⁵⁴. E no Maranhão, segundo o *Almanack do Diario do Maranhão*, nos anos de 1880 e 1881 existia uma litografia de propriedade do Sr. João Afonso do Nascimento, na Rua da Formosa.²⁵⁵

²⁴⁹ *Publicador Maranhense*, S. Luiz, segunda-feira, 30 de julho de 1866, n. 172, anno XXV, p. 3.

²⁵⁰ Inventário de Antonio Marques Rodrigues. Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão.

²⁵¹ BURKE, Peter. A história cultural das imagens. In: BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 232.

²⁵² Palavra que designa a gravura em madeira primitiva e, por extensão, as próprias gravuras dos séculos XIV e XV. Deste sistema deriva a invenção da imprensa, porque foi a partir deste processo que se fabricam os tipos. Gravura obtida por esse processo. Gravação de composição em tábuas. Descoberta na China no ano de 594 a. C., sua técnica consiste em rebaixar num bloco de madeira as partes brancas do motivo que vai constituir o futuro impresso, quer se trate de letras, de imagens ou de uma mistura de ambas. Depois de feita a gravação da madeira, aplica-se a tinta sobre a gravação e sobre ela o papel, que irá ser submetido à pressão de uma prensa plana, o tórculo. In: FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 733.

²⁵³ Processo de gravura inventado, cerca de 1798, por Alois Senefelder, usado para certos trabalhos cartográficos ou para impressos comerciais como faturas, cabeçalhos de papel de carta, etc., em que os dados são gravados com um punção em pedra litográfica de grão muito fino e extremamente polida. Teve um sucesso importante na época romântica e até finais do século XIX. Foi usado por grandes artistas como Delacroix ou Daumier. Esta impressão é obtida mediante a utilização quer de matrizes lisas de pedra calcária hidrófila polida quer de chapas laminadas monometálicas, bimetálicas ou polimetálicas, cujos tratamentos físicos e químico superficiais conferem propriedades impressoras apenas aos elementos ou áreas preservadas que se transferiram para as matrizes por processos fotomecânicos (fototransporte), a partir de montagens em planos com elementos opacos ou transparentes que se pretendem reproduzir. A impressão litográfica pode obter-se diretamente com matrizes de pedra gravadas em relevo, em cavado ou em plano. Foi utilizada nos livros mais ou menos depois de 1820. FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 457.

²⁵⁴ ZENHA, Celeste. O negócio das “vistas do Rio de Janeiro”: imagens da cidade imperial e da escravidão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 30, jul./dez. 2004.

²⁵⁵ *Almanack do Diario do Maranhão para o anno bissexto de 1880*. 3º ano. Maranhão: Typ. do Frias, 1880 e *Almanack do Diario do Maranhão*. 4º ano. Maranhão: Typ. do Frias, 1881. p. 94.

Foto 22 - Xilogravura

FONTE: <http://www.auxiliadora.net/2012/noticiaDetalhe.php?id=1086>.

Foto 23 - Litogravura

FONTE: http://4.bp.blogspot.com/_RVLiYQFAKU0/TG9ckdNBqTI/AAAAAAAAAdY/3Hz9e3s0jr4/s1600/havana+024.jpg.

Quanto às ilustrações do *Livro do Povo*, destacamos que, das 16 ilustrações referentes à Vida de N. S. Jesus Christo, 10 delas estão assinadas por *Laurent et Debernny*, os mesmos ilustradores dos livros de leitura de Abilio Cesar Borges, o Barão

de Macahubas. Valdez²⁵⁶ analisou quatro catálogos (disponíveis na Biblioteca Nacional da França) dos ilustradores franceses *Laurent et Deberny*, que surgiram como ilustradores na década de 30 do século XIX e perduraram até 1911.

Considerando esse conjunto de imagens utilizadas no cotidiano escolar, é possível destacar algumas características peculiares do material pedagógico. Segundo Bittencourt:

A primeira delas é a marca francesa nas ilustrações dos livros escolares de História. Para o caso de História Geral ou Universal, as reproduções são tiradas de obras francesas em sua maioria. A presença francesa na produção de livros brasileiros ocorreu por termos nos baseado, durante muitos anos, nas propostas curriculares da França, mas também pela relação das casas editoriais brasileiras com este país, sendo que a maior parte dos livros nacionais eram impressos em Paris até os anos 30 do século XX.²⁵⁷

Foto 24 - Gravura de *Laurent et Deberny* encontrada no *Livro do Povo*

FONTE: Biblioteca particular de Jomar Moraes

²⁵⁶ VALDEZ, Diane. *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*. 2006. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. p. 223.

²⁵⁷ BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 76.

Para melhor entendimento, construímos o quadro que segue, apresentando o tema da lição, o título da gravura, a página na qual a mesma se encontra, ao mesmo tempo, tentamos fazer a relação da gravura com obras de arte de pintores famosos, bem como perceber se há relação entre a gravura e o texto, de forma a fazer uma análise desse panorama.

Na definição de gravura, que se encontra o *Dicionário do Livro*, tem-se que:

a impressão de gravuras é anterior à tipografia. Já no século XIV a gravura era usada para fazer documentos com caráter lúdico (cartas de jogar) ou com caráter religioso (registros de santos). Com o aparecimento da tipografia, a gravura associou-se a ela e foram impressos os primeiros livros ilustrados com gravuras. **Nos primórdios estas gravuras eram usadas apenas para ilustrar, frequentemente utilizando desenhos que nada tinham a ver com o texto.** Quando se passou ao livro ilustrado, a gravura passou a estar diretamente relacionada com a obra em que aparecia inserida.²⁵⁸

Conforme exposto acima, as gravuras inicialmente eram usadas apenas para ilustrar, não apresentando nenhuma relação com o texto, como no caso do *Livro do Povo* de Antonio Marques Rodrigues, como veremos a seguir.

Outro ponto observado é que o título das imagens, da parte *Vida de N. S. Jesus Christo*, de um total de 16 imagens, 9 delas são títulos de pinturas clássicas de artistas, tais como: Leonardo da Vinci, Verrochio, Raffaello Sanzio, Giotto, Anthony Von Dyck, Pierro della Francesca, Caravaggio, Jan van Dornicke e Trudon.

²⁵⁸ FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 367. (grifos nossos)

Quadro 10 - Relação entre as gravuras e os textos da 4ª edição do *Livro do Povo*

G R A V. .	TEMA DA LIÇÃO	TÍTULO DA GRAVURA	p.	RELAÇÃO DA GRAVURA COM OBRAS DE ARTE DE PINTORES FAMOSOS	RELAÇÃO DA GRAVURA COM O TEXTO	
					SIM	NÃO
VIDA DE N. S. JESUS CHRISTO						
1	Vida de N. S. Jesus Cristo	A anunciação	11	Leonardo da Vinci (1472-1475), Galleria degli Uffizi, Florença, Itália	X	
2	Adoração dos magos	O menino Jesus e os doutores	17	Não encontramos		X
3	João Baptista declara que elle não é Christo – Começam a vir discípulos a Jesus – Bodas de Caná	O baptismo	25	Verrochio, Leonardo da Vinci e Botticelli (1472-1475), Galleria degli Uffizi, Florença, Itália	X	
4	Pescaria milagrosa – Milagre do possesso do demonio immundo. – Jesus dá saude à sogra de Pedro e a outros enfermos. – Cura um paralytico, e chama S. Mateus	A transfiguração	33	Rafaello Sanzio, (1499-1502), Museu do Vaticano		X
5	Escolhe doze apóstolos e prega no monte	O bom pastor	41	Não encontramos		X
6	Parabola do joio e do bom trigo	Jesus e os meninos	49	Não encontramos		X
7	Primeira multiplicação dos pães. – Caminha Jesus sobre as ondas	Entrada em Jerusalém	57	Não encontramos		X
8	Jesus Christo paga o tributo das duas drachmas. Reprime a ambição dos discípulos, e dá	Christo no horto	65	Não encontramos		X

	regras para perdoar					
9	Mostra Jesus quanto necessitamos da penitencia. – Sara uma mulher encurvada. – Ensina a entrar pela porta estreita	O beijo de Judas	73	Giotto (1304-6), Capella degli Scrovegni, Pádua		X
10	Jesus vai á festa dos Tabernáculos, e absolve a mulher adúltera. – Querem os judeus apedrejar-o, porque diz ser o Filho do Padre Eterno	A coroa de espinhos	81	Anthony Von Dyck, Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro		X
11	Jesus abençoa os meninos. – Casamento indissolúvel. – Ressurreição de Lázaro	A flagelação	89	Pierro della Francesca (1455-1460), Galleria Nazionale delle Marche, Urbino, Itália		X
12	Jesus Christo confunde os Phariseus e os Saduceus. – Manifesta qual é o maior dos mandamentos. – Louva a esmola da viuva pobre, e reprehende os Phariseus	Ecce Homo	97	Caravaggio (1605), Palazzo Bianco, Gênova		X
13	Cêa do Senhor. – Lava os pés aos Apostolos. Institue o Sacramento da Eucaristia	A crucificação	105	Jan van Dornicke (1520), Museu de Arte de São Paulo, São Paulo		X
14	Jesus é levado a Caifaz. – Nega Pedro a seu mestre. – Desesperação de Judas.	As santas mulheres no sepulcro	113	Trudon (1680), Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa		X
15	Jesus açoutado, e coroado de espinhos. – Pilatos o sentenceia à morte. – Caminha para o Calvario com a cruz às costas, e é crucificado.	A ascensão (sic)	121	Não encontramos		X
16	Jesus dá-se a conhecer a dous	O pentecoste	129	Não encontramos		X

	discípulos e a Pedro. – Aparece aos Apóstolos.					
ASSUMPTOS DIVERSOS						
17	O vigário	O cavalo	139			X
18	Fabulas (Nada há como o olho do dono)	O boi	151		X	
19	O bom homem Ricardo	O burro	161			X
20	Quadrupedes uteis (O boi)	O mastim	171			X
21	O professor primário	O carneiro	181			X
22	Moral pratica	O galgo	201			X
23	Quadrupedes uteis II	O porco	211			X
24	Simão de Nantua ²⁵⁹	O camelo	221			X
25	Maximas e sentenças	O lhama	231			X
26	Receitas necessárias (Falsificação do café)	O cão da terra nova	241			X

FONTE: 4ª edição do *Livro do Povo*

²⁵⁹ Faz referência ao livro *História de Simão de Nantua, ou mercador de feiras*, de autoria de Laurent de Jussieu, data de 1812, tendo sido traduzido para o português e publicado em dois volumes em 1830 e depois em 1834. Em 1837, foi republicado em Lisboa, numa “nova edição aumentada de uma tradução literal para os que começam a estudar as línguas portuguesa e francesa e das obras póstumas de Simão de Nantua. Recebeu igualmente uma edição brasileira, pois também consta da doação dos Laemmert ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; sintoma de sua popularidade e presença no ensino é o fato de ser citado por Francisco Otaviano na análise que faz, em 1851, dos livros que circulam nas escolas e que ele não aprova. LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2003, p. 228. Vale destacar que no ano de 1867 saiu uma edição de *História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras*, pelos prelos das tipografias maranhenses. In: *Almanak do Povo para 1868*, 2º anno. Maranhão: Typographia do edictor Frias, 1868. p. 248.

Assim, das 26 ilustrações que constam na 4ª ed. do *Livro do Povo*, apenas 3 delas têm uma relação direta com o texto. As ilustrações aparecem no texto, apenas como uma inovação da imprensa tipográfica, mas não como algo que possa complementar a leitura e a compreensão do texto através das imagens.

A 9ª edição do *Livro do Povo* de 1881 se apresenta com 102 estampas (ANEXO C), sendo 51 estampas na primeira parte, ou seja, *Vida de N. S. Jesus Christo* e 51 estampas na segunda parte *Assuntos diversos*. Na primeira parte, temos inicialmente as figuras *A anunciação*; *O baptismo*; *A transfiguração*; *Jesus e os meninos*, que apresentam alguma relação com o texto. Já as 47 gravuras restantes são de animais das mais diferentes faunas mundiais, sem nenhuma relação com o texto. A única regularidade que observamos nestas 47 gravuras é que elas foram impressas sempre na frente do papel, neste caso em todas as páginas ímpares da página 47 até a página 139. Atribui-se este papel ao editor, que provavelmente o fez assim, apenas com o objetivo de inserir a maior quantidade possível de gravuras no livro, uma vez que isso se caracterizava como elemento de distinção na imprensa tipográfica, inclusive sendo destacada no anúncio do *Livro do Povo*, no jornal *O Paiz*, que ora apresentamos.

Foto 25 – Anúncio do *Livro do Povo*

FONTE: *O PAIZ*, sábado, 24 de outubro de 1863, anno 1, n. 40, p. 4

Foto 26 – Ilustrações da 9ª edição do *Livro do Povo* que retratam Jesus Cristo, incluídas na primeira parte do livro

FONTE: Acervo da biblioteca particular de Jomar Moraes

Na segunda parte do livro – *Assuntos diversos* – foram gravadas 51 estampas. Sendo inicialmente 47 gravuras de animais e finalizando com 4 gravuras relacionadas à vida de Cristo, sendo elas: *Entrada em Jerusalém* na lição Moral prática; *O beijo de Judas* na lição Máximas e Sentenças; *A flagelação* e *A crucificação* na lição Simão de Nantua.

Foto 27 - Ilustrações da 9ª edição do *Livro do Povo* que retratam Jesus Cristo, incluídas na **segunda** parte do livro

Para mais detalhes sobre as ilustrações da 9ª edição do *Livro do Povo*, conferir o quadro a seguir:

Quadro 11 - Lista de gravuras da 9ª edição do *Livro do Povo*, de Antonio Marques Rodrigues

Nº da gravura	Título da gravura	Página
1.	A anunciação	15
2.	O baptismo	23
3.	A transfiguração	31
4.	Jesus e os meninos	39
5.	O orangotango	47
6.	O vampiro	49
7.	O ouriço cacheiro	51
8.	O urso preto	53
9.	O texugo	55
10.	O furão	57
11.	A doninha	59
12.	A raposa	61
13.	O gato	63
14.	O leão	65
15.	O tigre	67
16.	A onça	69
17.	O lince	71
18.	O lobo	73
19.	O cão	75
20.	O galgo	77
21.	O quati	79
22.	A hiena	81
23.	O chacal	83
24.	A phoca	85
25.	A mucura	87
26.	O porco espinho	89
27.	A lebre	91
28.	O coelho	93
29.	A cutia	95
30.	O castor	97
31.	O coatipuru	99
32.	A marmota	101
33.	O ornitoringo	103
34.	O tatu	105
35.	O pangolim	107
36.	O tamanduá	109
37.	A preguiça	111
38.	O elefante	113
39.	O javali	115
40.	O porco	117
41.	O rinoceronte	119
42.	O hipopótamo	121
43.	O cavalo	123
44.	O burro	125
45.	A zebra	127
46.	O veado	129
47.	O rangífero	131
48.	O carneiro	133
49.	O dromedário	135

50.	O camelo	137
51.	O lhama	139
52.	O boi	141
53.	A girafa	143
54.	O búfalo	145
55.	O bizonte	147
56.	O zebu	149
57.	O bezerro marinho	151
58.	A baleia	153
59.	O abutre	155
60.	O condor	157
61.	O falcão	159
62.	A águia	161
63.	O mocho	163
64.	O corvo	165
65.	A pêga	167
66.	A ave do paraíso	169
67.	O pardal	171
68.	O canário	173
69.	O rouxinol	175
70.	A garriça	177
71.	A andorinha	179
72.	O beija flor	181
73.	O pica peixe pequeno	183
74.	A poupa	185
75.	O pombo	187
76.	O picapao	189
77.	O tucano	191
78.	A perdiz	193
79.	A codorniz	195
80.	O pavão	197
81.	O faisão	199
82.	O galo	201
83.	O peru	203
84.	A galinha d'Angola	205
85.	O avestruz	207
86.	O casoar	209
87.	A garça da Europa	211
88.	A cegonha	213
89.	O grou	215
90.	O cisne	217
91.	O ganço	219
92.	O pelicano	221
93.	A tartaruga	223
94.	O camaleão	225
95.	O crocodilo	227
96.	A víbora	229
97.	A giboia	231
98.	A rã	233
99.	Entrada em Jerusalém	241
100.	O beijo de Judas	249
101.	A flagelação	257
102.	A crucificação	265

FONTE: Acervo da biblioteca particular de Jomar Moraes

4.4 Paratextos e texto: matrizes, citações e usos

Nesse item analisaremos a composição do *Livro do Povo*, considerando que “a atenção dispensada pelos autores a este aspecto, na verdade, contribui para que se possa detectar para qual público essa literatura está sendo produzida: quem se quer atrair e de que maneira”²⁶⁰. Nessa perspectiva, para conhecimento destes aspectos, tentaremos responder a seguinte questão: *Do que trata o Livro do Povo? Quais as partes e os assuntos contemplados para compor a obra?*

O Livro do Povo é uma obra composta por duas partes: a primeira delas *Vida de N. S. Jesus Christo* encontra-se dividida em cinco capítulos²⁶¹, a saber:

Capítulo 1º – *Nascimento de nosso Divino Salvador – Sua infância e vida occulta até seu ministerio publico, p.11-20*²⁶².

Capítulo 2º - *Pregação e baptismo de S. João – Jesus dispõe-se para o seu ministerio publico, p. 21-36.*

Capítulo 3º - *Continuação do ministerio publico de Jesus Christo desde a segunda até a terceira páscoa, p. 36-108.*

Capítulo 4º - *Paixão, morte e sepultura de Jesus, p. 109-125.*

Capítulo 5º - *Depois da ressurreição de Jesus Christo até a sua ascensão; e vinda do Espírito Santo, p. 125-134.*

A segunda parte do *Livro do Povo* - **ASSUMPTOS DIVERSOS** – contém os seguintes itens:

²⁶⁰ OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. *Cadernos Cedex*, ano XX, n. 52, p. 28, nov. 2000.

²⁶¹ Para mais detalhes, conferir Anexo B.

²⁶² Paginação referente à 4ª edição do *Livro do Povo* de 1865. A 9ª edição do *Livro do Povo* de 1881 apresenta os mesmos títulos, no entanto, paginação diferente.

Quadro 12 – Comparação das lições da 2ª parte do *Livro do Povo*, edições de 1865 e 1881

4ª edição (1865)	TEMA DA LIÇÃO	AUTORIA	PÁGINAS	9ª edição (1881)	TEMA DA LIÇÃO	AUTORIA	PÁGINAS
	O vigário		137-148		O vigário		141-152
	Fábulas ²⁶³		148-156		Os mamíferos		153-174
	O Bom Homem Ricardo ²⁶⁴	Benjamim Franklin	156-167		O Bom Homem Ricardo	Benjamim Franklin	175-187
	Quadrupedes uteis		167-177		As aves		187-203
	O professor primário		177-192		O professor primário		203-223
	Hymno do trabalho ²⁶⁵	A. Feliciano de Castilho	192-193		Os reptis		223-229
	Moral pratica		194-207		Moral pratica		229-244
	Evangelho de lavradores	Claudio Bujault	207-210		Evangelho dos lavradores	Claudio Bujault	244-247
	Quadrupedes uteis II		210-218				
	Simão de Nantua	Mr. Jussieu	218-229		Simão de Nantua	Mr. Jussieu	256-267
	Maximas e sentenças		229-232		Maximas e sentenças		247-250
	Da hygiene	Sr. L. Felipe Leite	232-235		Da hygiene	Sr. L. Felipe Leite	250-253
	Receitas necessárias		235-241		Dos astros		253-256
	O Brazil	Exm. Sr. Senador T. P. S. Brazil	241-253		O Brazil	Exm. Sr. Senador T. P. S. Brazil	267-279

FONTES: 4ª e 9ª edições do *Livro do Povo*

²⁶³ **Fábula** narração mitológica, narração de coisas imaginárias, cujas personagens são, em geral, animais. Composição literária, geralmente em verso, em que, por meio de uma ficção alegórica e da representação de pessoas humanas e da personificação de seres irracionais, inanimados ou abstratos, se encerra uma lição moral. Nos primeiros tempos da tipografia, estas histórias eram pretexto para a inclusão de imagens gravadas em madeira com desenhos muito simples e ingênuos que quase dispensavam o texto, pelo que eram muito populares entre o povo analfabeto. In: FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 325.

²⁶⁴ FRANKLIN, B. *A sciencia do Bom Homem Ricardo ou meios de fazer fortuna*. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos úteis, 1825. Acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: < <http://purl.pt/14349> > Acesso em: 12 jun. 2011.

²⁶⁵ O *Quarto Livro de Leitura* de Felisberto de Carvalho apresenta também uma lição intitulada “Hino do Trabalho” de Antonio Feliciano de Castilho. In: CARVALHO, Felisberto. *Quarto Livro de Leitura*. 42. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946. p. 246-248.

Depreende-se a partir da leitura das fontes que a principal diferença entre a 4ª e a 9ª edição do *Livro do Povo* está no quantitativo de gravuras, mas não se restringe a isso. Na segunda parte do livro, percebe-se algumas alterações em termos de conteúdo das lições:

- A lição “Fábulas” foi substituída pela lição “Os mamíferos”;
- A lição “Quadrupedes úteis” foi substituída pela lição “As aves”;
- A lição “Hymno do trabalho” foi substituída pela lição “Os reptis”;
- A lição “Receitas necessárias” foi substituída pela lição “Dos astros”;
- A lição “Quadrupedes úteis II” não compôs a 9ª edição.

No prefácio do *Livro do Povo*, Antonio Marques Rodrigues aponta quais foram os autores e obras nas quais ele se fundamentou, para produzir o livro didático, são elas: *História Sagrada* do Ilm. Sr. Padre I. J. Roquette, as obras de Royaumont e do abade Brispot, e a própria narrativa dos evangelistas, leituras consideradas necessárias para a instrução do povo naquele momento, tendo em vista o que destaca Moraes, Vieira e Gondra, ao mencionarem que a *Historia Sagrada*, do Padre I. J. Roquette, foi indicada para compor a biblioteca dos professores. Vejamos:

Por fim, 45 exemplares destinados aos mancebos e adultos aparecem no último documento, de 17 de dezembro de 1868. Nesta série, a temática varia muito pouco, são cartas sobre educação, princípios sobre economia, e também há recorrência da temática religiosa, como: *Os serões de domingo e as vigílias*; *Os costumes de Israelitas e de Cristãos*; *A história abreviada da Religião*; *As meditações religiosas em forma de discursos* (“Obra onde todos os ramos da Moral Religiosa são tratados com simplicidade”); *As cartas sobre a educação religiosa*; *As verdades do christianismo*; *A história sagrada do antigo e do novo testamento* (**“Enriquecida com notas e reflexões morais pelo Padre Roquete”**) e, ainda, *Cathecismo de doutrina Christã*.²⁶⁶

No que diz respeito, à segunda parte - ASSUMTOS DIVERSOS – Antonio Marques Rodrigues, fundamentou-se em: Benjamim Franklin, A. Feliciano de Castilho, Claudio Bujault, Jussieu, Felipe Leite, Senador T. P. S. Brazil, dentre outros.

Destas leituras, destacamos o livro de *História de Simão de Nantua* ou o Mercador de feiras, de Lourenço Jussieu, que deu título a um dos capítulos do *Livro do Povo*. Simão de Nantua foi uma leitura muito utilizada na segunda metade do século XIX, tendo direito, até mesmo, a uma edição que saiu pelos prelos das tipografias maranhenses no ano de 1867. Esta obra também foi indicada para compor a mesma biblioteca dos professores à qual

²⁶⁶ MORAIS, Aline de; VIEIRA, Rosemaria; GONDRA, José. Leituras muito necessárias para professores, meninos, mancebos e adultos: análise de uma proposta destinada a bibliotheca dos professores de primeiras letras do século XIX. In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, 17 a 20 de abril de 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/564Aline_e_Rose_e_JoseGondra.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2011. p. 6255. (grifos nossos).

já nos referimos: “uma lista de obras, cujo conteúdo e autores, como *Simão Nantua*, são recorrentes em ambas as fontes, o Estatuto de 1865 e proposta da *bibliotheca* para os professores de primeiras letras, em 1868”²⁶⁷

Bandeira e Barbosa²⁶⁸ apontam que, na Paraíba, foram utilizados os livros *Catecismo Histórico de Claude Fleury*; *Palavras de um crente* de Felicité Robert de Lamennais; *História de Simão de Nantua*, de Mr. De Jussieu; *Tesouro de Meninas*, de Jeanne Marie Leprice de Beaumont e *Tratado de Pedagogia*, de Mr. Daligaut, destes 5 livros que circularam na Paraíba no século XIX, encontramos vestígios de 3 deles também na província do Maranhão.

O Catecismo de Fleury, traduzido por Morais Sarmiento, também teve uma edição que saiu dos prelos maranhenses no ano de 1844. Já o *Curso prático de Pedagogia*, de Daligault, teve 50 exemplares distribuídos pelas escolas públicas primárias da província do Maranhão no ano de 1867.²⁶⁹

Essas leituras realizadas por Antonio Marques Rodrigues e que serviram de fundamento para a composição do *Livro do Povo* foram *best-sellers*, entre os anos de 1831 e 1835, segundo Lyons,²⁷⁰ o que evidencia a influência exercida pela literatura francesa sobre a produção de livros didáticos no Brasil, ao longo do século XIX.

Dos 27 livros elencados na tabela a seguir, pelo menos 5, (em destaque) foram lidos no Brasil e no Maranhão ao longo do século XIX, quer seja em francês ou através de traduções realizadas por autores brasileiros e impressos nas tipografias da Corte Imperial, bem como em tipografias das províncias.

²⁶⁷ Ibid., p. 6260.

²⁶⁸ BANDEIRA, Sara Cavalcanti Pinto; BARBOSA, Socorro de Fátima. A influência francesa nas escolas da província da Paraíba no Século XIX. In: *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, 11 a 15 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Sara_Cavalcanti%20-%20Socorro_Barbosa.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2011.

²⁶⁹ *Relatório com que o Exmº Sr. Dr. Franklin Americo de Meneses Doria passou a administração ao Exmº Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Melo no dia 28/10/1867*. S. Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 5 e 7 (impressão a cores), p. 14. Por ordem da presidência foram adoptados na aula de gramática geral do lyceu e nas escolas de 2º grau da província a Gramatica da língua portugueza por Francisco Sotero dos Reis e os compêndios intitulados 1º e 2º livros de leitura pelo dr. Abilio Cesar Borges. Distribuiram-se pelas escolas publicas primarias da província 2:070 alfabetos e igual numero de taboadas; 50 exemplares do Curso pratico de Pedagogia por Daligault; 200 ditos da Grammatica da língua portuguesa – do professor jubilado Filippe Benicio d’Oliveira Condurú; 25 ditos da obra do dr. Abilio Cesar Borges, intitulada Collecção de discursos proferidos no Gymnasio Bahiano; e 278 ditos do Livro do Povo – pelo dr. Antonio Marques Rodrigues, os quaes, reunidos aos que foram distribuídos o anno passado, perfazem os 1:000 exemplares que elle offerecera gratuitamente, em 8 de novembro de 1865, às escolas do ensino primário, recommendando seu nome com tão importante donativo ao reconhecimento da província e à veneração da infância.

²⁷⁰ LYONS, Martyn. Les best-sellers. In: MARTIN, Henri-Jean; CHARTIER, Roger. *Histoire de l’édition française*. Tome III. Promadis, 1985. p. 369-397.

	Tabela 8 - Best-sellers franceses, 1831-1835						
	Auteur	Titre	Nombre d'éditions $T = P + P/E^*$			Tirage minimal connu	Tirage global connu ou estimé
1	Fleury	Catéchisme historique (a)	45	16	29	64.000	110-130.000
2	La Fontaine	Fables	23	8	15	75.500	95-120.000
3	Fénelon	Télémaque	28	13	15	33.700	60-80.000
4	Béranger	Chansons (g)	9	8	1	42.000	52-75.000
5	Mme de St-Ouen	Histoire de France	5	5	0	46.000	52-66.000
6	Florian	Fables	14	4	10	27.000	30-40.000
7	Lamennais	Paroles d'un croyant	10	10	0	28.300	29-30.000
8	Bérenger	La Morale en action	15	3	12	8.000	34-50.000
9	Pellico	Mes Prisons	15	11	4	17.450	22-30.000
10	Defoe	Robinson dans son île	5	5	0	13.000	20-30.000
11	Jussieu	Simon de Nantua	5	5	0	17.000	21-23.000
12	Saint-Pierre	Paul et Virginie	8	7	1	16.000	21-26.000
13	Chateaubriand	Oeuvres	9	9	0	12.000	18-23.000
14	Lesage	Gil Blas	5	5	0	12.500	15-18.000
15	Rousseau	Julie ou la Nouvelle Héloïse	6	5	1	12.000	15.000
16	Hugo	Notre-Dame de Paris	8	8	0	8.400	11-14.000
17	De Kock	Le Cocu	5	4	1	9.600	11-14.000
18	Defoe	Aventures de Robinson Crusoé	7	7	0	0	14-22.000
19	Molière	Oeuvres	8	7	1	7.300	9-14.000
20	Scott	Woodstock	4	4	0	13.000	13.000
21	Thiers	Histoire de la Révolution française	3	3	0	8.000	10-15.000
22	Le Tasse	La Jérusalem délivrée	7	5	2	500	4-20.000 ?

23	Perrault	Contes des fées	6	3	3	1.000	6-20.000 ?
24	Lamartine	Oeuvres	3	3	0	7.000	9-12.000
25	Anquetil	Histoire de France	4	3	1	6.000	9-12.000
26	Scott	Château périlleux	3	3	0	9.300	9.300
27	Barthélemy	Voyage du jeune Anacharsis (b)	5	4	1	5.250	8-11.000

FONTE : LYONS, Martyn. Les best-sellers. In : MARTIN, Henri-Jean ; CHARTIER, Roger. *Histoire de l'édition française*. Tome III. Promadis, 1985. p. 376.

* «T», contém o número total de edições registradas na Bibliografia da França e no Catálogo Geral da Biblioteca Nacional da França. A quarta coluna, «P», indica o número de edições publicadas em Paris, e a coluna seguinte, «P/E», são edições de províncias ou da Bélgica (ou de países estrangeiros).

Com base na tabela anterior, podemos inferir que os *best-sellers* impressos na França, nem todos eram originalmente franceses. Exemplo disso são os livros n. 10 (*Robinson dans son île*) e 18 (*Aventures de Robinson Crusoe*) de Daniel Defoe, que foram originalmente impressos em Londres em 1719. Robinson Crusoe foi um romance que contou com mais de 700 versões alternativas contando com traduções para vários idiomas.

Os livros n. 20 (*Woodstock*) e 26 (*Château périlleux*) de Walter Scott também não são livros originalmente franceses, mas sim, escoceses. O autor viveu em Edimburgo, Escócia entre os anos de 1771 e 1832.

A obra de n. 22 (*La Jérusalem délivrée*) de Torquato Tasso (1544-1595) foi impressa pela primeira vez em 1580, na Itália. O poema *A Jerusalém Libertada* descreve os combates imaginários entre cristãos e muçulmanos, no fim da Primeira Cruzada, durante o cerco de Jerusalém.

Já o livro n. 14 (*Gil Blas*) - Antonio Marques Rodrigues (autor do *Livro do Povo*) foi responsável pela edição de *História de Carlos XII* e de *Gil Brás de Santilhana* e pela tradução de *Vida de Horácio Nelson* por Forgues.²⁷¹ Esse dado aponta para a atuação multifacetada do autor, que ora escreve poesias, ora escreve livros didáticos, ora faz traduções.

Quanto ao livro *Simão de Nantua* de Jussieu, elencado na 11ª posição entre os *best-sellers*, nos anos de 1831 e 1835, serviu de base para elaboração de um dos capítulos do *Livro do Povo*.

²⁷¹ LEAL, *op. cit.*, p. 403.

O próprio Antonio Marques Rodrigues, ao começar a lição *Simão de Nantua*, mencionou que o livro de Mr. Jussieu, *História de Simão de Nantua*, recebeu o prêmio extraordinário de Montyon, conferido pela Academia Francesa, no valor de 6.000 francos.²⁷²

Antonio Marques Rodrigues retirou 28 lições de moral da *História de Simão de Nantua* para *O Livro do Povo*. A seguir, transcrevemos uma dessas lições que trata sobre a higiene:

A ferrugem consome, e fura por fim a caçarola que ninguém esfrega, e a falta de asseio é também uma espécie de ferrugem que pode estragar o corpo e alterar a saúde. O sol dá luz a todos, o rio corre para todos, e para todos circula igualmente o ar. Não há pois miséria que possa impedir-vos de lavar o vosso corpo, a vossa roupa, a vossa louça, e limpar os vossos móveis, e arejar e varrer a vossa casa. Se o não fizerdes, asseguro-vos que as imundícies na vossa pele hão de se converter em úlceras, e bicharia: a falta de asseio há de estragar os vossos móveis, e produzir venenos nos vasos em que puserdes a comida: a umidade, e a falta de ar nas vossas habitações, vos exporá a muitas moléstias. Às mulheres pertence o asseio de uma casa. Os trastes em desordem e empoeirados: a sala, os quartos, e a varanda cheios de cisco e teias de aranha: e os vidros, as panelas, e os pratos emporcalhados são a condenação eloquente de uma dona de casa preguiçosa e imunda.²⁷³

A partir da citação acima, podemos notar que o livro *História de Simão de Nantua* apresentava lições que incentivavam a higiene. Além da higiene, o referido livro estimulava a poupança, a moral, a prática da religião, etc. Por conta disso, a “Sociedade de Instrução Elementar conferiu o prêmio destinado para o livro mais conveniente à instrução moral e civil dos moradores da cidade e do campo”.²⁷⁴

Segundo Bezerra²⁷⁵, a constituição do pensamento higienista no Brasil se deu de várias maneiras, uma delas foi através da criação da Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro em 1808, e posteriormente, através da criação da Comissão de Higiene em Pernambuco em 1855. Para analisar a repercussão desse pensamento higienista na província/estado de Pernambuco, a autora analisou os livros didáticos adotados nas escolas pernambucanas naquele período, dentre os quais se encontram *O Livro do Povo* de Antonio Marques Rodrigues e as *Lições de Coisas*²⁷⁶ do Dr. Saffray.

No *Livro do Povo*, a lição sobre “higiene” está dividida em seis partes a saber: do ar e dos aposentos; do vestido e do asseio; alimentos e bebidas; do exercício e do repouso; sensações e paixões; generalidades.

²⁷² RODRIGUES, Antonio Marques. *O livro do povo*. 4. ed. Maranhão: Typ. do Frias, 1865. p. 218.

²⁷³ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 224.

²⁷⁴ JUSSIEU. *História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras*. Nova edição. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1875, capa.

²⁷⁵ BEZERRA, Rozélia. *A Higiene Escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados*. 283 f. FE-USP, Doutorado, São Paulo, 2010.

²⁷⁶ Cf. nota de rodapé 186.

Lyons discorre sobre o romance *História de Simão de Nantua*²⁷⁷ afirmando que a Igreja Católica incentivou os romances que pregavam contra a blasfêmia e a embriaguez. A seguir apresentamos um exemplo que comprova isso:

Não há nada mais repreensível do que o homem que se expõe voluntariamente a perder a razão, e fazer-se igual aos brutos. Um bêbado é desprezível enquanto um louco é digno de compaixão, pois ainda que a embriaguez seja uma verdadeira loucura, contudo é mais vergonhosa e digna de imputação, por ser voluntária.²⁷⁸

O romance de Jussieu, *Simão de Nantua*, conseguiu a aprovação oficial do Ministério da Educação Francês em 1850, e do arcebispo de Paris em 1856. Esta novela é cheia de parábolas morais e exortações ao trabalho, à docilidade política e ao contentamento do destino que nos foi prometido. O herói, Simão, é um vendedor ambulante, pouco instruído, mas que possui um tesouro de conselhos morais contra o consumo de jogo e frivolidade, e em favor das virtudes do trabalho e da poupança. Como no fragmento a seguir:

O trabalho e a economia são os únicos remédios para curar a miséria, e quem é ativo e cuidadoso não tem que recear a penúria. Tende confiança em Deus, que vos há de ajudar, meus amigos: obedecei à lei, trabalhai com fervor, e vivei com prudente economia. Verdadeiro pobre é somente aquele que diz: *Nada do que possuo é meu*. Quem não deve nada, anda com o rosto levantado, vai a toda parte, e olha para todos sem abaixar os olhos. Para isto não é preciso muito, porque o homem que dá dez reis, do que é seu, é mais rico do que aquele que toma dez mil reis emprestados. Não basta saber como se adquire, cumpre também saber poupar, pois toda a despesa é grande quando não é necessária. Costuma-se dizer: *Isto não é nada: eu posso fazer esta despesa*. Mas não é assim, porque o pouco repetido torna-se muito. Por mais pequeno que seja um buraco, se o vinho passa, a pipa fica vazia.²⁷⁹

Livros sobre educação religiosa e moral seguiam uma tendência internacional, conforme podemos observar em Barbier e Lavenir:

El deseo de educación religiosa se encuentra directamente transpuesto al dominio, cada vez más importante, de títulos sobre moral. Editores especializados le dedican colecciones enteras, que incluyen tanto textos de moral popular propiamente dicha como pequeñas historias moralizantes especialmente destinadas a los niños.²⁸⁰

Por que um livro de leitura com 256 páginas dedicaria 134 delas à propagação dos Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João?

Havia, [...] uma específica orientação de enfatizar o processo de leitura escolar baseado nos textos de caráter religioso, com a determinação do art. 47, da Reforma Couto Ferraz, que indicava “a leitura explicada dos Evangelhos e a notícia da história sagrada”²⁸¹

²⁷⁷ LYONS, Martyn. *Le Triomphe du livre : une histoire sociologique de la lecture dans la France du XIXe. Siècle*. Paris : Promodis, 1987. p. 169-192.

²⁷⁸ RODRIGUES, Antonio Marques. *O Livro do Povo*. 4. ed. São Luís, MA: Tipografia do Frias, 1865. p. 221-222.

²⁷⁹ RODRIGUES, *op. cit.* p. 220-221.

²⁸⁰ BARBIER, Frédéric; LAVENIR, Catherine Bertho. Autores, textos, públicos: los inicios de la mediatización industrial. In: *Historia de los medios: de Diderot a Internet*. Buenos Aires: Colihue, 1999. p. 115-142.

²⁸¹ BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. 1854. Decreto n. 1331 A de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html>. Acesso em: 11 jun. 2011. p. 55.

De acordo com Machado, o próprio currículo das escolas de primeiro grau era formado pelas seguintes disciplinas:

instrução moral, instrução religiosa, leitura, escrita, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética, sistema legal de pesos e medidas, noções de história e geografia do Brasil, elementos de desenho linear, rudimentos de música, com exercício de solfejo e canto, ginástica e costura simples para as meninas.²⁸²

Segundo Crubelier, os textos de História Sagrada, com objetivos morais definidos, “tendiam a limitar o ler-escrever a um papel de auxiliar da memória. Os alunos liam o texto de História Sagrada para rememorar e não para descobrir algo novo, para se aperfeiçoarem e não para se informarem”²⁸³.

Os dados evidenciam que Antonio Marques Rodrigues buscou fundamentar-se em diferentes autores para compor *O Livro do Povo* e que a organização do livro, estava em sintonia com as orientações curriculares previstas, tanto na Constituição de 25 de março de 1824, quanto na Lei de 15 de outubro de 1827, sendo que ambas reforçavam a religião Católica como religião oficial do Estado. Destaca-se que as lições do *Livro do Povo*, enfocavam assuntos ligados aos princípios da moral cristã, conforme a legislação em vigor, no Brasil na primeira e segunda metade do século XIX.

4.4.1 Prefácios, dedicatórias, epígrafes

Neste item discorreremos sobre os prefácios, as dedicatórias e as epígrafes, elementos de composição de um livro, intitulados por Genette como “paratextos editoriais”. Estes paratextos nos ajudarão a compreender o campo no qual Antonio Marques Rodrigues estava inserido, ao escrever, publicar e divulgar *O Livro do Povo*.

Bourdieu²⁸⁴ explica como se constitui um campo literário, campo este compreendido tanto como campo artístico, literário ou científico. Como então se constitui um campo literário? Assim afirma Bourdieu:

O campo literário trata-se de uma questão de poder – o poder de publicar ou de recusar a publicação, por exemplo –, de capital – o do autor consagrado que pode ser parcialmente transferido para a conta de um jovem escritor ainda desconhecido, por

²⁸² MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. 3. ed. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 96.

²⁸³ CRUBELIER, 1992, p. 5 apud BITTENCOURT, 1993, p. 160.

²⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 169-180.

meio de um comentário elogioso ou de um prefácio; – aqui como em outros lugares observam-se relações de força, estratégias, interesses, etc.²⁸⁵

No caso de Antonio Marques Rodrigues, percebe-se claramente que o campo político no qual ele estava inserido – deputado provincial, inspetor da instrução pública – isto é, os lugares sociais ocupados pelo autor, facilitavam a impressão/divulgação do seu livro didático.

De acordo com Genette²⁸⁶, “prefácio é todo texto introdutório (preliminar ou posliminar) autoral ou alógrafo, que constitui um discurso produzido sobre o texto que se segue ou precede”. Diante do exposto, nos questionamos: a quem *O Livro do Povo* foi dedicado? Quem o recomendou para ser adotado nas escolas primárias do Maranhão?

No caso do prefácio do *Livro do Povo*, prefácio este produzido pelo próprio Antonio Marques Rodrigues, em 1864, sua função foi a de indicar as leituras realizadas pelo autor para subsidiar a escrita do livro, bem como ressaltar o sucesso do mesmo, quando afirma: “adotado para uso de leitura das escolas primarias de algumas províncias, recebido e animado benevolmente pelo publico e pela imprensa, o LIVRO DO POVO teve em menos de dois anos duas edições, representando ambas o número de 10.000 exemplares, fenômeno raro nos anais da tipografia brasileira”.²⁸⁷

Além dos prefácios, Genette dedicou-se também a estudar as dedicatórias. Segundo ele, se dedica uma obra a alguém por dois motivos; “ou por conta de relações pessoais: de amizade, familiar ou outra; ou por conta de relações de ordem pública: intelectual, artístico, político ou outros”.

O Livro do Povo foi dedicado “por conta das relações de ordem pública”²⁸⁸, isto é, a um político, ao Senador João Lustosa da Cunha Paranaguá²⁸⁹, fundador da Escola Prática de Agricultura do Cutim.

Como vimos na biografia de Antonio Marques Rodrigues, ele sempre esteve ligado à política. Dentre suas publicações, conforme já mencionamos, se encontra a introdução ao *Manual do Plantador de Algodão* por A. Turner, como uma de suas

²⁸⁵ BOURDIEU, *op. cit.*, p. 170.

²⁸⁶ GENETTE, Gerard. La instancia prefacial. *Umbrables*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003. p. 137.

²⁸⁷ RODRIGUES, Antonio Marques. *O Livro do Povo*. 9. ed. Maranhão, 1881. p. 5.

²⁸⁸ Ibid.

²⁸⁹ João Lustosa da Cunha Paranaguá, foi o segundo visconde com grandeza e marquês de Paranaguá, nasceu em Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, Piauí, em 21 de agosto de 1821 e faleceu no Rio de Janeiro em 9 de fevereiro de 1912. Foi um magistrado e político brasileiro. Governou as províncias do Maranhão, Pernambuco e Bahia. Foi ministro em diversos gabinetes e presidente do Conselho de Ministros (26º gabinete). Exerceu os cargos de Presidente da Província do Maranhão entre 1858 e 1859; Ministro da Justiça do Brasil entre 1859 e 1861; e Presidente da Província de Pernambuco entre 1865 e 1866.

contribuições para a área agrícola. Além disso, “o impulso para a criação da Escola Agrícola do Cutim foi todo seu, conseguindo, na assembleia provincial, a decretação de verba para a execução dessa medida proposta pelo Sr. Dr. Antônio Rego.”²⁹⁰ Provavelmente foi no processo de implantação da Escola Agrícola do Cutim que Antonio Marques Rodrigues estreitou suas relações com João Lustosa da Cunha Paranaguá, a quem dedicou *O Livro do Povo*.

Além da determinação oficial do ensino dos Evangelhos nas escolas, os livros de leitura que continham lições da Bíblia para serem adotados nas escolas precisavam de um parecer de uma autoridade religiosa, uma espécie de comitê científico, que analisava as produções e indicava-as ou não para serem adotadas nas escolas.

Com *O Livro do Povo* o processo não foi diferente, além de um longo currículo do autor na folha de rosto, o livro conta com dois pareceres: o de Dom Luiz, Bispo do Maranhão e o de Dom Manoel Joaquim da Silveira, arcebispo da Bahia.

Assim dita o parecer de Dom Luiz, Bispo do Maranhão:

Acho-a muito acomodada ao uso de nossas escolas, e conseqüentemente apropriada a educação moral da nossa mocidade, tão desherdada e carecedora n'estes infelices tempos dos bons princípios, e doutrinas sans; e que além de estar delineada com notável sabedoria e erudição, revela, como um fiel retrato, o espirito fervoroso de v. s. a bem da salvação das almas.²⁹¹

O parecer de uma das maiores autoridades eclesiais de uma província, na segunda metade do século XIX, era muito importante na tomada de decisão para compra, adoção ou uso de um livro de leitura que continha lições da Bíblia, lições de moral e civismo. No caso, do *Livro do Povo*, para incrementar mais ainda seus paratextos, o autor contou com o parecer de Dom Manoel, Arcebispo da Bahia.

Tendo lido com a maior atenção o *Livro do Povo*, que sujeitou ao nosso exame o seu autor o Sr. Dr. Antonio Marques Rodrigues, achamos, que este livro corresponde perfeitamente ao seu título; e não encontrando n'ele cousa alguma contra a doutrina da Santa Igreja, e os bons costumes, o approvamos: e felicitamos ao seu digno autor pelo empenho, que tomou, em publicar uma obra tão útil, e da qual podem resultar não poucos bens ao Povo Brasileiro.

Bahia, 5 de maio de 1863.

MANOEL, Arcebispo da Bahia.²⁹²

Segundo o *Regulamento da Instrução Pública de 1854* para a província do Maranhão, os livros que continham lições de ensino religioso precisavam de aprovação pelo bispo diocesano, conforme vemos:

²⁹⁰ LEAL, *op. cit.*, p. 392.

²⁹¹ RODRIGUES, Antonio Marques. *O livro do povo*. 4. ed. Maranhão: Typ. do Frias, 1865. p. 7.

²⁹² RODRIGUES, *op. cit.*, p. 9

Art. 66. Os Diretores, que não professam a religião do estado, serão obrigados a ter no colégio um sacerdote católico apostólico romano para instruir nos deveres religiosos os alunos desta comunhão.

Art. 95. **A adoção de livros ou compêndios, que contenham matéria do ensino religioso, precederá sempre a aprovação do bispo diocesano.**²⁹³

A regulação prevista para os livros de ensino religioso no Maranhão também era prevista para o município do Rio de Janeiro. De acordo com o Regulamento de 1854 para reforma do ensino primário e secundário, os livros didáticos utilizados pelas escolas públicas teriam que receber autorização para serem admitidos como material de ensino nas escolas. Ao mesmo tempo em que previa a regulação, o governo incentivava a produção das obras oferecendo premiação às pessoas que compusessem compêndios para uso das escolas e aos que melhor traduzissem os publicados em língua estrangeira, conforme consta nos artigos 56 e 95 do Regulamento:

Art. 56 – Nas escolas públicas só podem ser admitidos os livros autorizados competentemente.

São garantidos prêmios aos professores ou a quasquer pessoas que compuzerem compêndios ou obras para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em língua estrangeira, depois de serem adoptados as disposições do Art. 3º § 4º combinadas com as do Art. 4º.

A adopção de livros ou compêndios que contenhão matéria do ensino religioso precederá sempre a aprovação do Bispo Diocesano.

Art. 95 – O governo garante prêmios na conformidade da 2ª parte do Art. 56 aos que compuzerem ou traduzirem compêndios, os quaes serão sujeitos á disposição do (4º do Art. 3º combinada com a do Art. 4º)²⁹⁴

O *Codigo de Instrucção Pública da Provincia de São Paulo de 1857* também discorre sobre o mesmo assunto, em seu artigo 159:

Art. 159. O Governo incumbirá á pessoas de reconhecida illustração a organização dos tres seguintes compêndios, adaptados á comprehensão dos alumnos, podendo conceder para cada um d'elles uma gratificação que não exceda a 600\$ rs., ficando a sua propriedade pertencendo á Provincia, a saber:

§ 1º. Compendio de moral e de Religião Catholica Apostolica Romana, compreendendo quatro partes, a saber: - 1º. – Principios elementares da Religião do Estado: - 2º. – Principios elementares da moral: - 3º. – Desenvolvimento da 1ª. parte: - 4º. – Desenvolvimento da 2ª. parte.

§ 2º. Compendio de arithmetica compreendendo: - 1º. – Principios fundamentais da numeração, e as regras practicas para as quatro principaes operações sobre números inteiros: - 2º. – Noções elementares das decimaes, fracções, complexos, e as principaes applicações da regra de tres, e de sociedade, e do systhema de pesos e medidas, usados na Provincia: - 3º. – Desenvolvimento da theoria e practica das decimaes, fracções, complexos, e proporções: - 4º. – As mais usuae operações de commercio e de banco, e a theoria e practica dos principaes pesos e medidas das

²⁹³ In: CASTRO, César Augusto (Org.). *Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)*. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 385-399. (grifos nossos).

²⁹⁴ BRASIL. Decreto n. 1331 A de 17 de fevereiro de 1854. *Approva o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Côrte*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html> . Acesso em: 11 jun. 2011.

demais Províncias do Imperio, e das Nações com que entretemos maiores relações commerciaes.

§ 3º. Compendio de grammatica compreendendo: - 1º. – Elementos de grammatica nacional em todas as suas partes: - 2º. – Desenvolvimento d’esses elementos, e princípios de grammatica geral.²⁹⁵

Percebemos, ao longo deste estudo, que as legislações entre as províncias eram muito semelhantes. Embora não tenhamos encontrado no Maranhão uma lei que regulasse os conteúdos que deveriam conter cada livro didático, para cada área do conhecimento, localizamos os livros didáticos e consideramos relevante mencioná-los aqui, até mesmo como sugestão de que pesquisas futuras sejam realizadas sobre esses livros, que não puderam ser analisados nesta tese.

No que se refere aos “Compêndios de moral e de Religião Católica Apostólica Romana”, tínhamos, na província do Maranhão, *O Livro do Povo*, de Antonio Marques Rodrigues e *História Santa do Antigo e Novo Testamento*, Antonio Augusto Rodrigues, 1882, São Luís, MA, A. P. Ramos de Almeida & Cia, Rua da Palma.

Quanto aos “Compêndios de aritmética”, notou-se que, na província do Maranhão, circularam vários livros didáticos que abordavam o novo sistema métrico decimal. No Relatório de Presidente de Província de 1868, encontramos a seguinte recomendação: “mandei adoptar no ensino primario o *Resumo de Arithimetica* pelo padre Cyrillo dos Reis Lima; a *Arithimetica Practica e o Novo Systema Metrico* pelo Tenente-Coronel Fernando Luís Ferreira”.²⁹⁶

São publicações maranhenses também deste período:

- 1) *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema metrico decimal, precedida de noções indispensáveis sobre os números decimaes, e seguida de numerosas tabellas comparativas e de muitas applicações interessantes ao commercio e à industria*, por João Antonio Coqueiro, São Luiz/MA, B. de Matos, 1863.
- 2) *Tratado de Aritmética*. João Antonio Coqueiro. 1 vol. in 8º br; 1860. Editores: Rey e Belhate. Quai des Augustins nº 45. Impressores: W. Remquet & Cia.

²⁹⁵ SÃO PAULO. *Código da Instrução Pública da Provincia de São Paulo*. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro, 1857.

²⁹⁶ MARANHÃO. *Relatório com que o Exmº Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Melo passou a administração desta província ao 1º vice-presidente Dr. Manoel Jansen Ferreira no dia 05/05/1868*. S. Luiz do Maranhão: Typ. Imperial e Constitucional, 1868.

Rue Garancière nº 5. Paris²⁹⁷. 250 mil reis, a venda na Livraria Garnier, à Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro.

- 3) *Curso Elementar de Mathemática*. Dr. João Antonio Coqueiro, 1870. B. de Mattos. 2\$000 rs.²⁹⁸
- 4) *Novo Systema Metrico*. Fernando Luiz Ferreira, 1868. Typ. Antonio Pereira Ramos de Almeida, 3, Rua da Palma, 3.
- 5) *Arithmetica Pratica*. Fernando Luiz Ferreira, 500 rs.
- 6) *Arithmetica Pratica (2ª parte)*. Fernando Luiz Ferreira, 500 rs.
- 7) *Systema Metrico*. Fernando Luiz Ferreira, 500 rs.

Quanto aos compêndios de “Gramática”, o Maranhão contava com várias produções, entre elas:

- 1) *Gramática Elementar de Língua Portuguesa*, Filippe Benicio de Oliveira Condurú, 1850, adotada nas províncias do Maranhão e do Pará.
- 2) *Compendio de Grammatica Portugueza*, Pedro de Souza Guimarães, 1866, São Luiz, MA, 1\$ rs.
- 3) *Curso de litteratura portugueza e brasileira*, Francisco Sotero dos Reis, quatro tomos, 1867, São Luiz, MA, Typ. de B. de Mattos. E um tomo de 1873, São Luiz, MA, Typ. do Paiz.
- 4) *Postillas de Grammatica Geral, aplicada à Lingua Portugueza pela analyse dos clássicos, ou guia para a construcção portugueza*, Francisco Sotero dos Reis, 1870, Maranhão.
- 5) *Bellezas da Litteratura Latina*, João Henrique Vieira da Silva, 1895, São Luiz, MA, Luiz Magalhães & C. Rua de Nazareth, canto da Palma.

Conforme destacado anteriormente, no Maranhão do século XIX, também houve professores autores de livros didáticos, entre os quais enfatizamos: Felipe Benicio de Oliveira Condurú, Antonio Marques Rodrigues, Francisco Sotero dos Reis, João Antonio Coqueiro e Eponina de Oliveira Condurú Serra.

²⁹⁷ Conforme mencionamos anteriormente, a França exerceu forte influência sobre a produção de livros didáticos brasileiros no século XIX, seja com a adoção de livros franceses pelas escolas brasileiras, seja com a impressão de livros brasileiros na França, com a adoção dos modelos pedagógicos franceses em terras brasileiras, com o uso das gravuras francesas nos livros brasileiros, com as citações de obras francesas nos livros brasileiros, etc.

²⁹⁸ Deste foram distribuídos 180 exemplares, segundo o relatório de 1871. MARANHÃO. *Relatório apresentado pelo Exmº Sr. Presidente da Província, Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão no dia 03/05/1871, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária*. (Manuscrito).

Estes autores de livros didáticos tiveram inseridos no campo intelectual do Maranhão de diversas formas, tais como professores, diretores de instrução pública, diretor de Escola Normal, diretor do Liceu Maranhense, tendo alguns deles estudado em outras províncias e até mesmo na Europa. As relações estabelecidas no campo político e no campo intelectual possibilitaram a composição/impressão/adoção dos livros didáticos desses autores maranhenses. Entre os autores citados anteriormente, Antonio Marques Rodrigues, autor do *Livro do Povo*, aparece como figura de destaque no meio político e intelectual.

4.5 Estratégias comerciais e indícios de circulação

Quanto à circulação do *Livro do Povo* no Maranhão, elaboramos o gráfico seguinte a partir de ofícios da Secretaria de Governo / Instrução Pública que se encontram no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Gráfico 3 – Quantidade de exemplares do *Livro do Povo* distribuídos pelas escolas de primeiras letras da Província do Maranhão entre os anos de 1862 e 1863

FONTE: Arquivo Público do Estado do Maranhão

A presença do *Livro do Povo* nas escolas do interior da província maranhense, de acordo com os ofícios encontrados no Arquivo Público do Estado do Maranhão, abrangeu 22 municípios, e um total de 733 unidades, sendo que o município que recebeu a maior

quantidade de exemplares foi Brejo com 130 unidades, e o município que recebeu o menor número de exemplares foi São Luís Gonzaga com apenas 6 unidades.

Segundo os ofícios, os livros deveriam ser distribuídos entre os alunos da escola que mais se distinguíssem por sua assiduidade, aproveitamento e moralidade, conforme foto 28. Depreende-se, assim, que os livros eram distribuídos em quantidades inferiores ao número de matrículas e que somente os melhores alunos eram agraciados com um exemplar do *Livro do Povo*.

Conforme observado na tabela 2, (p.36) no ano de 1838, o Maranhão possuía apenas 24 escolas públicas primárias, distribuídas em 23 municípios; de acordo com a tabela 3, (p. 37) em 1861, o número de escolas no Maranhão havia aumentado para 74, distribuídas em 29 municípios. *O Livro do Povo* insere-se nesse processo de expansão do ensino primário no Maranhão, visto que era distribuído pelas escolas de 22 municípios entre os anos de 1862 e 1863, conforme apresentado no gráfico 3.

Foto 28 – Ofício emitido em 29/04/1862 pela professora pública de primeiras letras da Vila de São Bento, acusando o recebimento de 5 exemplares do *Livro do Povo*

FONTE: Arquivo Público do Estado do Maranhão

Sabe-se que o *Livro do Povo* não circulou apenas por estes municípios. E para comprovar esse fato, lembramos que o exemplar por nós pesquisado da sua 9ª edição, veio acompanhado de uma carta intitulada *Histórico do livro*²⁹⁹. Neste exemplar que pertenceu à Dona Mundica Maranhão Japyassú, aprenderam a ler, correntemente, os filhos de Liberato Maranhão: d. Mundica (viúva de Diogenes Japyassú), Pedro Maranhão, Euclydes Maranhão e, possivelmente, d. Terezinha (viúva de Emiliano Azevedo).

Foto 29 – Carta endereçada a Raymundo Maia, anexada a um exemplar da 9ª edição do *Livro do Povo*

²⁹⁹ Conforme já mencionamos, o exemplar consultado da 9ª edição do *Livro do Povo* atualmente é de propriedade do bibliófilo – Jomar Moraes -, e que o *Livro do Povo* é um cimélio, e provavelmente por conter esta carta indicando o nome das pessoas que o utilizaram, transformou este exemplar em objeto mais raro ainda. Esta carta foi endereçada a “Raymundo Ottoni de Castro Maya”, criador da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil em 1943, fundador da Sociedade dos Amigos da Gravura em 1952. Fundador, com outros, do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro em 1948.

FONTE: Acervo da biblioteca particular de Jomar Moraes

O autor da carta, José Queiroz³⁰⁰, que a escreveu em Carolina-MA, em 8 de junho de 1927, conta que em um exemplar da oitava edição de 1872, estudou José Rodrigues Bandeira da cidade de Imperatriz. Desse modo, conclui-se que *O Livro do Povo* também foi utilizado na região sul do Maranhão, onde se encontram localizados os municípios de Carolina e Imperatriz.

Além do Maranhão, *O Livro do Povo* circulou nas províncias do Piauí e Pará, sendo também adotado na província de Pernambuco, conforme relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública:

³⁰⁰ Nasceu em Carolina-MA em 27-04-1892, fundou escolas e o Rotary Clube em sua cidade natal. Foi prefeito de Carolina-MA entre os anos de 1933 e 1935. Exerceu o mandato de vereador a partir de 1948, tendo sido também suplente de juiz. Faleceu na mesma cidade em que nasceu em 28-10-1976.

O Conselho Director da Instrucção Pública, a quem foi presente o livro impresso no Maranhão em 1862, intitulado do Povo, ou vida de N. Senhor Jesus Christo para ser adoptado como compêndio de leitura nas escolas primárias da Província, aprovou com copia, e com a qual me conformo rogando a V. Ex^a se digne de dar a sua confirmação na forma do art. 3º & 4º da lei nº 369 de 14 de maio de 1855. Domingos de Souza Leão – presidente da província.³⁰¹

Vale lembrar que Antonio Marques Rodrigues, estudou Direito em Recife e que no livro de poesias *Tres Lyras* feito com Trajano Galvão de Carvalho e Gentil Homem de Almeida Braga, dos 25 poemas escritos por Antonio Marques Rodrigues, 10 foram escritos em Recife, entre os anos de 1853 e 1854. Provavelmente foi no período em que Antonio Marques Rodrigues cursava Direito em Recife que começou a estabelecer o seu capital social com os livreiros para os quais iria enviar, mais tarde, exemplares do *Livro do Povo*, para serem comercializados em Recife.

A adoção de um livro didático nas escolas primárias de uma determinada província passa por toda essa seleção: autoria, editoração, indicações no prefácio, preço, etc. Quanto ao preço, vários documentos ressaltam o pequeno valor cobrado pela primeira edição do *Livro do Povo*, 320 rs, quando comparado à quantidade de páginas (± 256) e de ilustrações (± 26) que o mesmo continha. No ano de 1866, a quinta edição do *Livro do Povo* saía por 800 rs, e o livro de *Gil Braz de Santilhana*, nova edição, 1 vol: Preço 3\$000 rs.³⁰²

O governo também tinha importante papel na divulgação de um livro didático, pois cabia ao presidente da província a autorização ou não, para a publicação de uma obra didática, ouvida a inspetoria da instrução pública.

Nota-se que o Estado procurou plasmar juridicamente, sempre que possível, seu papel determinante na utilização do livro escolar. Isto pode ser observado no Decreto n. 9397 de 7 de março de 1885 que “Estabelece regras para a adopção das obras concernentes ao ensino primário e da outras providencias” que estabelece em seu art. 1º. “Nenhum livro, mappa ou objeto de ensino será adoptado nas escolas publicas sem prévia approvação do Ministro do Império, ouvido o Conselho Director, que dará parecer fundamentado.”³⁰³

Dessa forma, *O Livro do Povo*, estava conectado com a legislação em vigor no Brasil naquele período e recebeu parecer do presidente da província Lafaiete Rodrigues Pereira, para que o autor distribuisse 1.000 exemplares pelas escolas maranhenses no ano de 1866, como vemos, a seguir:

Palacio do Governo do Maranhão, 16 de novembro de 1865 – Tendo presente o seu officio de 8 do corrente, em que Vmc me comunica haverem sido distribuídos pelas escolas primarias da província os mil exemplares do LIVRO DO POVO, para esse fim oferecido por Vmc o anno passado.

³⁰¹ PERNAMBUCO. Directoria Geral da Instrucção Publica, n. 45, p. 58.

³⁰² *Almanak do povo para 1867*, 1º anno, São Luiz do Maranhão: J. M. C. de FRIAS, 1867.

³⁰³ TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. *História da Educação (ASPHE)*. Pelotas, v. 6, n. 11, 2002. p. 37.

Conforme Vmc solicita, concedo-lhe autorização para distribuir pelas mesmas escolas no anno vindouro de 1866, igual numero de exemplares.
 Agradecendo a Vmc. esta nova oferta, me é agradável elogial-o por mais esta prova, que dá do vivo interesse que tem pelo progresso do ensino popular na província.
 Deus guarde a Vmc. – Lafayette Rodrigues Pereira³⁰⁴ – Sr. Dr. Antonio Marques Rodrigues, Inspector da Instrução Pública.³⁰⁵

Quanto à influência do governo sobre o poder de decisão na divulgação dos livros didáticos, Circe Bittencourt afirma que:

O aval do governo significava vendas garantidas e o livro escolar foi se tornando o texto impresso preferencial de empresas que cuidavam de difundir-lo a nível nacional por intermédio de uma rede de livrarias, reforçando a ideologia oficial na divulgação de um ensino escolar uniforme e padronizado.³⁰⁶

Assim também aconteceu com o *Livro do Povo*. A seguir, apresentamos a tabela 9 com o número de escolas públicas primárias maranhenses entre 1861 e 1880, bem como a distribuição gratuita pelo governo de 4.433 exemplares do *Livro do Povo*, pelas escolas maranhenses entre 1862 e 1870.

É importante ressaltar que a distribuição gratuita dos exemplares do *Livro do Povo* pelas escolas maranhenses coincide com o período em que Antonio Marques Rodrigues foi inspetor da instrução pública, reafirmando que o lugar social ocupado pelo autor influenciou positivamente na distribuição do referido livro.

Ainda conforme a tabela 9, observa-se que entre 1861 e 1880 a matrícula nas escolas públicas de primeiras letras do Maranhão passou de 2.663 para 4.483 alunos, ou seja, um aumento de 68,34% em 19 anos.

Em 1870 foi o último ano em que o *Livro do Povo* foi distribuído gratuitamente pelas escolas públicas de primeiras letras do Maranhão, e a partir de 1868, o autor do livro passou a adotar outras estratégias de distribuição, ou seja, através da venda do mesmo em outras províncias, conforme mostra a tabela 10.

³⁰⁴ Foi presidente da província do Maranhão entre 14/06/1865 e 19/07/1866.

³⁰⁵ RODRIGUES, 1881, p. 280.

³⁰⁶ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 369 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. p. 341.

Tabela 9 – Número de escolas públicas e de discentes matriculados no ensino primário da província do Maranhão entre 1861 e 1880

ANO	QTDE DE CADEIRAS	TOTAL DE DISCENTES	CADEIRAS MASCULINO	QTDE ALUNOS MASCULINO	CADEIRAS FEMININO	QTDE ALUNAS FEMININO	QTDE LIVROS DO POVO
1861	75	2663	51	2211	24	452	
1862							1800
1863	80	3141	54	2543	26	598	
1865	94	2919	60	2214	34	705	1000
1866	97	3228	60	2498	37	730	
1867	100		60		40		1000
1867							278
1868		4012		3029		983	
1870	100	4377	60	3339	40	1038	355
1871	109	4664	65		44		
1872	117	4617	73	3456	44	1161	
1872	118	4536	75	3449	43	1087	
1874	132	4793	82	3642	50	1151	
1875	136	4517	85	3467	51	1050	
1876	136	5003	85	3775	51	1228	
1877	113	4004	73	2973	40	1031	
1879	116	4668	76	3505	40	1163	
1880	116	4483	76	3278	40	1205	

FONTES: Diversos relatórios de presidente de província do Maranhão. Disponíveis em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 31 dez. 2012.

Antonio Marques Rodrigues encaminhou exemplares do *Livro do Povo* para a cidade do Porto em Portugal. Já no Brasil, como podemos observar, na tabela que se segue, o autor enviou caixotes com exemplares do livro para o Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Pará, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

De acordo com a tabela 10, Antonio Marques Rodrigues enviou exemplares do seu livro para praticamente todo o Nordeste, excetuando-se apenas as províncias do Piauí e de Sergipe. No entanto, na capa do *Livro do Povo*, menciona-se que o mesmo foi adotado nas escolas do Piauí. Como a capital do Piauí é a única do Nordeste localizada fora do litoral, acredita-se que foram utilizados outros meios de transporte diferentes do navio, meio de transporte convencional para a época, talvez por isso, a província do Piauí não se encontra na relação. Quanto a Sergipe, desconhecemos as razões pelas quais aquela província não aparece na tabela que segue.

Para o Norte do Brasil, ainda segundo a tabela 10, o *Livro do Povo* foi enviado para o Pará. Mas sabe-se que nesta região o mesmo foi adotado também no Amazonas, conforme informações estampadas na capa do referido livro e no quadro 7 (p. 93) desta tese.

Tabela 10 - Circulação do *Livro do Povo*, 1868-1873

ANO	PROVÍNCIA	LIVREIROS	QUANTIDADE	VALOR
1868	Rio de Janeiro			10.000 d*
	Bahia		100	7.400 d
	Maceió (Alagoas)		200	
	Porto		Caixas	14.920 d
	Maranhão	Gonçalves Pinto	750	180.000 d
	Pará	José Maria da Silva		67.000 r**
	Pernambuco	Lailhacar	200	6.000 d
	Maranhão	Gonçalves Pinto	250 brochura	112.000 r
	-	-	20 encadernado	14.000 r
	Maceió (Alagoas)		165	5.500
	Pernambuco	Lailhacar & Cia		91.580 r
	Ceará	Joaquim José de Oliveira		168.960 r
	Maranhão	Gonçalves e Pinto		244.000 r

	Maranhão	Magalhães & Cia		36.000 r
	Bahia	Abilio Cesar Borges		75.000r
1869	Acaracu (Ceará)		130	4.000 d
	Pará		130	5.120 d
	Maranhão	Magalhães & Cia	2.000 encadernação	400.000 d
	Maceió (Alagoas)			6.000
	Acaracu			81.000 r
	Ceará			4.000 d
	Ceará	Joaquim José de Oliveira		168.960 r
1870	Pará		1 caixote	
	Maceió (Alagoas)		1 caixote	
	Ceará		1 caixote	6.000 d
	Maceió	Francisco Tavares da Costa		210.000 r
	Pará	José Maria da Silva		110.000 r
	Ceará	Joaquim José d'Oliveira		163.740 r
	Acaracu (Ceará)	Theofilo Ferreira	10	60.000 r
	Parahyba	Antonio de Magalhães		172.720 r
	Maceió (Alagoas)	Francisco Tavares da Costa		136.000 r
	Maranhão	Magalhães & Cia		36.000 r
	Pará	José Maria da Silva		177.000 r
1871	Maranhão	Gonçalves Pinto		420.000 r
	Maceió	Francisco Tavares da Costa		214.000 r
	Rio Grande do Norte	Domingos H. d'Oliveira		253.100 r
	Pernambuco	Lailhacar & Cia		76.000 r

	Maranhão	Antonio Pereira Ramos de Almeida e Cia	1.000 em folhas	520.000 r
	Maceió		168	
	Pernambuco		250	
	Pará		95	
1872	Maranhão	Antonio Pereira Ramos de Almeida e Cia	1.000 em folhas	520.000 r
	Pará	José Maria da Silva	166	149.400 r
	Maranhão	Gonçalves e Pinto	600 em folhas	312.000 r
	Maceió (Alagoas)	Francisco Tavares da Costa	200	146.000 r
	Maranhão	Antonio Pereira Ramos de Almeida e Cia	1.000 em folhas	520.000 r
	Pernambuco	José Nogueira de Souza	200	144.000 r
	-		600	
	Maceió (Alagoas)		200	
	Maranhão	Gonçalves e Pinto	760 sendo 400 encadernados – 720 rs; 360 em folhas – 560 rs	475.200 r
1873	-	-		364.450 r
	-	-	50 a 720 (cada)	36.000 r
	-	-	700 a 720 (cada)	504.000, derão em dinheiro 133.140, saldo de que passarão a letra 370.860
	Maranhão	Magalhães & Cia	125	90.000 r

* r = Recebido

** d = Despesa

FONTE: ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO . COMARCA DE SÃO LUÍS. SEÇÃO: Juízo de Órfãos e Ausentes. SÉRIE: Autos Cíveis . ANO: 1873. TIPOLOGIA: INVENTÁRIO DE BENS \ Caixa: 9 C. INVENTARIANTE: Francisco Marques Rodrigues. INVENTARIADO: Antonio Marques Rodrigues. JUIZ: Jose de Almeida M. Costa.

De acordo com a tabela 10, circularam 11.069 exemplares do *Livro do Povo*, que somados aos 4.433 distribuídos pelas escolas públicas, vide tabela 9, totalizam 15.502 exemplares. Além disso, existiram os livros enviados em caixas e caixotes, recipientes cujas capacidades desconhecemos. Nota-se que destes 11.069, 5.600 foram enviados em folhas aos encadernadores da província maranhense: Magalhães & Cia (5.000 exemplares) e Gonçalves e Pinto (600 exemplares). Dados esses que nos levam a inferir que a província maranhense possuía um circuito de comunicações completo, passando pelo autor, editor, impressor, encadernador, livreiro e leitor.

Quanto aos livreiros, percebe-se que são praticamente os mesmos elencados no exemplar da 4ª edição do *Livro do Povo* e explorados no quadro 6 (p.90). Vale destacar que, conforme a tabela 10, Antonio Marques Rodrigues enviou caixas de livros para fora do Brasil, isto é, para Porto, em Portugal e para Abilio Cesar Borges, o Barão de Macahubas, na Bahia, o que denota a ampla circulação deste livro de leitura.

Os dados revelam que Antonio Marques Rodrigues participava efetivamente de um intercâmbio cultural com importantes autores de livros didáticos, tais como Abilio Cesar Borges, tendo em vista que, no ano de 1867, os *Livros de Leitura* de Abilio foram adotados e distribuídos gratuitamente nas escolas maranhenses e no ano seguinte, 1868, Antonio Marques Rodrigues recebeu de Abilio a importância de 75 mil réis referente à venda de exemplares do *Livro do Povo*, na Bahia.

5 CONCLUSÃO

No presente trabalho, propusemos-nos compreender a lógica de produção, circulação e utilização de livros didáticos, no estado do Maranhão, na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

A realização desta pesquisa só foi possível, graças ao cruzamento de diferentes tipos de fontes escritas, tais como: livros didáticos, relatórios de presidente de província, inventário, ofícios, regulamentos, almanaques, jornais, dicionários, dentre outras. O levantamento das fontes foi realizado no Brasil, nos estados do Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo; no exterior, visitamos o Museu da Imprensa em Lyon, França e consultamos por e-mail, o Arquivo da Universidade de Coimbra, em Portugal.

Conforme discurramos na introdução, alteramos a nossa periodização para o intervalo entre 1861-1881 e delimitamos a pesquisa apenas para a análise de um livro publicado nesse período, no caso, o *Livro do Povo*. Livro este composto por lições da Bíblia e lições de moral, produzido num período da história da educação brasileira, profundamente marcado pela ligação entre Igreja e Estado, isso se refletiu nos currículos escolares, na instituição de uma disciplina escolar chamada “instrução religiosa” e na elaboração de materiais didáticos para uso das escolas, no caso em questão, *O Livro do Povo*.

Ainda sobre a relação entre Igreja e Estado, os livros que continham lições de ensino religioso eram obrigatoriamente analisados pelo Bispo e, somente após o aval desta autoridade eclesial, passavam a ser utilizados nas escolas.

O Livro do Povo recebeu parecer favorável para adoção nas escolas primárias, tanto pelo Arcebispo da Bahia, quanto pelo Bispo do Maranhão. A partir deste dado, percebemos que este livro não se tratava de um compêndio isolado, mas sim de um livro que teve ampla circulação pelo Brasil e pelo mundo, como mostramos ao longo dos capítulos.

Além do conteúdo religioso, *O Livro do Povo*, apresentava lições de higiene, divididas em 6 seções: da arte dos aposentos; do vestido e do asseio; alimentos e bebidas; do exercício e do repouso; das sensações e paixões, e generalidades. As lições de higiene estavam inseridas nos ideais de modernidade e civilização.

Quanto à autoria deste livro, a mesma ficou a cargo de Antonio Marques Rodrigues, maranhense nato, membro de uma elite intelectual que teve o privilégio de estudar em Coimbra e fazer o curso de Direito em Recife. Homem público, o autor exerceu o cargo de deputado provincial, bem como o de inspetor da Instrução Pública. Os lugares sociais ocupados pelo autor foram decisivos no processo de divulgação de seu livro didático.

No período em que Antonio Marques Rodrigues foi inspetor da Instrução Pública, *O Livro do Povo*, foi amplamente distribuído pelas escolas públicas, conforme constam nos relatórios de presidente de província. O autor dispunha ainda de um capital social amplo, o que possibilitou o seu contato com livreiros de várias províncias, para onde enviava caixotes com exemplares do *Livro do Povo*.

No Brasil, o livro circulou no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Pará, Amazonas e Rio de Janeiro. Fora do Brasil, circulou em Porto (Portugal) e em Londres (Inglaterra).

No Maranhão foi adotado nas escolas públicas de primeiras letras, tanto do sexo masculino, quanto do sexo feminino, em diferentes localidades, como: São Luís, Brejo, Icatu, Guimarães, Viana, São Bento, Turiaçu, Itapecuru Mirim, Passagem Franca, Anajatuba, Curralinho (hoje, Coelho Neto), Codó, Barreirinhas, Cururupu, Caxias, Miritiba (hoje, Humberto de Campos), Vargem Grande, São Luís Gonzaga, Santa Helena, Tutóia, São João de Cortes (Alcântara), Barra do Corda, Monção, Carolina e Imperatriz. Todos esses municípios estão localizados nas mais diferentes regiões da província, de Norte (Alcântara) a Sul (Carolina), de Leste (Coelho Neto) a Oeste (Imperatriz).

Esses municípios, com exceção de Curralinho (hoje, Coelho Neto) e de Imperatriz, aparecem como localidades onde se encontravam instaladas cadeiras públicas de primeiras letras no ano de 1861. Nesse contexto, é que o *Livro do Povo* se insere no processo de expansão do ensino primário no Maranhão entre 1861 e 1880, período em que a província aumentou a sua oferta de matrículas em 68,34%. Essa oferta se deu de forma não democrática, visto que os escravos eram proibidos pelo Regulamento da Instrução Pública de 1854, de frequentar as escolas, mas, ainda assim, alguns conseguiam “ilegalmente” frequentar às escolas, mesmo que fosse para aumentar o número de matrículas para que os(as) professores(as) pudessem receber seus salários, pois só tinha direito a salário o docente que tivesse pelo menos 10 discentes matriculados.

A escola primária maranhense do período em estudo recebeu gratuitamente 4.433 exemplares do *Livro do Povo*, livro didático de leitura. Esta escola tinha um perfil predominantemente masculino. Possuía em 1876, ano que apresentou o maior número de matrículas, no período de 1861 a 1880, o número de 3.775 (75,45%) meninos e o número de 1.228 (24,54%) meninas.

Dessa forma, deduz-se que o público do *Livro do Povo* não foi literalmente “o povo”, no sentido conferido por Burke, pois só recebiam os exemplares aqueles alunos mais assíduos, mais comportados e que possuíam melhor rendimento escolar. Seguindo todos estes

critérios, e com base nos argumentos apresentados, os leitores eram na sua maioria **homens não escravos**.

Ainda que os dados sejam lacunares, identificamos 22 livros didáticos, publicados apenas pelos dois mais importantes tipógrafos maranhenses do século XIX: José Maria Correia de Frias, 18 títulos e Belarmino de Mattos, 4. Eis aí um campo de pesquisa muito vasto, sugerimos que pesquisas futuras sejam realizadas no sentido de analisar esta ampla produção de livros didáticos das mais diferentes áreas do conhecimento, passando pela língua portuguesa, matemática, história, geografia, música, leitura, ensino religioso, moral e civismo, didática, entre outros.

Esta produção de livros didáticos na província do Maranhão inicia uma nova fase na história da educação maranhense que outrora fazia uso, sobretudo de manuais publicados no exterior. Com a implantação da imprensa tipográfica no Maranhão, esta província passa a produzir seus próprios livros didáticos e também a realizar traduções de obras universais, de autores, tais como Victor Hugo, Alain-René Lesage, Eugenio Pelletan, Lourenço Jussieu, Claude Fleury, dentre outros.

As pesquisas em História da Educação foram classificadas em 9 eixos temáticos pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). A presente tese insere-se no eixo temático “Impressos, Intelectuais e História da Educação”, e pretende somar-se aos estudos já realizados na área de História da Educação sobre os intelectuais produtores de livros didáticos ao longo do século XIX, tais como as pesquisas desenvolvidas por Maria Helena Câmara Bastos sobre Joaquim José de Menezes Vieira; Diane Valdez sobre Abilio Cesar Borges; dentre outros.

Ao realizarmos o presente estudo alimentamos a pretensão de contribuir para a História da Educação Brasileira e Maranhense, pelo fato ser este o primeiro trabalho acadêmico a tomar *O Livro do Povo* como objeto central. No entanto, a pesquisa aqui apresentada não abrange a totalidade de possibilidades de investigação sobre um livro didático, o que, de fato, não é possível realizar, dentro dos limites de uma tese de doutorado. Sugerimos a realização de outros estudos voltados à “análise de conteúdos” do livro, enfocando todas as lições, pois, nesta tese, só foi possível analisar, com mais profundidade apenas as lições “Simão de Nantua” e “Higiene”.

Outros aspectos que poderiam ser analisados no *Livro do Povo* são os apontados por Choppin (2004), ou seja: as diferenciações tipográficas (fontes, corpo do texto, grifos, tipo de papel, bordas, cores, etc.). É o que propomos para a realização de trabalhos futuros.

FONTES

Almanak popular, mercantil, industrial e científico do Maranhão com folhinha para o ano de 1848. Maranhão: Typografia Maranhense, 1847.

Almanak do Maranhão com folhinha para o anno de 1849. 2º anno. Maranhão: Escriptorio do Progresso, 1848.

Almanak administrativo, mercantil e industrial para o anno de 1860: bissexto, terceiro anno, segunda série. Maranhão: Typ. do Progresso, 1860.

Almanak do povo para 1867, 1º anno, São Luiz do Maranhão: J. M. C. de Frias Edictor, 1867.

Almanak do Povo para 1868. Maranhão: Typographia do Frias, 1868.

Almanak administrativo, mercantil e industrial para o anno de 1869, primeiro depois do bissexto. 2º anno. São Luís: B. de Mattos, 1869.

Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro para o anno de 1868. 25º anno. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1868.

Almanack do Diario do Maranhão para o anno bissexto de 1880. 3º anno. Maranhão: Typ. do Frias, 1880.

Almanack do Diario do Maranhão para 1882, 5º anno. Maranhão: Typ. do Frias, 1882.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro – 1891 a 1940, p. 1366. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=16519&pesq=&esrc=s>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

AMARAL, José Ribeiro do. *História do Maranhão:* edição para a infância das escolas de minha terra. 3. ed. Maranhão: Typ.M. Silva & Filhos, 1926.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO . COMARCA DE SÃO LUÍS. SEÇÃO: Juízo de Órfãos e Ausentes. SÉRIE: Autos Cíveis. 1873. TIPOLOGIA: INVENTÁRIO DE BENS \ Caixa: 9 C. INVENTARIANTE: Francisco Marques Rodrigues. INVENTARIADO: Antonio Marques Rodrigues. JUIZ: Jose de Almeida M. Costa.

BAPTISTA, Antonio Maria. *O livro do povo ou exercícios de leitura para as escholas e para as famílias.* Lisboa: Typ. de J. J. de Carvalho, 1860.

BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro.* 1º vol. Conselho Federal de Cultura, 1970.

BORGES, Abilio Cesar. *Resumo de Grammatica Portugueza para uso das escolas.* 7. ed. Bruxellas: Typ. Guyout, 1877.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. 1854. Decreto n. 1331 A de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html>. Acesso em: 11 jun. 2011.

_____. Decreto n. 1331 A de 17 de fevereiro de 1854. *Approva o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Côrte*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html> . Acesso em: 11 jun. 2011.

Conferências efetuadas na Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

CARVALHO, Felisberto de. *Quarto Livro de Leitura*. 42. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946.

CASTRO, César Augusto. *Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)*. São Luís: EDUFMA, 2009.

CONDURÚ, Filipe Benicio de Oliveira. *Gramática Elementar de Língua Portuguesa*, 1850.

COQUEIRO, João Antonio. *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema metrico decimal, precedida de noções indispensáveis sobre os números decimaes, e seguida de numerosas tabellas comparativas e de muitas applicações interessantes ao commercio e à indústria*. São Luiz/MA: B. de Matos, 1863.

_____. *Tratado de Aritmética*. 1 vol. in 8º br; 1860. Editores: Rey e Belhate. Quai des Augustins nº 45. Impressores: W. Remquet & Cia. Rue Garancière nº 5. Paris. 250 mil reis, a venda na Livraria Garnier, à Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro.

_____. *Curso Elementar de Mathématique*. Maranhão: B. de Mattos, 1870, 2\$000 rs.

DEIRO, Pedro Eunapio da Silva. *Livro do povo: primeiras páginas*. S. l.: S.N., 186-.

DIAS, Antonio Gonçalves. Instrução Pública em Diversas Províncias do Norte. *Col. Memórias*, v. 42, f. 336-375. Arquivo Nacional. Seção Histórica, 1852.

Exposição Internacional em Philadelphia no anno de 1876. Relatório da comissão centenária Rio de Janeiro: Typographia Nacional, s.d.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008.

FERREIRA, Fernando Luiz. *Novo Systema Metrico*. Maranhão: Typ. Antonio Pereira Ramos de Almeida, 1868, Rua da Palma, 3.

FRANKLIN, B. *A sciencia do Bom Homem Ricardo ou meios de fazer fortuna*. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos úteis, 1825. Acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/14349>> Acesso em: 12 jun 2011.

Governo Municipal. *O Pará*. Sexta-feira, 14 de outubro de 1898.

GUIMARÃES, Pedro de Souza. *Compendio de Grammatica Portugueza*, São Luiz, MA, 1866.

JUSSIEU. *História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras*. Nova edição. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1875. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0047/index.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

LAMENNAIS 1. *O livro do povo*. Lisboa: Imp. de E. J. da Costa Sanches, 1839.

MARANHÃO. *Collecção das Leis Provinciais do Maranhão de 1874*. Maranhão: Typ. do Paiz, 1874.

_____. *Relatório com que o Exm. Snr. vice-presidente Dr. José Francisco de Viveiros passou a administração da província ao exm. snr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro em 28 de setembro de 1874*. Maranhão: Typ. do Paiz, 1874.

_____. *Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinaria de 1856 o exm. presidente da provincia, Antonio Candido da Cruz Machado*. Maranhão, Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1856.

_____. *Relatorio do Presidente da provincia do Maranhão*, o doutor João Lustosa da Cunha Paranaguá, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1859. Maranhão: Typ. de J.M.C. de Frias, 1859. p. 13.

_____. *Relatório com que o exm. sr. dr. Augusto Olympio Gomes de Castro passou a administração da província ao 3º vice-presidente, o exm. sr. dr. José Francisco de Viveiros, no dia 18 de abril de 1874*, Maranhão, Typ. do Paiz, 1874.

_____. *Regulamento Geral da Instrução Pública do Maranhão de 8 de fevereiro de 1895*. Maranhão: Typ. a vapor do Frias, 1896.

_____. *Relatório que dirigiu o exmo presidente da província do Maranhão, João José de Moura Magalhães, a Assembleia Legislativa Provincial em 20 de junho de 1844*. Maranhão, Typ. Maranhense, 1844.

_____. *Relatório que a Assembleia Legislativa da província do Maranhão apresentou o exmo. vice-presidente da mesma província, Angelo Carlos Moniz, sessão de 20 de junho de 1846*. Maranhão, Typ. de I.J. Ferreira, 1846.

_____. *Relatório com que o Exmº Sr. Dr. Franklin Americo de Meneses Doria passou a administração ao Exmº Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Melo no dia 28/10/1867*. S. Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 5 e 7 (impressão a cores).

_____. *Regulamento de 2 de fevereiro de 1854*. In: *Regulamentos e outros autos da presidencia da Província do Maranhão de 1854 a 1855*. Maranhão: Typ. Constitucional, 1856.

_____. Arquivo Público do Estado do Maranhão. *Governantes do Maranhão (1612-1991)*. Edições APEM, 1992.

_____. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Cincinnato Pinto da Silva, presidente da provincia, installou a 2ª sessão ordinaria da 23ª legislatura provincial do Maranhão em 19 de fevereiro de 1881*. Maranhão, 1881.

_____. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor João Silveira de Sousa, presidente da provincia, passou a administração ao Exmº. Senhor Doutor Pedro Leão Velloso, no dia 24 de março de 1861; acompanhado do officio com que o mesmo a passou ao Exmº. Sr. Dr. Francisco Primo de Souza Aguiar, no dia 25 de abril de 1861*. Maranhão: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, 1861.

_____. *Relatório com que o Exmº Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Melo passou a administração desta Província ao 1º vice-presidente Dr. Manoel Jansen Ferreira no dia 05/05/1868*. S. Luiz do Maranhão: Typ. Imperial e Constitucional, 1868.

_____. *Relatório apresentado pelo Exmº Sr. Presidente da Província, Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão no dia 03/05/1871, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária*. (Manuscrito).

_____. *Relatório com que o Dr. Francisco José Cardoso de Araújo e Abranches, passa o governo da Província do Maranhão, ao 1º vice Presidente Senador Luiz Antonio Vieira da Silva, em 17 de janeiro de 1876*. Maranhão: Typ.do Paiz, 1876.

_____. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão pelo Exm. Sr. presidente da provincia Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha por ocasião da abertura da mesma assembleia no dia 17/5/1873*. Maranhão: Typographia do Frias, 1873.

_____. Regulamento da Instrução Pública, lei n. 1091, de 17 de julho de 1874. In: *Collecção das Leis Provinciais do Maranhão de 1874*. Maranhão: Typ. do Paiz, 1874.

_____. Regulamento de 2 de fevereiro de 1854. Reorganiza e regula o ensino elementar e secundário. In: *Regulamentos e outros autos da presidencia da Provincia do Maranhão de 1854 e 1855*. Maranhão: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, 1856.

_____. *Regulamentos e outros autos da presidencia da Provincia do Maranhão de 1854 e 1855*. Maranhão: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, 1856.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão*. 3. ed. revista e ampliada. São Luís: Edições AML, 2008.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias: subsídios para a história da Educação no Brasil 1834-1889*. 1º volume: das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

Ofício do Inspetor da Instrução Pública, Pedro da Silva Maia, ao Presidente da Província, João Silveira de Souza, contendo relatório sobre o estado da referida Instrução Pública. Secretaria da Instrução Pública do Maranhão, 31 de janeiro de 1861, doc. s/n.

O PAIZ, sábado, 24 de outubro de 1863, anno 1, n. 40.

O PAIZ: jornal catholico, litterario, commercial e noticioso. Maranhão, 28 de julho de 1866, p. 3.

O PAIZ, quinta-feira, 14 de agosto de 1884.

PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz, segunda-feira, 26 de fevereiro de 1866, n. 46, p. 2.

PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz, sexta-feira, 13 de julho de 1866, n. 159, p. 2. O Publicador Maranhense, folha Official e diaria, é propriedade de I. J. Ferreira.

PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz, segunda-feira, 16 de julho de 1866, n. 161, p. 2.

PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz, quarta-feira, 25 de julho de 1866, n. 169, p. 2. O Publicador Maranhense, folha Official e diaria, é propriedade de I. J. Ferreira.

PUBLICADOR MARANHENSE, S. Luiz, segunda-feira, 30 de julho de 1866, n. 172, anno XXV, p. 3.

PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz, terça-feira, 31 de julho de 1866, n. 173, p. 1. O Publicador Maranhense, folha Official e diaria, é propriedade de I. J. Ferreira.

PUBLICADOR MARANHENSE, anno XXV, S. Luiz, sexta-feira, 3 de agosto de 1866, n. 176, p. 2.

REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de litteratura portugueza e brasileira*, quatro tomos, São Luiz, MA, Typ. de B. de Mattos, 1867, e um tomo de 1873, São Luiz, MA, Typ. do Paiz.

_____. *Postillas de Grammatica Geral, applicada à Lingua Portugueza pela analyse dos clássicos, ou guia para a construcção portugueza*, Maranhão: 1870.

Relatório acerca da primeira festa popular do trabalho ou exposição maranhense de 1871. Maranhão: Typ. do Frias, 1872.

RODRIGUES, Antonio Augusto. *Licções de Historia Santa do Antigo e Novo Testamento: resumidas e acomodadas à intelligência dos meninos*. Maranhão: A. P. Ramos d'Almeida, 1882.

RODRIGUES, Antonio Marques. *O livro do povo*. 4. ed. Maranhão: Typ. do Frias, 1865.

_____. *O livro do povo*. 9. ed. Maranhão: Typ. do Frias, 1881.

SÃO PAULO. *Código da Instrucção Pública da Provincia de São Paulo*. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro, 1857.

Secretaria de Policia do Maranhão. *Registro de Correspondências Reservadas*. 1864-1867, fev-dez, fls. 105 v e 106 f.

SILVA, João Henrique Vieira da. *Bellezas da Litteratura Latina*, São Luiz, MA, Luiz Magalhães & C., 1895, Rua de Nazareth, canto da Palma.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. 1789. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/node/316>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

SOUSA, Herculana Firmina Vieira de. *Resumo de História do Brazil*. São Luiz: B. de Mattos, 1868.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. *Livro do Centenário (1908-2008)*. São Luís: Edições AML, 2009.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ANJOS, Joaquim dos. *Manual do typographo*. 3. ed. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1900, n. 138.

ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

BANDEIRA, Sara Cavalcanti Pinto; BARBOSA, Socorro de Fátima. A influência francesa nas escolas da província da Paraíba no Século XIX. In: *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, 11 a 15 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/Sara_Cavalcanti%20-%20Socorro_Barbosa.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2011.

BARBANTI, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado), São Paulo, 1977.

BARBIER, Frédéric; LAVENIR, Catherine Bertho. Autores, textos, públicos: los inicios de la mediatización industrial. In: *Historia de los médios: de Diderot a Internet*. Buenos Aires: Colihue, 1999, p. 115-142.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2005.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

_____. *Pro patria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). *A escola elementar no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BATISTA, Antonio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999, p. 529-575.

BESSON, Jean-Louis (Org.) *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BEZERRA, Rozélia. *A Higiene Escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados*. FE-USP, Doutorado, São Paulo, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico*. 1993. 369 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 69-90.

BONAZZI, Marisa; ECO, Umberto. *Mentiras que parecem verdades*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1980.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 169-180.

BURKE, Peter. A história cultural das imagens. In: BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 225-238.

_____. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Política e educação no Maranhão (1834-1889)*. São Luís: SIOGE, 1984.

CASTRO, César Augusto (Org.). *Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)*. São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. *Bordar, coser e casar: a educação das desvalidas de Santa Tereza (Maranhão / 1856-1871)*. In: III Encontro Norte e Nordeste de História da Educação, Salvador, 22 a 24 de março de 2010, 24 páginas.

_____. *A educação profissional de crianças no Brasil Império: Casas de Educandos Artífices 1841-1889*. Relatório de pesquisa elaborado como requisito ao Pós-doutorado em Educação na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 55-85.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura – 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1994.

_____. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

_____. Morte ou transfiguração do leitor? In: *Os desafios da escrita*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, 1990, p. 177-229.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

_____. *Les manuels scolaires*. Paris : Hachette, 1992.

_____. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, Pelotas, v. 11, 2002, p. 5-24.

COELHO, Maricilde Oliveira. *Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. *Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852-1910)*. 2006. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

COSTA, Odaléia Alves da. *A produção de uma disciplina escolar e os escritos em torno dela: os Estudos Sociais do Maranhão*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008, 162 f.

_____. Um encontro com as memórias do escritor Humberto de Campos. In: LIMA, Frederico Osanan Amorim; SILVA, Maria Sueli Lopes da. (Orgs.). *História da Educação e Práticas Pedagógicas*. Parnaíba: Sieart, 2008, p. 117-129.

CRUZ, Marileia dos Santos. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX*. 2008. 195 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2008.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Antonio Gonçalves. Instrução Pública em Diversas Províncias do Norte. Col. Memórias, v. 42, fls. 336-375. Arquivo Nacional. Seção Histórica. In: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989, p. 335-365.

FARIA, Ana Lúcia G. de; *Ideologia no livro didático*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FRIAS, J.M.C. de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1978.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A circulação e uso do livro escolar de leitura em Pernambuco no século XIX. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009, p. 121-151.

_____. *A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista*. 28ª Reunião Anual da Anped. Caxambu, MG, 16 a 19 de outubro de 2005. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt02/gt02-194--int.doc>. Acesso em: 22 jul. 2009.

_____. “A palmatória era sua vara de condão”: práticas escolares cotidianas (1890-1920). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) *Modos de ler, formas de escrever*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 117-142.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

_____. La instancia prefacial. *Umbrables*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, p. 137-166.

GODOIS, Barbosa de. *O mestre e a escola*. São Luís: Imprensa Oficial, 1911.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

HOBBSAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1710: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

JORGE, Sebastião Barros. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 1987.

JORGE, Sebastião. *A imprensa no Maranhão no século XIX (1821-1900)*. São Luís: Lithograf, 2008.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Edusf, 2001.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEAL, Antonio Henriques. Documentos Maranhenses. *Pantheon Maranhense*, Ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. 2. ed, tomos I e II, Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.

LIMA, Edna Lucia Oliveira da Cunha. *Fundidores de Tipo no Século XIX Anunciantes do Almanack Laemmert*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

LOBO, Antonio. *Os novos atenienses*: subsídios para a história literária do Maranhão. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1909.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *Beneméritos da Instrução*: a feminização do magistério primário piauiense. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LUKACS, John. *O fim do século 20 e o fim da Era Moderna*. São Paulo: Círculo do Livro, 1993.

LYONS, Martyn. Les best-sellers. In : MARTIN, Henri-Jean ; CHARTIER, Roger. *Histoire de l'édition française*. Tome III. Promadis, 1985, p. 369-397.

_____. *Le Triomphe du livre : une histoire sociologique de la lecture dans la France du XIXe. Siècle*. Paris : Promodis, 1987, p. 169-192.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leônicio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. 3. ed. Vol. II – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 91-103.

MACHADO, Ubiratan. *A etiqueta de livros no Brasil*: subsídios para uma história das livrarias brasileiras. São Paulo: Edusp, Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MAGALHÃES, Justino. O elemento civilizatório e a educação nas relações históricas Portugal-Brasil / Brasil-Portugal. *Educação e Filosofia*, v. 17, n. 34, jul./dez. 2003, p. 35-50.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão*. 3. ed. ver. e ampl. Edição crítica de Jomar Moraes e índice remissivo de Lino Moreira. São Luís: Edições AML, 2008.

MARTINS, Manoel Barros. *Operários da saudade*: os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2006.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à História da Igreja*. 5. ed. vol. 2. Belo Horizonte: O Lutador, 1997.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MELO, Carlos Augusto de. *A formação das histórias literárias no Brasil: as contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. 2009. 326 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Jomar da Silva. *O HOMEM-DICIONÁRIO: a Vida em Obras de César Marques*. Recife, 2002, Mestrado em História UFPE-CFCH.

MORAIS, Aline de; VIEIRA, Rosemaria; GONDRA, José. Leituras muito necessárias para professores, meninos, mancebos e adultos: análise de uma proposta destinada a biblioteca dos professores de primeiras letras do século XIX. In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, 17 a 20 de abril de 2006. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/564Aline_e_Rose_e_JoseGondra.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2011.

MOTTA, Diomar das Graças. A emergência dos grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal uma instituição tardia no Maranhão. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.) *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008, p. 299-306.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; SANTOS, Vera Maria dos. Geografia geral para portugueses e brasileiros: a biblioteca do povo e das escolas. *Revista da Faced*, n. 10, 2006, p. 141-158.

NEVES, Fátima Maria. *O método lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis. Universidade Estadual Paulista, 2003.

_____. *Ensino mútuo / método mútuo / método monitorial*. Disponível em:< http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ensino_mutuo.htm>. Acesso em: 12 jan. 2012.

NEVES, João Alves das. José Maria Correia de Frias, um editor português no Brasil. In: *Convergência Lusíada*. Revista do Real Gabinete Português de Leitura, n. 10, 1993, p. 139-141.

NOGUEIRA, Sonia Maria. *Língua Portuguesa no Maranhão do século XIX sob o enfoque historiográfico*. 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. *As belas mentiras*. 8. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A educação na Bahia imperial (1823-1889). In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos. *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008.

OLIVEIRA, A. de Almeida. *O ensino público*. Edições do Senado Federal, v. 4. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 52, nov. 2000, p. 25-40.

PACHÊCO, D. Felipe Condurú. *Pai e Mestre*. Fortaleza: Tipografia Paulina, 1951.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. *O que se deve ler: vade mecum* bibliográfico. São Luiz: Imprensa Oficial, 1922.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*, volume único, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/3/compendio>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

RESENDE, Fernanda Mendes; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX: os relatórios dos presidentes da província. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 2, jul./dez. 2001.

RODRIGUES, Maria José Lobato. *A educação feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição*. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

SALDANHA, Lilian Maria Leda. *A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)*. 1992. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHAPOCHNIK, Nelson; ABREU, Márcia (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura no Brasil (ALB); São Paulo, SP: FAPESP, 2005.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.) *Histórias e memórias da Educação no Brasil*. Vol II. Século XIX. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 132-149.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890)*. 2002. 307 f. Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado em Educação). Niterói, 2002.

_____. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). *Revista de Educação Pública*. Universidade Federal do Mato Grosso, n. 17, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Ozângela de Arruda. *A atuação dos livreiros e a circulação de romances em Fortaleza no século XIX*. Disponível em: <www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/.../atuacao_livreiros.doc>. Acesso em: 30 ago. 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SOARES, Waléria de Jesus Barbosa. *Juros em livros didáticos de Matemática no Maranhão do século XIX*. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) – Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A leitura e a pedagogia: os livros didáticos e os métodos (Brasil séculos XIX e XX). In: ARAUJO, Maria Inês Oliveira; OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Orgs.). *Desafios da formação de professores para o século XXI*. Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2008, p. 150-169.

TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. *História da Educação (ASPHE)*. Pelotas, v. 6, n. 11, 2002, p. 25-51.

TAVARES, Rachel Sousa. *A infância no Maranhão imperial: a escolarização pública primária da criança pobre e livre no período de 1855-1889*. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. *O Grande Mestre da Escola: os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. 2008. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VALDEZ, Diane. *A representação da infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*. 2006. 315 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

VEIGA, Cyntia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, set/out/nov/dez 2002, n. 21, p. 90-103.

VENANCIO, Giselle Martins. Três homens e uma coleção: os caminhos da “biblioteca do povo e das escolas”. In: CASTRO, Cesar Augusto (Org.) *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís, EDUFMA, 2010, p. 193-211.

VIDAL, Diana Gonçalves; GONDRA, José Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano M. de. *Educação, Modernidade e Civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VILANETO, Quincas. *Catálogo Histórico da Imprensa Maranhense: do prelo ao prego: 1821-2007/Capital*, v. I, São Luís: Editora UEMA, 2008.

VILLELA, Heloísa. O ensino mútuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 145-176.

VIVEIROS, Jerônimo José de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XVII, n. 45, p. 29-84, jan./mar. 1952.

_____. *Apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular do Maranhão*, publicado inicialmente em 1937, no jornal “O Combate”, eds. de 10, 17 e 24 de abril; 8, 15, 22 e 29 de maio; 5, 12, 19 e 26 de junho e 3, 12, 24 e 31 de julho.

_____. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954, p. 346.

ZENHA, Celeste. O negócio das “vistas do Rio de Janeiro”: imagens da cidade imperial e da escravidão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, jul./dez. 2004, p. 23-50.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação de livros publicados no Maranhão entre 1844 e 1895

Nº	TÍTULO	AUTOR	TOMO	ANO DE PUBLICAÇÃO	CIDADE/ESTADO	TYPOGRAFIA	QUANTIDADE DE EDIÇÕES	QUANTIDADE DE VOLUMES	PREÇO	PROVÍNCIA S ONDE FOI ADOTADO
1	Gramática Elemental de Língua Portuguesa	Oliveira Condurú					20			Maranhão e Pará
2	Obras de João Francisco Lisboa	Antonio Henriques Leal		1866	São Luiz/MA	B. de Mattos		4	12\$000	
3	O Livro dos Meninos – Curso Elemental d’Instrucção Primária	Antonio Rego		1866	São Luiz/MA		2.ed.	1	1\$000 rs (broxura) 1\$400 (cartonado)	
4	Rudimentos de Geographia	Antonio Rego		1866	São Luiz/MA		2. ed.	1	600 rs (broxura) 1\$000 (cartonado)	
5	Livro do Povo	Antonio Marques Rodrigues		1866	São Luiz/MA	Typ. do Frias	5.ed.	1	800 rs	
6	Gil Braz de Santilhana (romance)			1866	São Luiz/MA	Typ. do Frias	Nova edição	1	3\$000 rs	
7	Tentativas poéticas	Severiano Antonio de Azevedo		1866	São Luiz/MA	Typ. do Frias		1	2\$000 rs	
8	Memoria sobre a Tipografia Maranhense	Jose Maria Correia de Frias		1866	São Luiz/MA	Typ. do Frias		1		

9	O Mundo Marcha	Eugenio Pelletan (tradusido por Sebastião Pedro Nolasco)		1866	São Luiz/MA			1		
10	A Casca da Canelleira (novela)	Steeple-Chase		1866 1980	São Luiz/MA São Luís/MA	B. de Mattos Edições SIOGE	1. ed, 93 p. 2.ed.	1		
11	O Salto de Leucade (teatro)	Joaquim Serra		1866	São Luiz/MA			1		
12	Bequimão	Sabbas da Costa		1866	São Luiz/MA			1	2\$	
13	Compendio de Grammatica Portugueza	Pedro de Souza Guimarães		1866	São Luiz/MA			1	1\$ rs	
14	Nova Grammatica Franceza	M. Chapsal		1866	São Luiz/MA	Antonio Pereira Ramos de Almeida		1	2\$ enc. 2:000	
15	Novellas	Manoel H. da Silveira Espinola		1866	São Luiz/MA			1		
16	Poezias	Tullio Belleza		1866	São Luiz/MA			1		
17	A Religião	Balmes (trad: do hespanhol pelo Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro)		1866	São Luiz/MA			1		

18	Relatório, apresentado à Assembléa Legislativa Provincial	Dr. Laffayette Rodrigues Pereira		1866	São Luiz/MA			1		
19	Reflexões a cerca do Progresso Material da Província do Maranhão	Dr. Miguel Vieira Ferreira		1866	São Luiz/MA			1		
20	Versos de alguns sócios do Gabinete Portuguez de Leitura do Maranhão			1872	São Luiz/MA	Typ. do Frias				
21	Curso de litteratura portugueza e brasileira Livro I – Da licção I até a licção XVII	Francisco Sotero dos Reis	Primeiro	1867	São Luiz/MA	Typ. de B. de Mattos				
22	Curso de litteratura portugueza e brasileira - Da licção XVIII até a licção XXXV	Francisco Sotero dos Reis	Segundo	1867	São Luiz/MA	Typ. de B. de Mattos				
23	Curso de litteratura portugueza e brasileira Livro III – Da	Francisco Sotero dos Reis	Terceiro	1867	São Luiz/MA	Typ. de B. de Mattos				

	licção XXXVI até a licção LVIII									
24	Curso de litteratura portugueza e brasileira Livro V – Da licção LIX até a licção LXXXIV	Francisco Sotero dos Reis	Quarto	1867	São Luiz/MA	Typ. de B. de Mattos				
25	Curso de litteratura portugueza e brasileira Livro VII e livro VIII – Da licção LXXXV até a licção CIII e litteratura bíblica licção I a licção VI	Francisco Sotero dos Reis	Quinto	1873	São Luiz/MA	Typ. do Paiz				
26	Postillas de Grammatica Geral, applicada à Lingua Portugueza pela analyse dos clássicos, ou guia para a construcção portuguesa	Francisco Sotero dos Reis		MDCCCLXX (1870)	Maranhão		3.ed.			

27	Gramatica Portuguesa	Francisco Sotero dos Reis							1 vol. brochado 2:500 cartonado 3:000 encaderna do 3:500	
28	Historia da Missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão	Pe. Claude d'Abbeville, tradução Dr. Cesar Marques		1874	Maranhão	Typ. de Frias				
29	Metrologia moderna ou exposição circumstanciada do systema metrico decimal, precedida de noções indispensáveis sobre os números decimaes, e seguida de numerosas tabellas comparativas e de muitas applicações interessantes ao commercio e à indústria	J. A. Coqueiro		1863	São Luiz/MA	B. de Mattos				

30	Memoria acerca da lavoura da ilha de Cuba, redigida e apresentada à presidência do Maranhão em virtude da portaria de 15 de novembro de 1865	Ernesto Ferreira de Carvalho		1867	Maranhão	Typ. de B. de Mattos				
31	Obras cômicas	Jose de Lima Penante		1867	São Luiz/Maranhão					
32	O Uzurario (comedia)	Gomes Pereira		1867	São Luiz/Maranhão					
33	Historia de Carlos XII			1867	São Luiz/Maranhão		Nova edição			
34	O Partido Liberal	Laboulai (traducção do dr. A. Henriques Leal)		1867	São Luiz/Maranhão					
35	Os Rascaes (romance)	Traducção do dr. João Climaco Lobato		1867	São Luiz/Maranhão					
36	Vida de Nelson	Traducção do dr. Gentil Homem d'Almeida			São Luiz/Maranhão					
37	Obras de Antonio Gonçalves Dias	Antonio Gonçalves Dias		1867	São Luiz/Maranhão			1º e 2º volumes		

38	Um coração de mulher	Joaquim Serra		1867	São Luiz/Maranhão					
39	O Lavrador Sovina	João da Cruz		1867	São Luiz/Maranhão					
40	Memoria sobre a cathequese e civilização dos Indegenas	Jose Ricardo de Sousa Neves		1867	São Luiz/Maranhão					
41	Jesus Christo e a critica moderna	Pe. Felex, versão do dr. Pedro Autrand da Matta e Albuquerque e		1867	São Luiz/Maranhão					
42	História de Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras	Lourenço Jussieu	4 vol.	1867	São Luiz/Maranhão				1:200	
43	História Sagrada e Tratado de Moral	Morais Sarmiento (tradutor)		1844						
44	Catecismo de Fleury	Morais Sarmiento (tradutor)		1844						
45	“Nina” livro de leitura	Eponina de Oliveira Condurú Serra		1884						

46	“Novo Testamento”	Bispo d. Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré		1885						
47	Bellezas da Litteratura Latina	João Henrique Vieira da Silva		1895	S. Luiz/Maranhão	Luiz Magalhães & C. Rua de Nazareth Canto da da Palma				
48	Alforge da Boa Razão	Bruno Henriques de Almeida Seabra		1870?						
49	Curso Elementar de Mathematica	Dr. João Antônio Coqueiro		1870		B. de Mattos			2\$000 rs	
50	Novo Systema Metrico	Fernando Luiz Ferreira		1868?		Antonio Pereira Ramos de Almeida 3, Rua da Palma, 3				
51	Arithmetica Pratica	Fernando Luiz Ferreira							500	
52	Arithmetica Pratica (2ª parte)	Fernando Luiz Ferreira							500	
53	Systema Metrico	Fernando Luiz Ferreira							500	

54	Elementos de Geographia								500	
55	Lições de Geografia	A. Marques Rodrigues								
56	História Santa do Antigo e novo testamento	Antonio Augusto Rodrigues	x	1882	São Luís/MA	A. P. Ramos de Almeida & C Rua da Palma				

APÊNDICE B – Relação de tipógrafos maranhenses entre os anos de 1848 e 1882

ANO	TIPOGRAFIA	PROPRIETÁRIO	ENDEREÇO
1848	Tipografia Maranhense Tipografia Constitucional Tipografia da Temperança Tipografia Independente Tipografia de Jose Antonio Gonçalves de Magalhães Tipografia de R.A.R de Araújo	Antonio José da Cruz Manoel Pereira Ramos	Rua do Egito, 16 Rua da Paz, 18 Rua Formosa, 2 Rua Grande, 21 Rua Grande Rua Marajá
1849	Tipografia Maranhense Tipografia Constitucional Tipografia da Temperança Tipografia Independente Tipografia de José Antonio Gonçalves de Magalhães Tipografia de R.A.R de Araújo	Antonio José da Cruz Manoel Pereira Ramos	Rua do Egito, 19 Rua da Paz, 18 Rua Formosa, 2 Rua de Santa Anna Rua Grande Rua das Violas
1860	Constitucional Commercial Da Temperança Do Observador Tipografia de José Maria Correia de Frias Tipografia do Progresso	Ignacio Jose Ferreira Antonio Pereira Ramos d’Almeida Joaquim Pereira Ramos Fernando Mendes d’Almeida José Maria Correia de Frias Belarmino de Mattos	Rua do Sol, 24 Praça do Palácio, 20 Rua Formosa, 1 Rua do Sol, 45 Rua dos Barbeiros, 8 – Canto do Vira-Mundo Rua de Sanct’Anna, 49
1867	Progresso De José Maria Correia de Frias	Belarmino de Mattos José Maria Correia de Frias	Rua da Paz, 3 Rua da Palma, 7

	<p>Comercial</p> <p>Tipografia Constitucional</p> <p>Da Fé</p> <p>De José Mathias Alves Serrão</p> <p>Do Major Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá</p>	<p>Antonio Pereira Ramos d'Almeida</p> <p>Ignacio José Ferreira</p> <p>De uma associação</p> <p>José Mathias Alves Serrão</p>	<p>Largo do Palácio, 3</p> <p>Rua Grande</p> <p>Rua da Paz</p>
1868	<p>Progresso</p> <p>De José Maria Correia de Frias</p> <p>Comercial</p> <p>Constitucional</p> <p>Da Fé</p> <p>De José Mathias Alves Serrão</p> <p>Do Major Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá</p>	<p>Belarmino de Mattos</p> <p>Frias</p> <p>Antonio Pereira Ramos d'Almeida</p> <p>Ignacio José Ferreira</p> <p>De uma associação</p> <p>Mathias Serrão</p> <p>Major Jacarandá</p>	...
1882	<p>Antonio Pereira Ramos d'Almeida & C. Frias & Filho</p> <p>Ignacio José Ferreira</p> <p>Luiz Magalhães & C.</p> <p>Ricardo Alves de Carvalho</p> <p>Themistocles da Silva Maciel Aranha</p> <p>Da Civilização</p> <p>Da Pacotilha</p> <p>Do Tribuno</p>	...	<p>Convento de Santo Antônio</p> <p>Rua de Nazareth</p> <p>Rua da Estrella</p>

ANEXOS

ANEXO A – Relação dos expositores da Província do Maranhão na Segunda Exposição Nacional do Rio de Janeiro, 1866

Província do Maranhão

RELAÇÃO DOS EXPOSITORES

1. Alexandre Henriques Leal.
2. Alfredo Franckin Lima.
3. Altino Lellis de Moraes Rego.
4. Dr. Antonio Cezar de Berredo.
5. Antonio Fernandes Guimarães.
6. Antonio José Pires Lima.
7. Antonio Luiz Soares.
8. A. C. de Mendonça Bittencourt.
9. A. M. de Carvalho Oliveira.
10. A. P. Martins & Irmão.
- 11. Comissão Provincial.**
12. Deziderio Trubet.
13. Diogo Antonio dos Reis.
14. Eduardo G. X. Leite (educando).
15. Francisco Xavier Cuyabá.
16. F. dos Santos Franco Sá.
17. João Marcelino da Silveira.
18. José Antonio da Silva Ferreira.
19. José Barboza Lopes.
20. José Maria Vianna.
- 21. José Mathias Alves Serrão.**
22. J. A. F. Ribeiro.
23. J. C. Pereira dos Santos.
24. J. J. T. V. Belfort.
25. J. Rodrigues Vidal Junior.
26. Luiz Pereira Lapa.
27. Manoel João Vieira.
28. Manoel Lopes Magalhães.
29. Marcos Aurelio dos Reis.
30. D. Maria B. de F. Lisboa.
31. Pedro de Alcantara Rodrigues.
32. Pedro Xavier de Lima Marques.
33. Dr. Pompêo Ascenço de Sá.
34. Ricardo Nunes Leal.
35. Sergio Antonio Vieira.

Fonte: *Catálogo dos nomes dos expositores da Segunda Exposição Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1866, p. 65-66.

ANEXO B – Itens que compõem a primeira parte do LIVRO DO POVO, ou seja, Vida de N. S. Jesus Christo

Capítulo 1º – Nascimento de nosso Divino Salvador – Sua infância e vida occulta até seu ministerio publico

Conceição de S. João Baptista

Annunciação de Maria Santissima – Encarnação do Filho de Deus

Visitação da Senhora a Santa Izabel – Nascimento de S. João Baptista

Nascimento de Jesus Christo – Adoração dos pastores

Adoração dos Magos

Presentação de Jesus Christo no Templo

Fugida para o Egypto – Matança dos Innocentes – O menino Jesus entre os doutores

Capítulo 2º - Pregação e baptismo de S. João – Jesus dispõe-se para o seu ministerio publico

S. João começa a preparar os homens para receberem dignamente o Salvador

Humildade de Jesus – Tentação do demônio

João Baptista declara que elle não é Christo – Começam a vir discípulos a Jesus – Bodas de Caná

Jesus lança do templo os vendilhões – Prediz sua ressurreição – Dá o Baptista novo testemunho de Jesus, e é preso

Pratica de Jesus Christo com a Samaritana

Prega Jesus em Galiléia – Cura o filho do Regulo – Os moradores de Nazareth querem matar a Jesus – Vocação de quatro Apostolos

Pescaria milagrosa – Milagre do possesso do demonio immundo – Jesus dá saude à sogra de Pedro e a outros enfermos – Cura um paralytico e chama S. Matheus

Capítulo 3º - Continuação do ministerio publico de Jesus Christo desde a segunda até a terceira páscoa

O milagre da piscina – Ensina Jesus que é o Filho de Deus – Desculpa os seus discípulos, volta a Cafarnaum, cura o homem da mão resicada e reprehende os Phariseus

Escolhe doze Apostolos e prega no monte

Que a felicidade do homem não consiste n'aquillo em que elle a põe

Para ganhar a salvação é mister edificar a seu próximo com o bom exemplo, e guardar a lei de Deus

Necessidade d'uma intenção reta e pura, e que só tenha a Deus por objecto

Para nos salvarmos é mister occuparmo-nos de nossas próprias faltas e não da dos outros

Jesus Christo sara um leproso; cura um paralytico servo do centurião, e ressuscita o filho da viuva de Naim

Manda o Baptista dous discípulos a Jesus Christo – Resposta que elle lhe dá – Jesus argue os Judeus, e perdoa a uma pecadora

Jesus Christo ensina em parábolas

Parabola do Semeador

Parabola do joio e do bom trigo

Outras parabolas

Applaca Jesus uma tempestade – Expulsa o demonio de um energúmeno – Sara uma mulher d'um fluxo de sangue, e ressuscita uma donzela – Dá vista a dous cegos

Vai Jesus prégar a Nazareth – Visita segunda vez a Galiléa, e manda os Apostolos a pregar – Manda Herodes degolar o Baptista

Primeira multiplicação dos pães – Caminha Jesus sobre as ondas

Jesus confunde os Judeus que argüiam seus discípulos que comiam sem lavar as mãos – Lança o demonio fóra da Cananéa, e dá saude a um surdo mudo

Segunda multiplicação dos pães – Dá vista a um cego – Promette a Pedro que sobre elle edificará sua Igreja e prediz aos discípulos sua morte

Tranfigura-se Christo no Thabor – Cura um lutanico

Jesus Christo paga o tributo das duas drachmas. Reprime a ambição dos discípulos, e dá regras para perdoar

Reprehende Jesus o zelo inconsiderado de Thiago e João – Separa setenta e dois discipulos a quem manda prégar – Ensina a um doutor de Lei como se ha de amar o proximo – Hospeda-se em casa de Martha

Jesus Christo ensina seus discipulos a orar

Pureza de intenção

Firme confiança em Deus

Humildade

Perseverança

Mostra Jesus quando necessitamos da penitência – Sara uma mulher encurvada – Ensina a entrar pela porta estreita

Parabolas consoladoras

O Filho Prodigio

Parabola do feitor infiel – Confunde Jesus Christo a avareza dos Phariseus

Jesus vai à festa dos Tabernáculos, e absolve a mulher adúltera – Querem os Judeus apedrejar-o, porque diz ser o Filho do Padre Eterno

Jesus dá vista a um cego de nascimento – Significa ser elle o bom pastor. Cura dez leprosos, e ensina em que consiste o reino de Deus

Quam difficil é salvarem-se os ricos – Recompensas reservadas aos que seguem a Jesus Christo – Parabola dos trabalhadores da vinha

Jesus abençoa os meninos – Casamento indissolúvel – Ressurreição de Lázaro

Jesus faz com os seus discípulos a ultima viagem a Jerusalem – Converte Zacheu em Jerichó, e vai cear em Bethania

Entra Jesus triumphante em Jerusalem, e chora sobre aquella cidade – É glorificado por uma voz que se ouve do céu

Jesus amaldiçoa a figueira, e lança do Templo os vendedores – Prega aos Sacerdotes e Doutores

Jesus Christo confunde os Phariseus e os Saduceus – Manifesta qual é o maior dos mandamentos – Louva a esmola da viuva pobre, e reprehende os Phariseus

Jesus Christo ensina a vigiar – Parabola das dez virgens e dos servos fieis – Descrição do juízo final

Cêa do Senhor – Lava os pés aos Apóstolos – Institue o Sacramento da Eucharistia

Conciliabulo dos Phariseus – Jesus prediz a negação de Pedro – Despede-se dos seus discípulos, e ora por elles e por nós

Capítulo 4º - Paixão, morte e sepultura de Jesus

Agonia de Jesus Christo no monte Olivete – Traição de Judas

Jesus é levado a Caifaz – Nega Pedro a seu mestre – Desesperação de Judas

Jesus accusado no tribunal de Pilatos – É mandado a Herodes, que o trata com desprezo – Barrabás é preferido a Christo

Jesus acoutado, e coroado de espinhos – Pilatos o sentencia à morte – Caminha para o Calvario com a cruz às costas, e é crucificado

Palavras de Christo na cruz – Sua morte e sepultura

Capítulo 5º - Depois da ressurreição de Jesus Christo até a sua ascensão; e vinda do Espírito Santo

Ressurreição de Jesus Christo – Apparece à Magdalena e às santas mulheres

Jesus dá-se a conhecer a dous discípulos e a Pedro – Apparece aos Apóstolos

Varias aparições de Jesus Christo – Estabelece a S. Pedro cabeça de sua Igreja –
Dá as últimas instruções a seus discípulos, e sobe ao céu – Vinda do Espírito Santo sobre os
Apóstolos

ANEXO C – Gravuras da 9ª edição (1881) d' *O Livro do Povo*

Gravura 1

Gravura 2

Gravura 3

Gravura 4

Gravura 5

Gravura 6

Gravura 7

Gravura 8

Gravura 9

Gravura 10

Gravura 11

Gravura 12

Gravura 13

Gravura 14

Gravura 15

Gravura 16

Gravura 17

Gravura 18

Gravura 19

Gravura 20

Gravura 21

Gravura 22

Gravura 23

Gravura 24

Gravura 25

Gravura 26

Gravura 27

Gravura 28

Gravura 29

Gravura 30

Gravura 31

Gravura 32

Gravura 33

Gravura 34

Gravura 35

Gravura 36

Gravura 37

Gravura 38

Gravura 39

Gravura 40

Gravura 41

Gravura 42

Gravura 43

Gravura 44

Gravura 45

Gravura 46

Gravura 47

Gravura 48

Gravura 49

Gravura 50

Gravura 51

Gravura 52

Gravura 53

Gravura 54

Gravura 55

Gravura 56

Gravura 57

Gravura 58

Gravura 59

Gravura 60

Gravura 61

Gravura 62

Gravura 63

Gravura 64

Gravura 65

Gravura 66

Gravura 67

Gravura 68

Gravura 69

Gravura 70

Gravura 71

Gravura 72

Gravura 73

Gravura 74

Gravura 75

Gravura 76

Gravura 77

Gravura 78

Gravura 79

Gravura 80

Gravura 81

Gravura 82

Gravura 83

Gravura 84

Gravura 85

Gravura 86

Gravura 87

Gravura 88

Gravura 89

Gravura 90

Gravura 91

Gravura 92

Gravura 93

Gravura 94

Gravura 95

Gravura 96

Gravura 97

Gravura 98

Gravura 99

Gravura 100

Gravura 101

Gravura 102